



Handwritten signature and a large circular mark.

DATA DA REUNIÃO: VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICIPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE.----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSITIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.---

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E QUARENTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentado o seguinte esclarecimento:-----

Ponto 5 da ordem de trabalhos da Reunião da Câmara Municipal de 08/04/2009

Esclarecimento

Considerando que:

- Uma das propostas apresentadas na anterior reunião para elevação de Vilarinho a vila é subscrita por mim;
- Não estive presente na referida reunião, não tendo por isso a possibilidade de esclarecer pessoalmente as questões levantadas pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD;
- Existem algumas não verdades na declaração de voto dos Srs. Vereadores do PPD/PSD;

Esclarece-se que:

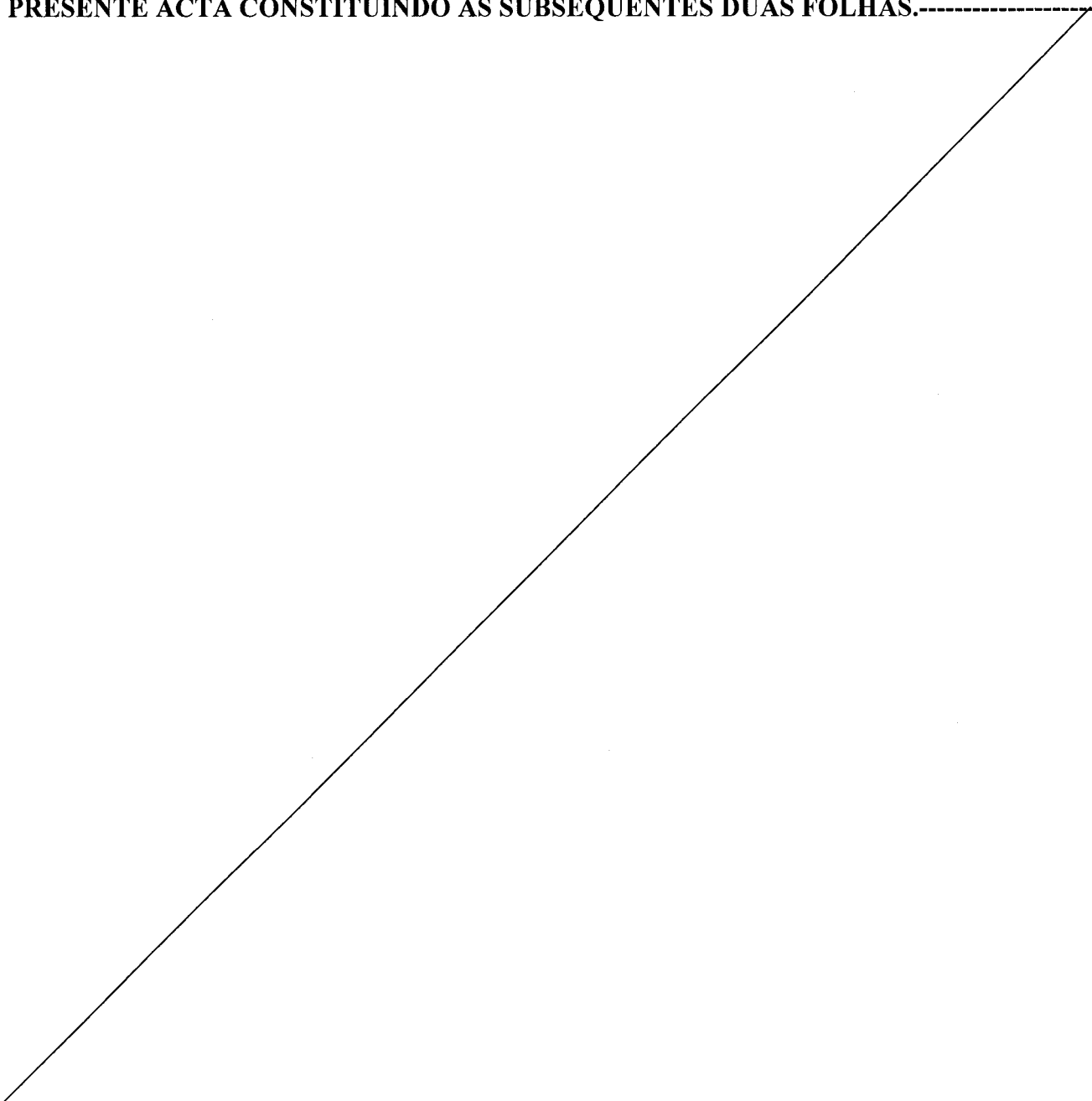
- A proposta por mim subscrita é anterior à proposta do grupo parlamentar do PCP e dela tinha já conhecimento o Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho;
- À diferença entre a data da proposta do grupo parlamentar do PCP (2007) e do envio da mesma à Câmara Municipal de Santo Tirso (2009) somos, evidentemente, alheios;
- Os fundamentos de ambas as propostas são substancialmente diferentes, apenas coincidindo na enumeração das colectividades da freguesia (porque ambas têm a mesma fonte, a página electrónica da Junta de Freguesia de Vilarinho). Por outro lado, não encontro na proposta do grupo parlamentar do PCP pontos focados na minha proposta, como as razões históricas que justificam a elevação de Vilarinho a vila ou a caracterização demográfica da freguesia, apenas para citar dois exemplos. Pelos motivos enunciados considero insultuoso que os Srs. Vereadores do PPD/PSD considerem que a minha proposta “se limite a transcrever o teor da proposta comunista”;
- Não existiu qualquer “esquecimento” de qualquer equipamento na proposta apresentada. Se atendermos ao parágrafo que antecede a listagem dos equipamentos públicos, refere-se “equipamentos públicos **exigidos** (para a elevação a vila)”, e a lei não exige equipamentos desportivos. Se se referissem todos os equipamentos existentes na freguesia, o esquecimento não se resumiria ao polidesportivo (que os Srs. Vereadores do PPD/PSD referem), mas também, por exemplo, ao campo de futebol. Parece que, neste caso, foram os Srs. Vereadores do PPD/PSD que se esqueceram de alguns equipamentos!

Fico, no entanto, agradado pelo facto dos Srs. Vereadores do PPD/PSD terem percepcionado o progresso da freguesia de Vilarinho, e pelo facto de terem referido equipamentos recentemente inaugurados. Julgo poder concluir que é unânime a aceitação de que se Vilarinho reúne hoje as condições necessárias à elevação a vila, ao PS e ao seu executivo o deve.



Handwritten signature and a curved line pointing to the page number.

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À
PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/ABRIL/2009 – ACTA Nº 8

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (08/04/2009)
- 2 – Proposta de atribuição de Medalhas de Mérito
- 3 – Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santo Tirso relativos à gerência de 2008: aprovação
- 4 – Documentos de Prestação de Contas dos SMAES relativos à gerência de 2008: aprovação
- 5 – ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas: Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para que o município se torne associado daquela Agência
- 6 – Protocolo celebrado entre a Direcção – Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna, o Município de Santo Tirso e a Polícia de Segurança Pública, tendo por objecto a construção de uma Esquadra – Tipo B, em Santo Tirso: Ratificação
- 7 – Proposta de Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 2.571,80 m², sita na Rua do Picoto, freguesia e concelho de Santo Tirso, destinada à construção de uma Esquadra – Tipo B, para a PSP
- 8 – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional: Criação do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central e constituição da Sociedade anónima adjudicatária da concessão do mesmo: pedido de parecer da câmara municipal
- 9 – Empreitada: “Ampliação e Beneficiação da Escola EB1/JI de S. Bento da Batalha”: Declaração da Câmara Municipal, a atestar que, tecnicamente, os



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

elementos da solução da obra a realizar apresentados a concurso são os necessários e suficientes à boa execução da obra

- 10** – Proposta de Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Associação Comercial e Industrial do concelho de Santo Tirso, no âmbito da Acção C do MODCOM – Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio e Projectos de Promoção e Animação Comercial para o ano de 2009: Aprovação

11 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 17 de Abril de 2009

O Presidente.

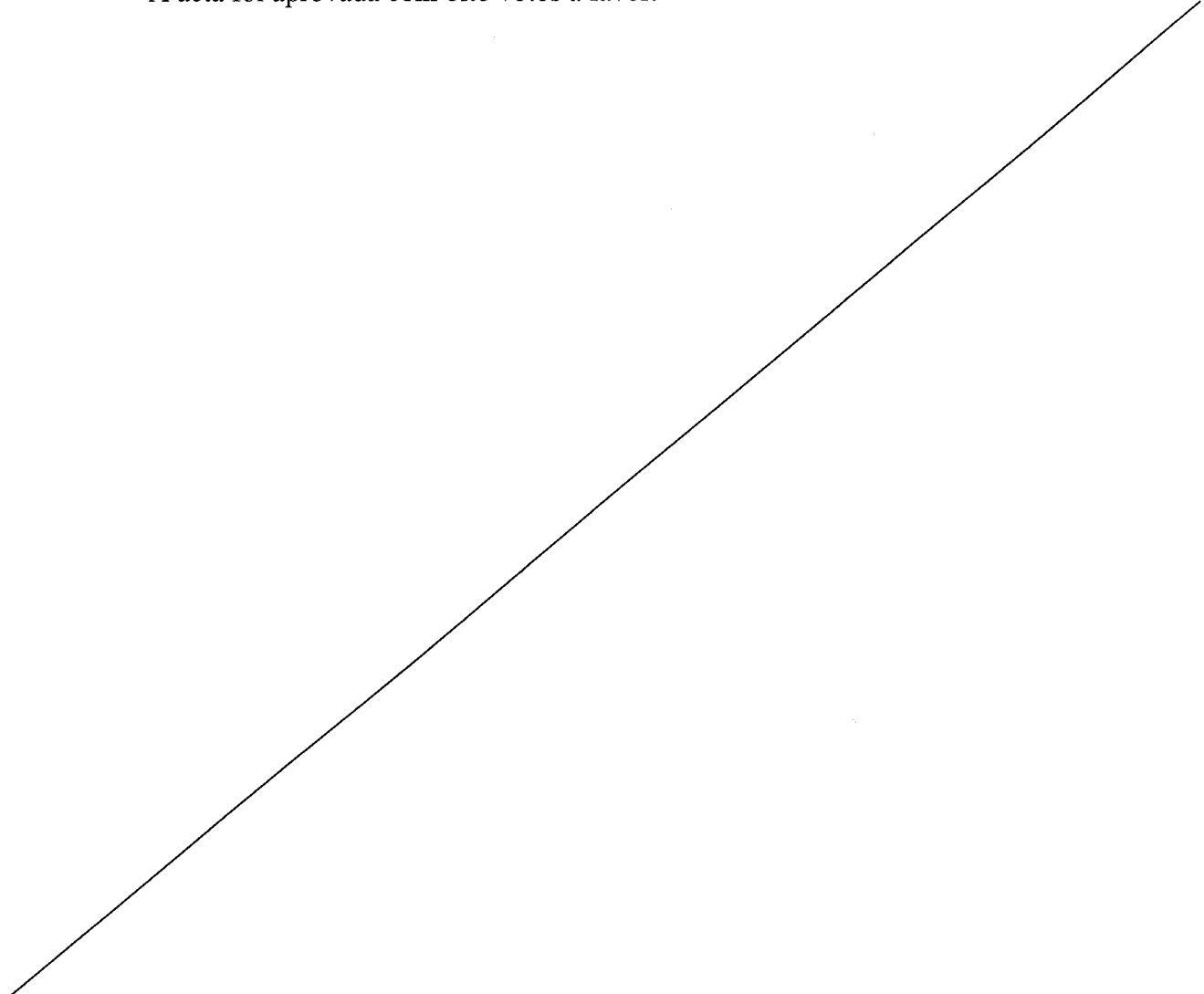


1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (08/04/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia oito do corrente mês de Abril, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----

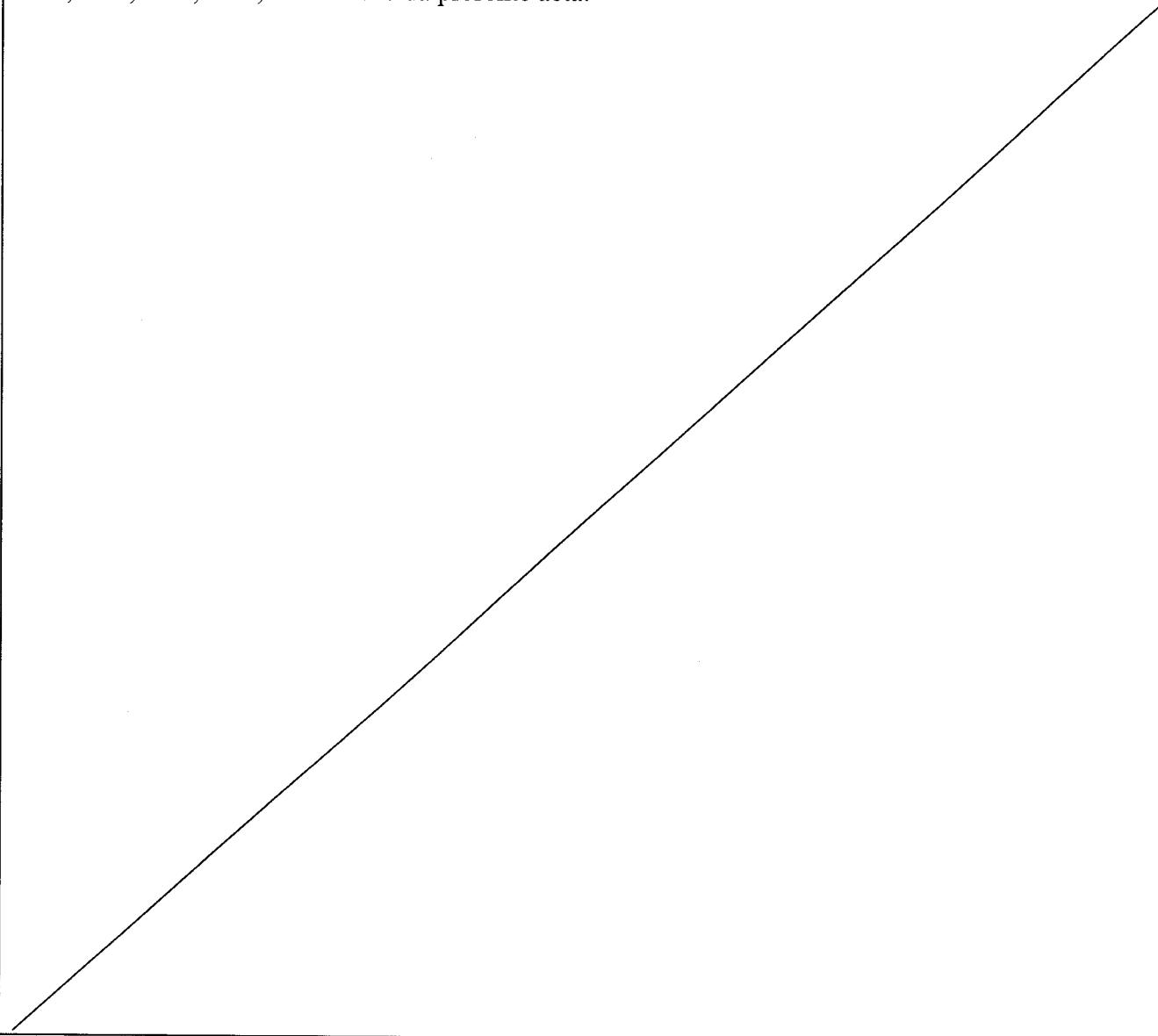




[Handwritten signature]

2. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO.-----

O Senhor Presidente apresentou à discussão e votação da câmara municipal dezasseis propostas de atribuição de Medalhas, sendo oito de Medalhas Mérito, uma de Mérito Cultural e sete de Mérito Desportivo que passam a constituir os pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15 e 2.16 da presente acta.-----





2.1. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO AO DR. JOSÉ AUGUSTO GUERRA-----

Pelo Senhor Presidente foi dito: -----

José Augusto Guerra, nasceu a 31 de Dezembro de 1922. É natural de Avelãs da Ribeira, concelho da Guarda. -----

Terminou o exame da 4ª Classe aos 11 anos. Frequentou o Seminário de Évora durante 7 anos, tendo efectuado exames do Ensino Secundário na Guarda e em Coimbra. Frequentou o Curso de Medicina em Coimbra no período entre 1946-1952, tendo terminado a licenciatura em 08 de Novembro de 1952. -----

Casou em Santo Tirso em 08 de Dezembro de 1950, com Felicidade da Costa Camões Carvalho Guerra, já falecida em 1989, tendo nascido desse casamento dois filhos. -----

Exerceu Medicina em Alverca da Beira e Vila Franca das Neves durante 3 anos, tendo vindo ao Porto tirar Medicina Sanitária. A partir daí, fixou-se em Santo Tirso, onde reside há 53 anos, tendo exercido ininterruptamente neste concelho, a sua missão de médico de Clínica Geral. E é bem conhecida de todos a sua entrega completa à profissão que abraçou, estando disponível para quem precisasse dos seus cuidados a qualquer hora do dia e da noite. Também quem ía ao seu consultório, mesmo que combalido pelas maleitas, ao entrar ficava logo aliviado, pois, em vez de marquesa ou do estetoscópio, quem o recebia era um espaço emparedado de livros e atapetado de revistas, tudo envolvido pelo som da música clássica ou pelas eternas palavras dos poetas na voz de João Villaret. Mas isso contribuiu também para despertar no Dr. Guerra excelentes qualidades de “dizador” de poesia, que ele faz, quase sempre de cor (que quer dizer de coração), durante horas a fio...-----

Um dos ícones identificativos da vida cultural de Santo Tirso, e a “poesia está na rua” teve, desde o início, a colaboração permanente e incansável do Dr. Guerra, numa entrega desinteressada, alimentada apenas pelo seu amor às coisas poéticas.-----

O seu desporto favorito é a caça e os seus tempos livres são a literatura e música, com

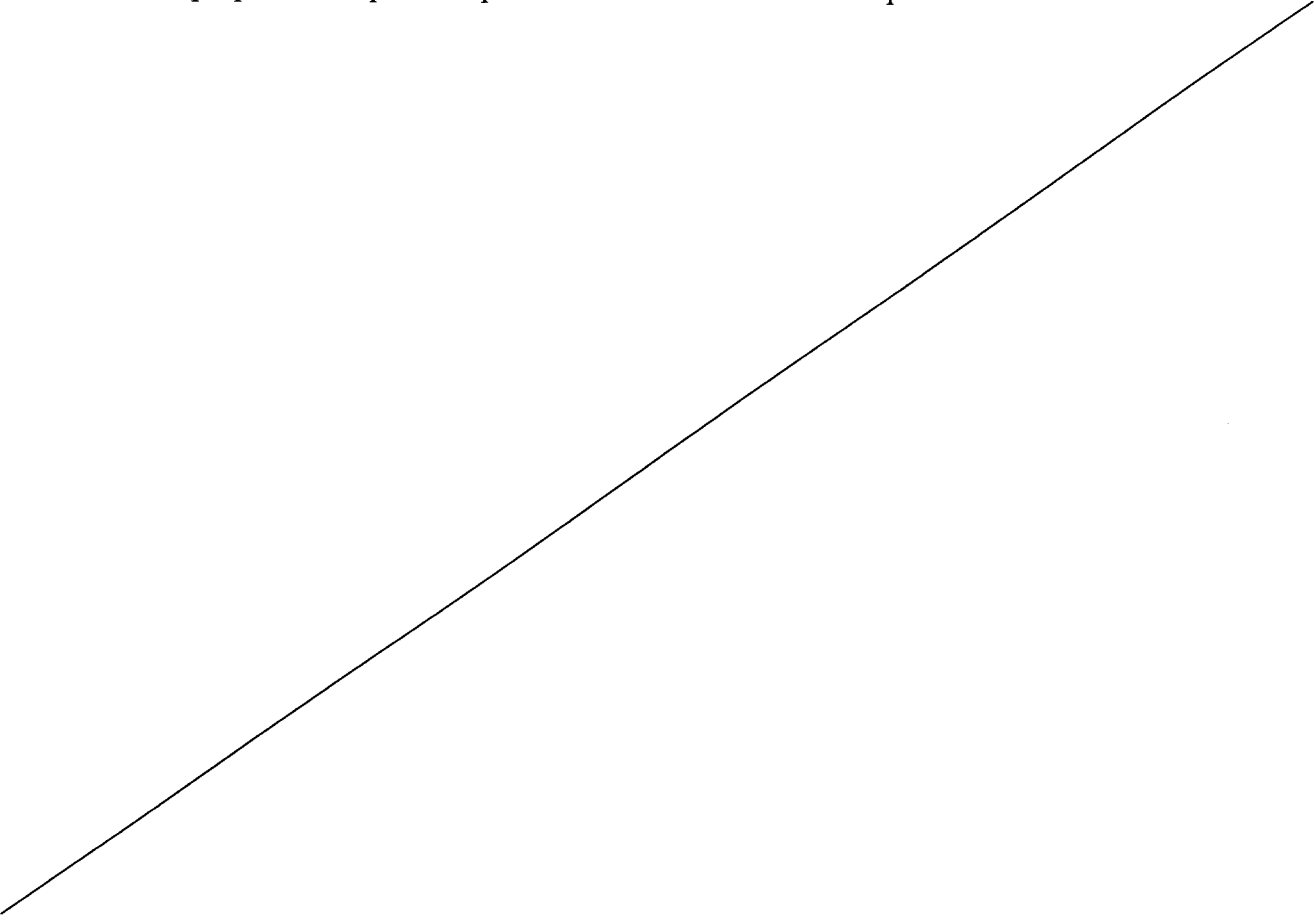


predilecção pela poesia, sobretudo Camões, que tem o prazer de ler todos os dias, assim como Fernando Pessoa e Guerra Junqueiro. Na prosa, prefere Padre António Vieira, Aquilino Ribeiro, Camilo Castelo Branco e alguns autores brasileiros. -----

O seu sentido de serviço, quer no campo da saúde, quer no campo cultural e a sua permanente disponibilidade são exemplos a seguir, pelo que é justo reconhecer publicamente o seu mérito.-----

Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito ao Dr. José Augusto Guerra -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





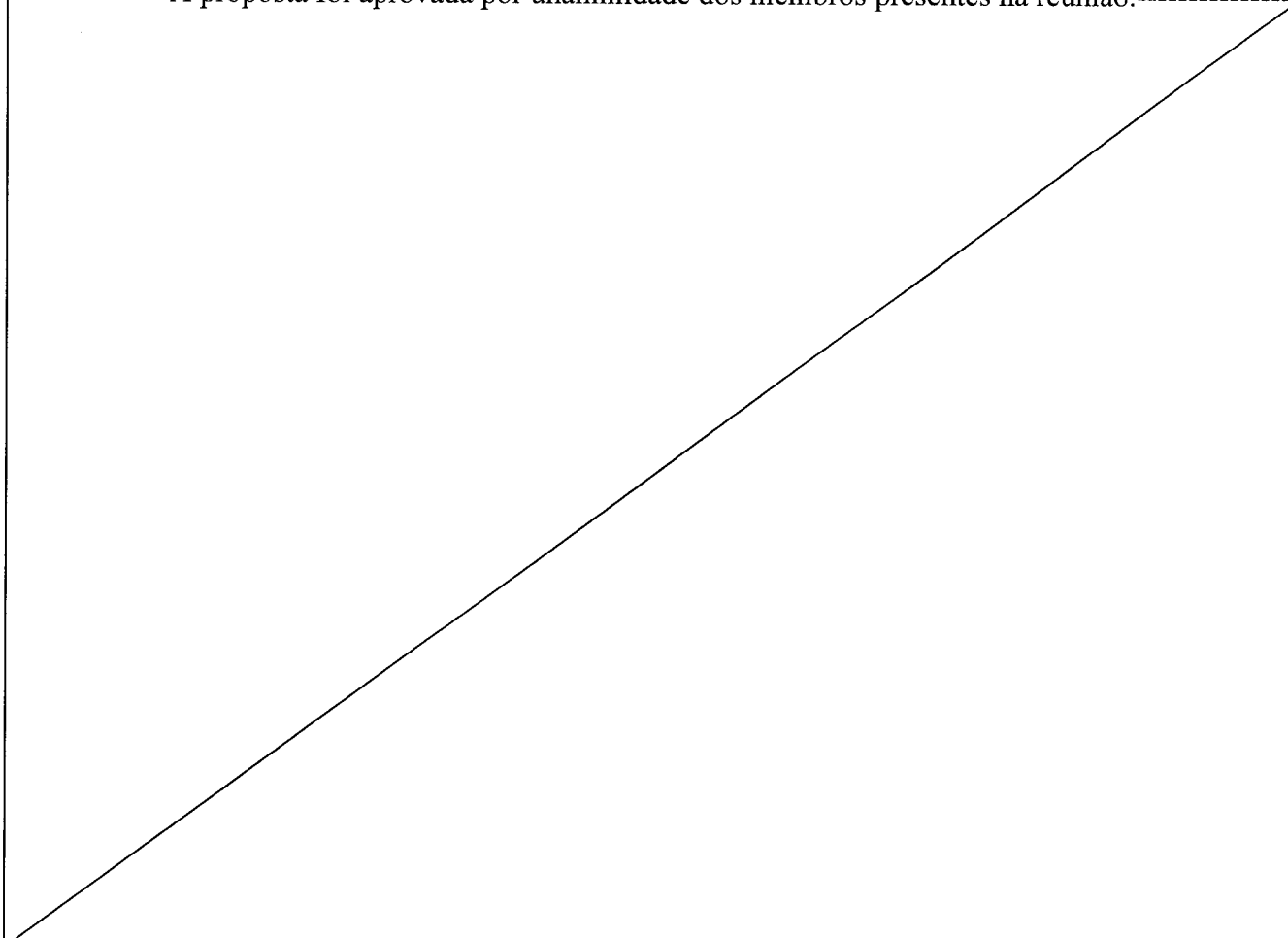
[Handwritten signature]

2.2 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE REBORDÕES -----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Da resenha histórica da Associação Recreativa de Rebordões que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, resulta inequívoco que esta associação se tem revelado em acções que em muito prestigiam o concelho de Santo Tirso, nas áreas desportiva, recreativa e cultural, pelo que proponho a atribuição da Medalha de Mérito à referida associação.-----

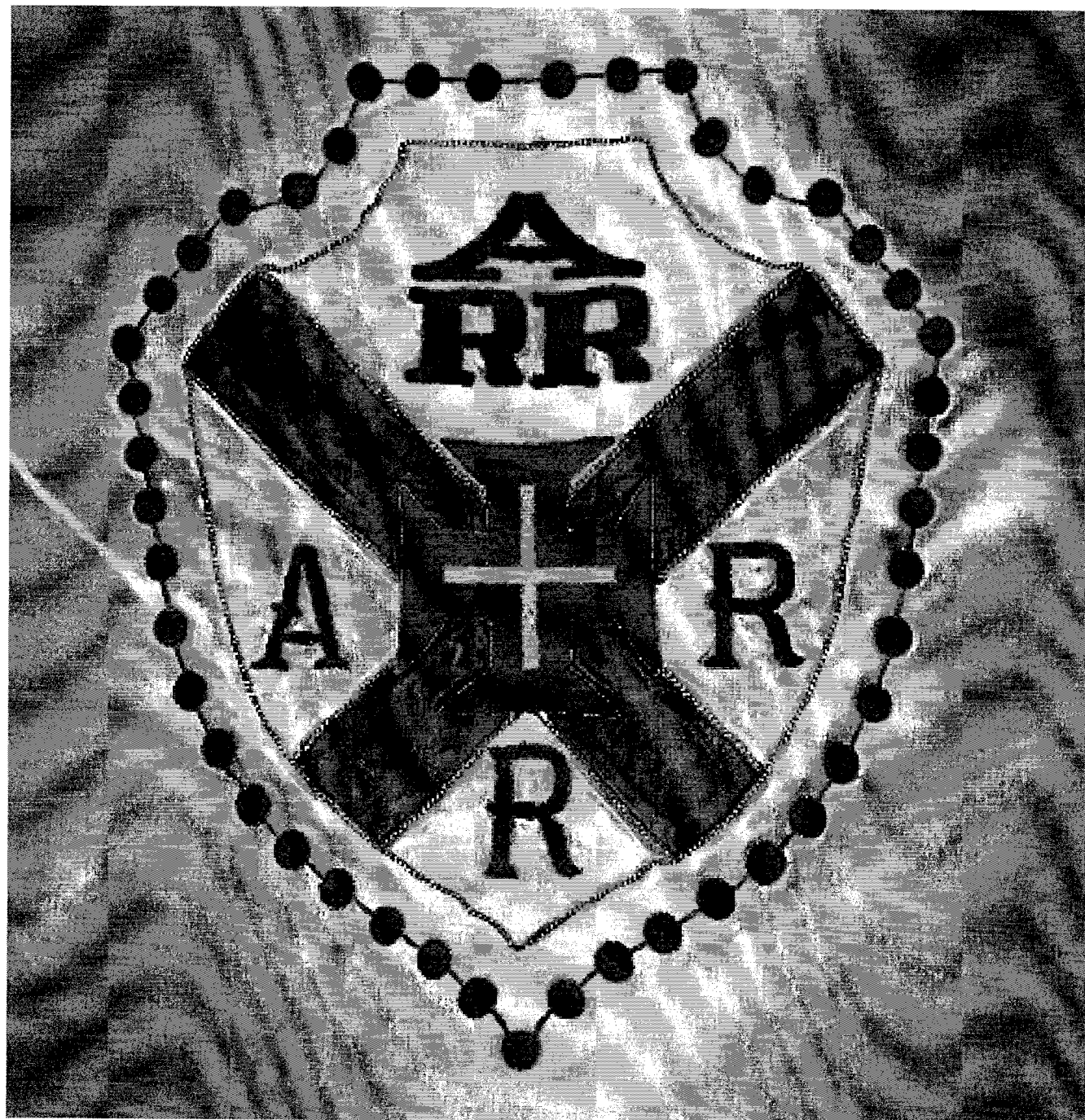
A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





FUNDADA EM 1938

História e Vida





AS ORIGENS

Tudo começa no longínquo dia 9 de Outubro de 1938 com a fundação do FUTEBOl CLUBE DE REBORDÕES.

Clube filiado na Associação de Futebol do Porto para disputar os campeonatos distritais da 2ª divisão e mais tarde disputando o da 1ª divisão, tendo medido forças futebolísticas com clubes como o F.C. Tirsense, F. C. Penafiel., Vilanovense, Rio Ave e muitos outros clubes da época.

O F.C. Rebordões vestia de Azul e Branco, tendo como emblema o mesmo que o Clube Futebol «Os

Belenenses» e seria este mesmo emblema que mais tarde a Associação Recreativa de Rebordões viria a adoptar.

Clube campeão distrital da 2ª divisão, realizava os seus jogos no campo da Bela Vista, no lugar do Rosadouro, tendo mais tarde utilizado outro campo localizado no Souto.

Conta-nos a memória ainda viva desse tempo, na pessoa do Sr. António Martins de Castro, também ele atleta do F. C. Rebordões: «quando havia um dérbi concelhio, entre o F. C. de Rebordões e o F. C. Tirsense, os jogos eram autênticas romarias», movimentando muita gente em redor deste acontecimento desportivo, chegando mesmo a haver foguetório.

Em pleno ano de 1951 e após treze anos de existência do F. C. de Rebordões, acontece o pior. O proprietário do terreno onde se encontrava instalado o campo de jogos decide tomar posse do mesmo, ficando assim o Clube só com os Atletas e sem campo de jogos.

Após várias tentativas dos Dirigentes do Clube para arranjar um terreno onde instalar um novo campo de jogos, estas viriam a não surtir qualquer resultado positivo.

E aqui, sim, começa o princípio do fim do F. C. Rebordões.

UM SONHO ACABA OUTRO COMEÇA

Nesse tempo alguns Dirigentes, Atletas e Associados do F. C. Rebordões continuavam a reunir-se, agora não para o jogo de futebol, mas para conviverem, mantendo sempre laços fortes de união.

O tempo era passado com a prática de jogos tradicionais da época. Mas também acontece que nem todos os jogos praticados tinham a licitude exigida. Este facto fez com que algumas esposas se lamentassem ao Sr. Abade da freguesia de que os maridos chegavam a casa com algum dinheiro a menos.

Com estes factos o Abade da Freguesia, Padre Manuel Gonçalves, conjuntamente com outras

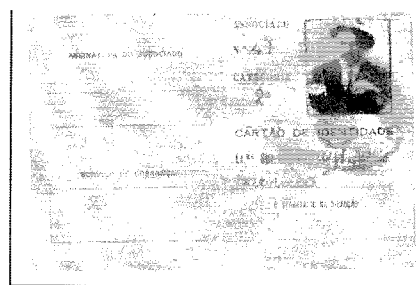
pessoas influentes da altura, resolvem levar a cabo a tarefa de legalizar uma instituição de cariz recreativo, que desse abrigo legal a esse grupo de Rebordoenses.

No ano de 1967 é então criada a **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA de REBORDÕES** com estatutos aprovados pelo Governo Civil do Porto, e com sede social no Lugar do Ribeiro.

A primeira sede social funcionou durante vários anos nos fundos da casa do «QUITO». Mas como o número de associados ia aumentando, os dirigentes sentiram a necessidade de arranjar um



Exemplar de cartão identidade



outro local, com mais espaço e conforto. E assim, a sede social passa para o outro lado da rua, na casa do Sr. Manuel.

Das actividades da A. R. R. faziam parte o futebol popular, ténis de mesa, bailes, excursões, desfiles de máscaras no Carnaval, etc.

Com o passar dos anos vai crescendo nos dirigentes e associados o sonho de um dia possuírem a sua própria sede social e

após alguns anos surge então o primeiro passo para a concretização do sonho. É adquirido um terreno, também no lugar do Ribeiro, para a construção da nova sede social.

É num dos mandatos do Sr. José Miranda que se dá, de facto, a concretização dos sonhos e anseios dos dirigentes e associados. Tem início a construção do novo edifício – sede, com a ajuda de dirigentes, associados e amigos. Uns ofereceram mão-de-obra, outros dinheiro ou materiais de construção e o sonho começa a tornar-se realidade.

Em 28 de Outubro de 1995 é inaugurada a nova Sede Social da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE REBORDÕES, pelo Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara Municipal Santo Tirso, Dr. Joaquim Couto, e benzida pelo Reverendo Padre Celestino Félix. Com este edifício e a sua polivalência, a A.R.R. ficou de facto com uma maior capacidade para o desenvolvimento de actividades culturais, desportivas e recreativas.

É também nesta altura que se assiste a um aumento significativo de associados, bem como à adesão das primeiras mulheres associadas. Sem dúvida esta instituição viveu um momento de singular grandeza.

Mas não satisfeitos e ainda muito motivados, os dirigentes projectaram a construção de um ringue ao lado da sua sede social com o intuito de fomentar a prática desportiva.

Mas como nem tudo são rosas e existe sempre o reverso da medalha, alguns custos financeiros inerentes de obras desta grandeza ficaram por resolver.

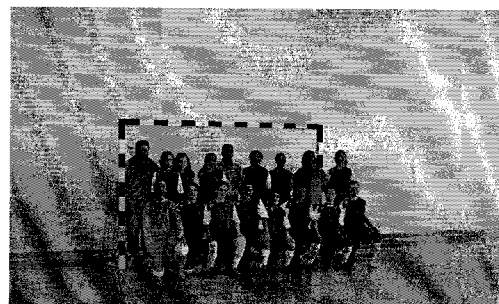
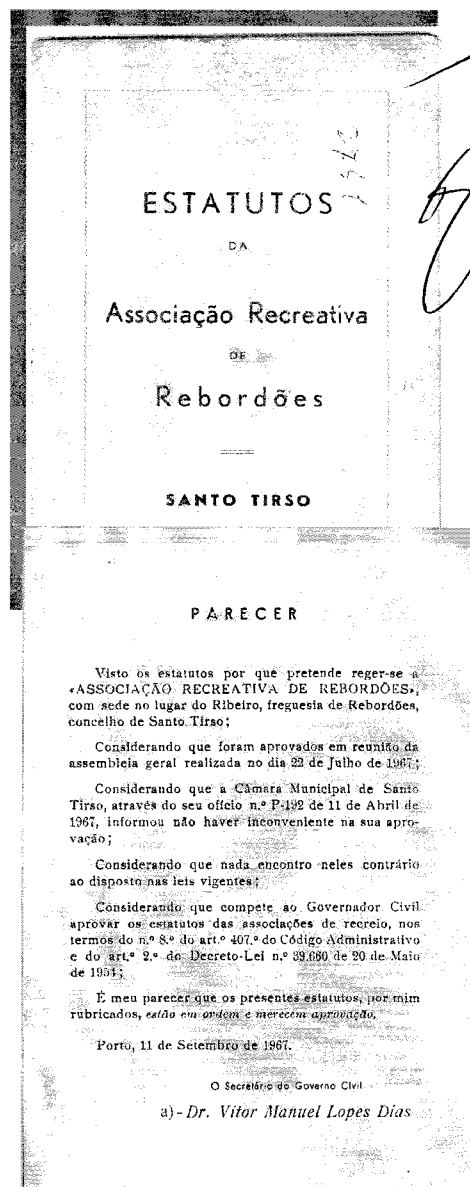
E uma vez mais os dirigentes e associados da A.R.Rebordões mostraram a fibra de que são feitos e em meia dúzia de anos conseguiram liquidar todos os compromissos financeiros assumidos.

Após este período, os dirigentes da A.R.R. viraram-se mais para a consolidação financeira e o desenvolvimento de actividades culturais, desportivas e recreativas, bem como a actualização dos Estatutos.

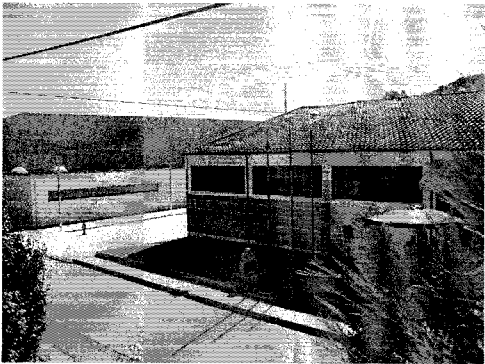
Os últimos oito anos de vida desta colectividade foram sem dúvida os mais ricos ao nível de iniciativas culturais e desportivas.

Ao nível do desporto e recreio as iniciativas neste momento baseiam-se no Núcleo 4x4 e nas duas equipas de Futsal.

O Núcleo 4x4 organiza o seu RAID de Todo-o-terreno no mês de Maio, organização que envolve uma logística significativa e muitos veículos todo-o-terreno, realizando este ano o 7º RAID. No Futsal a A. R. Rebordões tem em actividade uma equipa de futsal masculino, que neste momento apenas actua em torneios populares, e a equipa Feminina inscrita este ano na Associação de Futebol do Porto e que disputa o Campeonato Distrital da 2ª divisão, encontrando-se classificada em 3º lugar, com todas as possibilidades de subir à 1ª Divisão Distrital.



Equipa de Futsal Feminino 2008/2009



Esta equipa de Futsal Feminino é sem dúvida a menina dos olhos da ARR.

Outras iniciativas constam do Plano Anual de Actividades, tais como:

Festa de Carnaval, Jogos da Liberdade (25 de Abril), Passeio Convívio Anual, Festa de Aniversário, Magusto e Festa de Natal.

De realçar ainda que, nos últimos anos e ocasionalmente, foram realizadas outras actividades tais como:

Exposições e venda de artesanato local, exposições de fotografias, desfiles de moda com roupa produzida na freguesia.

Tudo o que foi atrás dito não teria sido possível sem a entrega, dedicação e espírito de sacrifício de todos quantos passaram pelas diversas Direcções da Associação Recreativa de Rebordões.



2.3 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO À SOCIEDADE RECREATIVA REBORDOENSE-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

A Sociedade Recreativa Rebordonse foi fundada em 01 de Dezembro de 1937.-----

O objectivo, na altura, era “canalizar” as pessoas para uma ocupação de tempos livres de uma forma mais saudável na vertente recreativa, cultural e desportiva. -----

Naquela época, a Sociedade foi preponderante na ajuda que prestou às pessoas durante a guerra civil de Espanha e posteriormente na II Guerra Mundial. Não havia dinheiro e foi a maré mais negra que a colectividade atravessou. Passada esta fase da guerra e de muitas dificuldades, o emblema do clube iniciou uma época de actividades por todos reconhecida. Houve circo, fadistas e bailes, abrilhantados com música ao vivo. Existia uma escola de dança, ministrada por um professor conceituado. Praticava-se o tiro ao alvo, futebol, ténis de mesa e, em especial, a secção de damas que foi reconhecida em todo o país. Faziam-se jogos por correspondência em todo o território nacional. Chegou a existir uma sessão de artesanato. Havia quem fizesse bonecos de pano ou utensílios vários, rendas e colchas de linho. -----

Entretanto, havia que dar um impulso para mudar para melhor, tanto na comodidade, como na formação e na recreatividade. Fizeram-se obras de centenas de contos para melhoramento e apetrechamento da sala, que hoje se encontra totalmente modificada, sendo o bufete abrilhantado com as iniciais SRR em vidro espelhado. -----

Surgiu depois o compromisso da compra do prédio onde a sede está instalada. E, assim, a 26 de Novembro de 1999, a Direcção, por contrato realizado no Primeiro Cartório Notarial da cidade e concelho de Santo Tirso, adquiriu um prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, sito no lugar da Boavista, com a área coberta de 75 m2 e quintal com 509 m2. -----

Daí para cá, tem sido feito um grande esforço para melhorar as instalações e, consequentemente, as condições de actividade dos cerca de 280 associados. -----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

As actividades actualmente desenvolvidas são: Pesca Desportiva (participação em concursos concelhios); Convívios entre sócios e familiares na sede; Jogos de cartas e dominó entre sócios (diariamente); Colaboração com as associações locais e regionais; Colaboração em actividades das autarquias locais (Câmara e Junta de Freguesia), entre outras. -----

Esta Associação tornou-se já uma referência pelo seu rico historial, tanto a nível desportivo como cultural, que em muito prestigia o concelho de Santo Tirso, pelo que é merecedora do reconhecimento desta Câmara Municipal. -----

Face ao exposto, proponho que a Câmara delibere distinguir a Sociedade Recreativa Rebordoense atribuindo-lhe a Medalha de Mérito.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

2.4 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO À CASA DO POVO RIO VIZELA -----

Pelo Senhor Presidente foi dito: -----

A Casa do Povo Rio Vizela foi fundada em 20 de Setembro de 1973 com sede na Rua do Giestal, nº 5, da Freguesia e Vila de São Tomé de Negrelos e é uma pessoa colectiva de utilidade pública de base associativa.-----

Desde a sua fundação que a Casa do Povo esteve ao serviço das populações de Negrelos, S. Miguel das Aves, Roriz e Rebordões, tendo a sua sede social sido sempre em Negrelos.-----

Funcionou na Casa do Povo Rio Vizela, desde 1976 até 1991, um posto de atendimento da Caixa de Previdência mais tarde designado por Centro Regional de Segurança Social.-----

Em 1 de Dezembro de 2001 foi inaugurada a sua actual sede social em edifício próprio, pelo Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, obra que foi largamente participada pela autarquia tirsense bem como pela C.C.R Norte, e também por beneméritos da freguesia e população em geral.-----

É a partir desta data, com melhores condições de trabalho, que as Direcções que se seguiram começaram a desenvolver novas actividades.-----

As Festas das Vindimas são já um acontecimento digno do concelho de Santo Tirso, tendo incluído as tradicionais Corridas de Cavalos e Festival Folclórico, bem como o desfile de carros de bois muito tradicionais nesta região.-----

A Casa do Povo Rio Vizela desenvolve no seu interior uma escola de música e dança, com professora habilitada, bem como o tradicional concurso Miss Casa do Povo Rio Vizela e desfile de moda infantil.-----

Tem ATL em protocolo com a APEN (Associação de Pais de Escolas de Negrelos), bem como protocolo com a Clínica São Tomé desde 21 de Abril de 2002.-----

Promove passeios - convívio, Magusto Anual e outras actividades, tais como jogos de Malha, Sueca e Bilhares.-----

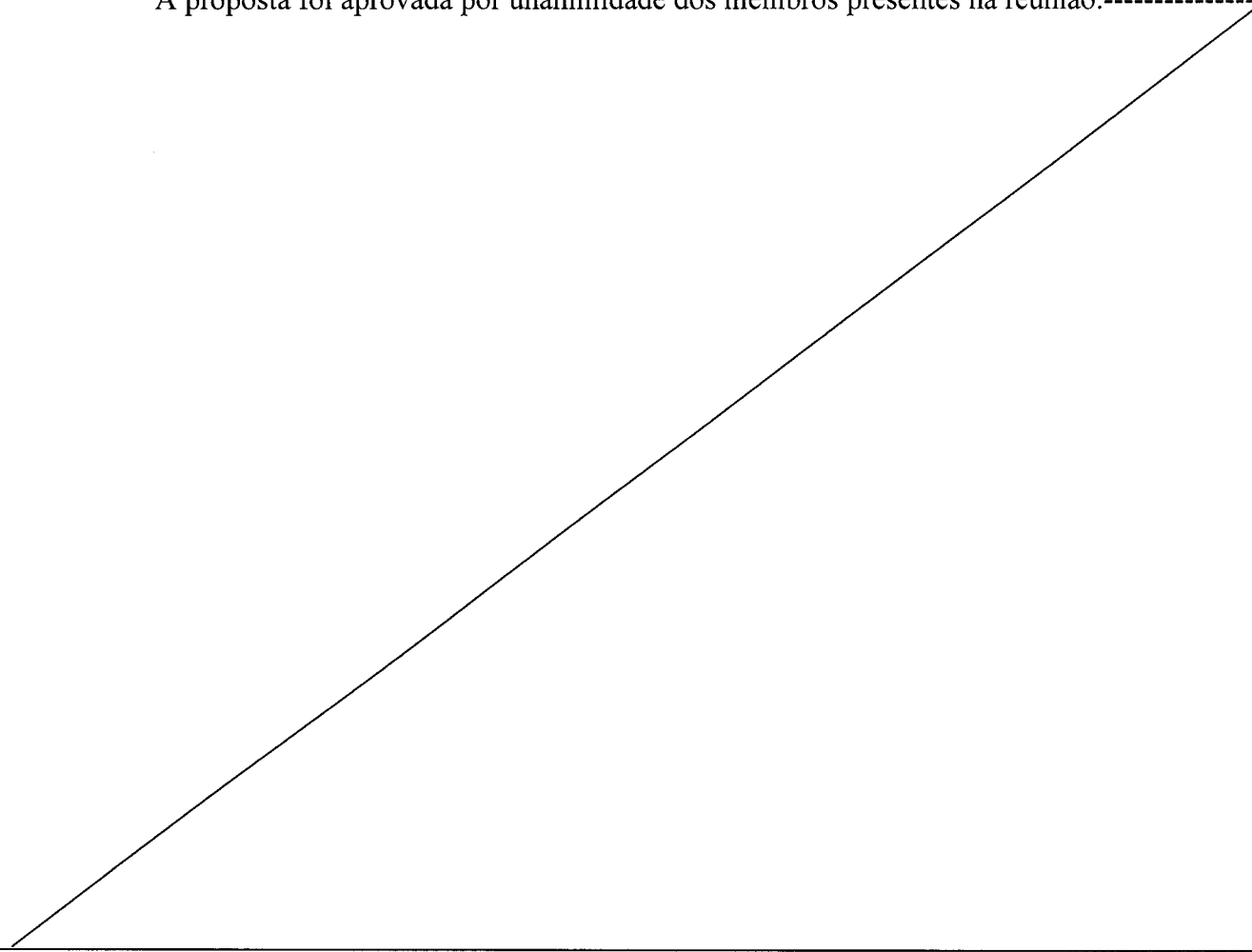


A sua sede social encontra-se aberta diariamente aos sócios e seus acompanhantes, bem como à população em geral.-----

Colabora, sempre que lhe é solicitado, em todas as actividades da Junta de Freguesia bem como da Câmara Municipal.-----

Face ao exposto, parece-nos justo que a Câmara Municipal distinga de forma pública e solene a Casa do Povo Rio Vizela, atribuindo-lhe a Medalha de Mérito, o que expressamente proponho. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





Handwritten signature and date: 22

2.5 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO AO REVERENDO PADRE DAMIÃO OLINDO DAS NEVES BASTO-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

O Rev. Padre Damião Olindo das Neves Basto, pároco da paróquia de S. Pedro de Agrela, concelho de Santo Tirso, desde 1970 até hoje, cujo “curriculum vitae” se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, tem exercido uma acção verdadeiramente meritória, em todos os vectores da vida humana, no exemplar cumprimento do Ministério em que foi investido. Ao longo destes anos tem sabido estar atento à comunidade que lhe foi confiada, aos seus problemas e anseios, sempre com espírito de serviço em todas as actividades que desenvolve, pelo que é justo reconhecer publicamente o seu mérito.-----

Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito ao Rev. Padre Damião Olindo das Neves Basto. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

Large diagonal line across the bottom of the page.



Damião Olindo das Neves Basto

Natural da Paróquia de S. Cosme e S. Damião – Gondomar

Filho de António Pereira Basto e de Deolinda Alves das Neves

Frequentei o Seminário do Porto

Nasci em 26/11/1937

Fui baptizado em 02/01/1938

Confirmado a 08/12/1948

Ordenação Sacerdotal a 04/08/1963

Missa Nova a 15/08/1963

Neste Ano Paulino, baila nos meus lábios e no coração, tentando rejuvenescer cada dia o pensamento de S. Paulo: "Pela graça de Deus sou o que sou ... e a Sua graça em mim não foi em vão" 1ª Cor.15,10.

Padre, Pároco, Professor, Pregador

Estive a coadjutor em Lourosa – Vila da Feira.

Pároco de Canelas e Espiunca – Arouca

Pároco de Agrela, Santo Tirso, desde 1970 até hoje

Fui Pároco de Agrela e Reguenga – Santo Tirso

Pároco de S. Pedro de Agrela e Água Longa

Pároco de Agrela e Sobrado – Valongo

Pároco de Agrela e Santiago da Carreira

Fui Professor no Externato de S. António – Arouca

Professor na Escola Agrícola – Santo Tirso, vários anos, leccionando várias disciplinas

Professor na Escola EB2/3 de Pedrouços – Maia, vários anos, até atingir a aposentação, leccionando Religião e Moral

Professor na Escola de Águas Santas, pertencendo ao grupo de Professores Fundadores.

Humildemente, lembro que me dediquei com afinco e, Deus sabe com que generosidade à Pregação nas Festas Religiosas Populares, colaborando com os Reverendos Colegas sempre generosos na difusão alegre da Evangelização.

Por isso ... renovo o "Magnificat" S. Lucas 1.46:

- Agradecendo jubilosamente a Deus tantas graças recebidas
- Lembrando piedosamente os familiares e amigos que o Senhor já chamou a Si
- Saudando fraternalmente e com gratidão a boa gente que tentei servir sempre com alegria

Paróquia de S. Pedro de Agrela, 22 de Abril de 2009

Obrigado, Senhor!

Padre Damião Olindo das Neves Basto



2.6 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO AO AGRUPAMENTO 0004 do C.N.E. - VILA DAS AVES -----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Desde há muito tempo que a ideia de lançar o Escutismo na Vila das Aves andava na mente de muita gente. -----

Foi então que, a 1 de Outubro de 1933, surge o agrupamento 4 do C.N.E. de Vila das Aves, pela mão do Padre Álvaro Guimarães, Luís Gonzaga Mendes de Carvalho e Monsenhor José Ferreira, que nunca pensaram que esta ideia pudesse causar um impacto tão grande junto dos jovens daquela Vila. Os primeiros escutas filiados como exploradores foram 16.-----

As primeiras unidades a funcionar foram o grupo 90 e a alcateia 53, só mais tarde é que surgiu o agrupamento 4 cujo patrono é S. Miguel. -----

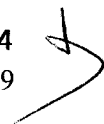
O Agrupamento foi tendo ao longo da sua vida vários locais de reunião, desde uma pequena sala na residência paroquial, passando pela junta de freguesia e salão paroquial, tudo isto antes da construção da sua própria casa. A 1ª pedra desta enorme infra-estrutura foi benzida num acampamento realizado nos dias 30 de Junho e 1 de Julho de 1979. -----

Foi com o suor de todos aqueles que pertenciam a este agrupamento que a sede se foi erguendo do nada, pedra sobre pedra. Até que chegou o grande dia: a inauguração da nova sede. Para muitos, foi a realização de um sonho e para outros a emoção de receber uma nova casa. Tudo isto se passou no dia 6 de Novembro de 1988 aquando das comemorações do 55º aniversário. -----

Esta inauguração contou com a presença do Bispo D. Agostinho de Moura e dos chefes Nacional e Regional do C.N.E., além de outras individualidades representativas. -----

No átrio do edifício, foi descerrada uma lápide onde constam os seguintes dizeres “Homenagem do agrupamento 4 ao povo de Vila das Aves”. -----

Mais tarde e em homenagem a todos os fundadores o agrupamento mandou construir um busto na extremidade da Rua dos Escuteiros, em sinal de agradecimento pelo contributo prestado. ----

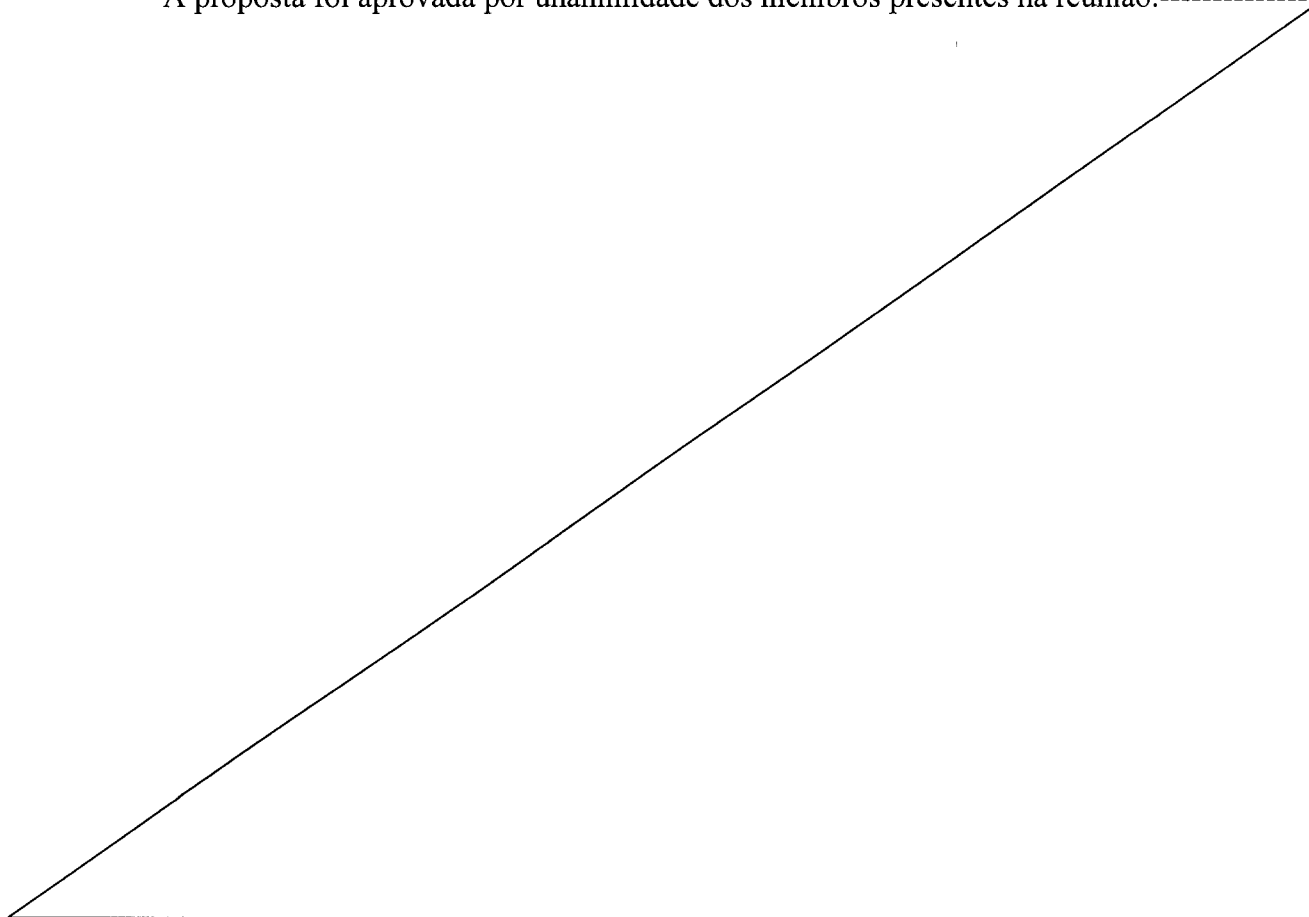


O Agrupamento nº 0004 de Vila das Aves, ao longo deste 75 anos, foi sempre fiel à sua missão Escutista de educação das crianças e dos jovens, ajudando-os na definição de um sistema de valores baseado em princípios espirituais, sociais e pessoais. -----

Promove o respeito do escuteiro por si próprio e pelos outros, fomentando um estilo de vida em que se sintam plenamente realizados como indivíduos e desempenhem um papel construtivo na sociedade. -----

Do que foi dito, resulta inequívoco que o Agrupamento 0004 de Vila das Aves merece o reconhecimento público desta Câmara Municipal, pelo que proponho a atribuição da Medalha de Mérito ao referido Agrupamento de Escuteiros.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





2.7 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL À FRATERNIDADE NUNO ÁLVARES DE VILA DAS AVES -----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

A Fraternidade Nuno Álvares de Vila das Aves (FNA) foi fundada a 1 de Abril de 1979 e comemora neste ano de 2009 o seu 30º aniversário. Trata-se de uma Associação privada de fiéis, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, constituída por antigos filiados do Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Escutismo Católico Português, que deixaram o activo naquela Associação. -----

Tem como finalidades: estreitar os laços de AMIZADE que unem todos quantos militaram no activo do CNE, sendo elo de ligação de todos os que se mantenham fiéis à Lei e aos Princípios do Escutismo Católico; constituir uma forte falange de APOIO ao CNE, na medida das possibilidades da Associação e de cada um dos seus Associados; possibilitar a participação dos Associados em manifestações escutistas, desde que não haja inconveniente para a FNA e para o CNE; permitir a partilha entre a EXPERIÊNCIA do passado e as realizações do presente, pelo desenvolvimento das relações entre os antigos e actuais Escuteiros no activo; manter vivo, nos seus Associados, o Espírito Escutista, nomeadamente na vivência da FÉ e humanismo Cristão, na atitude de SERVIÇO voluntário ao próximo, nomeadamente na Paróquia, na partilha fraterna MUNDIAL, com os outros irmãos Escuteiros e Guias, e na protecção da NATUREZA. -----

O núcleo nº 7 de Vila das Aves é o núcleo mais antigo do Concelho de Santo Tirso e conta com o Pároco Fernando Azevedo Abreu como assistente. -----

Bem recentemente, durante a comemoração do seu 30º aniversário, a FNA de Vila das Aves bem como Manuel Alves Oliveira, Presidente do núcleo, receberam do Presidente da Região de Braga da FNA um diploma com um “Louvor Nacional”, aprovado em reunião do Conselho Nacional da FNA. -----

Pelo trabalho que têm desempenhado, quer em Vila das Aves, quer a nível Concelhio, através das suas múltiplas actividades, da qual foi um bom exemplo a presença no acampamento de



Jovens de Saint. Péray e Gross-Umstadt em Julho passado na cidade de Santo Tirso, e os concursos de quadras populares que organiza, são merecedores do reconhecimento desta Câmara Municipal, pelo que proponho a atribuição da Medalha de Mérito à Fraternidade Nuno Álvares de Vila das Aves.

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



Handwritten signature and date: 27

2.8 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO À PROFESSORA MARIA ISABEL MORÊDA DE MIRANDA -----

Pelo Senhor Presidente foi dito: -----

Maria Isabel Morêda de Miranda é natural e residente na freguesia e concelho de Santo Tirso. Leccionou Educação Física durante 40 anos, em Santo Tirso, tendo sido professora de todas as jovens que durante uma determinada época tinham aquela disciplina. Toda a sua vida foi virada para os jovens, quer no ensino, quer em diversas actividades e movimentos que se inseriam no meio social. Foi a dinamizadora da criação do Grupo de S. José, pelo qual foi responsável durante 50 anos, empenhando-se em fazer desta associação particular uma realidade que concretizasse o seu objectivo final – formar moral, humana e civicamente os seus elementos num período em que pouco havia direccionado para os tempos livres dos jovens rapazes, mantendo-os ocupados de uma forma saudável através da prática desportiva, da dinamização de actividades nas áreas cultural e recreativa (teatro, biblioteca, concursos, passeios) e uma sede – a segunda casa – aberta todo o dia com tudo à disposição. Ainda hoje se reúnem num jantar convívio, por volta do dia 19 de Março, Dia de S. José, cerca de 80 elementos de diversas idades e cujo número vem crescendo à medida que os anos avançam. O Grupo foi realmente a concretização de um sonho que ainda hoje gera saudades, nostalgia, porquanto foi marcante nas vidas dos seus elementos, na cidade de Santo Tirso.-----

São de salientar as qualidades que lhe são reconhecidas como a amizade, respeito, seriedade, educação, força de vontade para a concretização dos projectos e disponibilidade entre outras.-----

O seu sentido de serviço, quer a nível educacional, como cultural, desportivo e social, e a sua permanente disponibilidade são exemplos a seguir, pelo que é justo reconhecer publicamente o seu mérito. -----

Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito à Professora Maria Isabel Morêda de Miranda -----

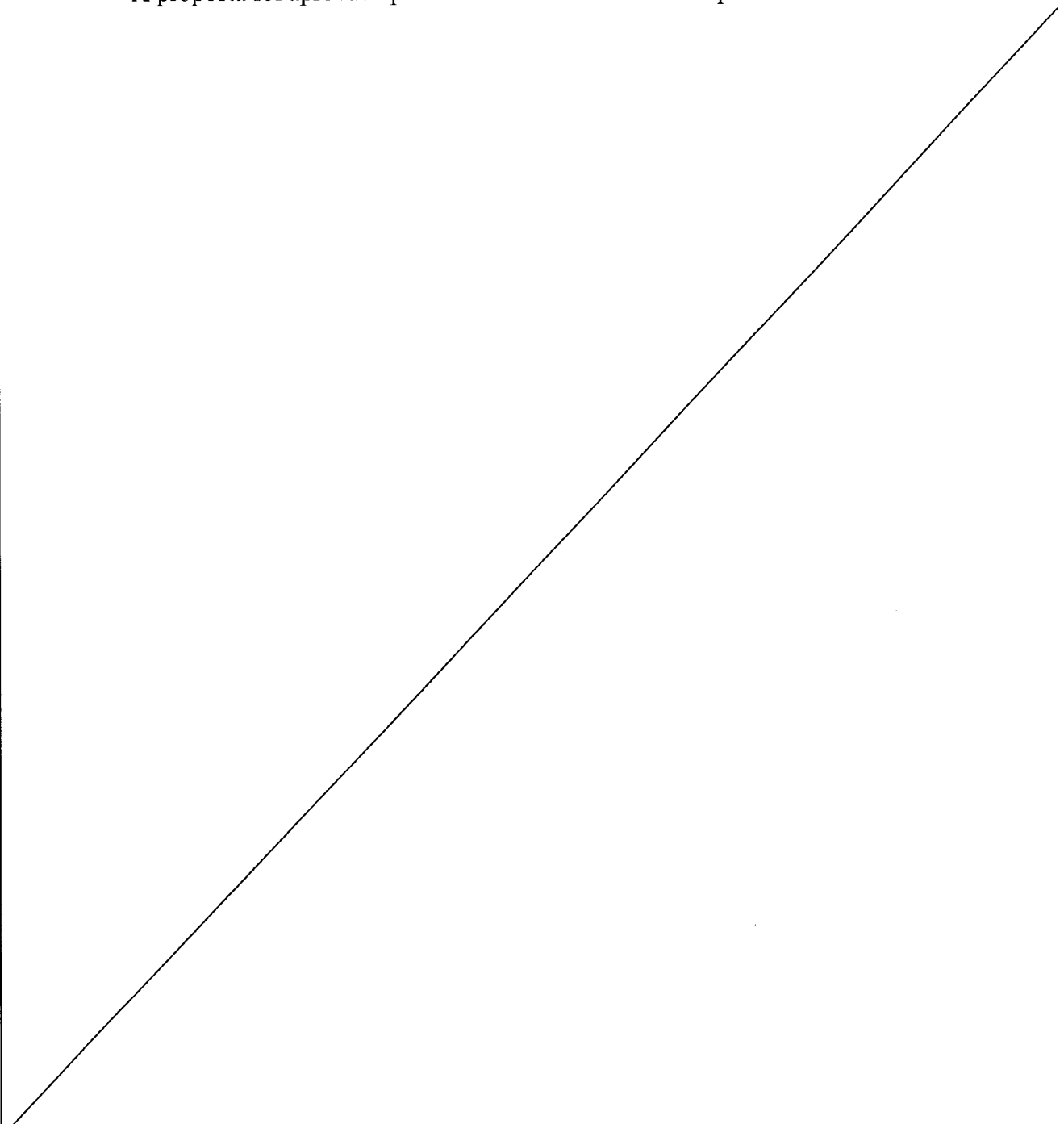


Acta N.º 8 Fl. 28
22 de Abril de 2009

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





2.9 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL À ESCOLA DE MÚSICA DE S. MARTINHO DO CAMPO -----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

A Escola de Música de S. Martinho do Campo é uma associação sem fins lucrativos, com 25 anos de dedicação ao ensino da música. -----

Foi criada pela necessidade de promoção da formação e cultura musicais. -----

Situa-se na Travessa da Escola Secundária, na freguesia de S. Martinho do Campo e funciona em pré-fabricado anexo da EBI S. Martinho do Campo, composto por duas salas de aula, uma pequena sala de apoio, duas casas de banho (feminino/masculino), instalações provisórias cedidas através de um acordo entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a DREN (Direcção Regional de Educação do Norte). -----

A Associação é constituída por alunos, professores, pais, encarregados de educação, ex-alunos e toda a comunidade em geral. -----

Actualmente conta com um total de 50 alunos, dos 6 aos 50 anos e 8 professores. A Escola de Música de S. Martinho do Campo funciona de 2ª Feira a Sábado, sendo o horário estabelecido no início de cada ano lectivo de acordo com a disponibilidade dos alunos, professores e pais. Os alunos poderão frequentar aulas de iniciação musical, formação musical e Órgão, instrumento - clarinete, instrumento - flauta de bisel contralto, instrumento - flauta transversal, instrumento - oboé, instrumento - saxofone, instrumento - trompete, instrumento - guitarra/viola dedilhada, instrumento - violino. -----

A Escola possui um conjunto de instrumentos: flauta, clarinete, saxofone, trompete e violino, que disponibiliza aos alunos para a aprendizagem inicial, por um período de 2 anos. -----

Os alunos são oriundos da freguesia de S. Martinho do Campo e freguesias vizinhas, nomeadamente, Roriz, S. Mamede de Negrelos, Vila das Aves, Lordelo e Vilarinho. -----



Pela Escola passaram mais de 200 alunos, dos quais cerca de 20 prosseguiram estudos e actividade profissional na área da música, e mais de 30 ainda hoje se mantêm no activo na música como actividade extra- profissional. -----

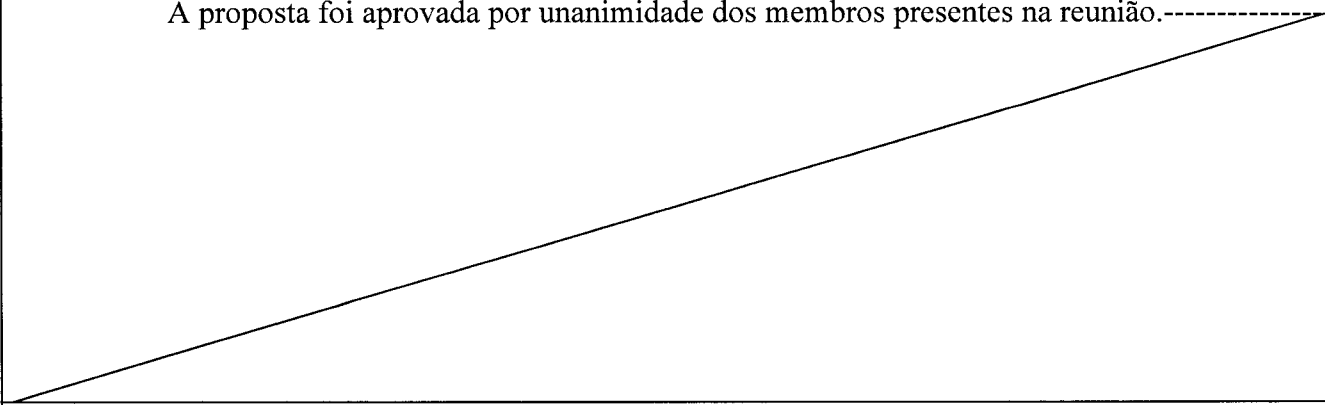
Todos os anos, a escola organiza e participa em actividades na comunidade local, nomeadamente: audições trimestrais dos alunos; “Cantar as Janeiras”; Concertos da Orquestra da escola nas Festas da Vila de S. Martinho do Campo, Festa de São Martinho e no Concerto de Natal, a convite da EBI de S. Martinho do Campo. -----

Como objectivo inicial, e sempre que lhe foi possível, a Escola ministrou o ensino da música gratuitamente. Nos últimos anos verificou-se uma diminuição acentuada dos apoios/donativos privados (empresas e particulares), pelo que os pais têm contribuído com uma prestação mensal mínima para suporte das despesas elementares. A Direcção tem promovido e desenvolvido um conjunto de acções para angariar fundos. -----

Esta Escola de Música tornou-se já uma referência no campo musical, não só na freguesia de S. Martinho do Campo, como no concelho de Santo Tirso, pelo que, por ocasião das comemorações dos seu 25º aniversário, é merecedora do reconhecimento público desta Câmara Municipal.-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara delibere distinguir a Escola de Música de S. Martinho do Campo com a Medalha de Mérito Cultural. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





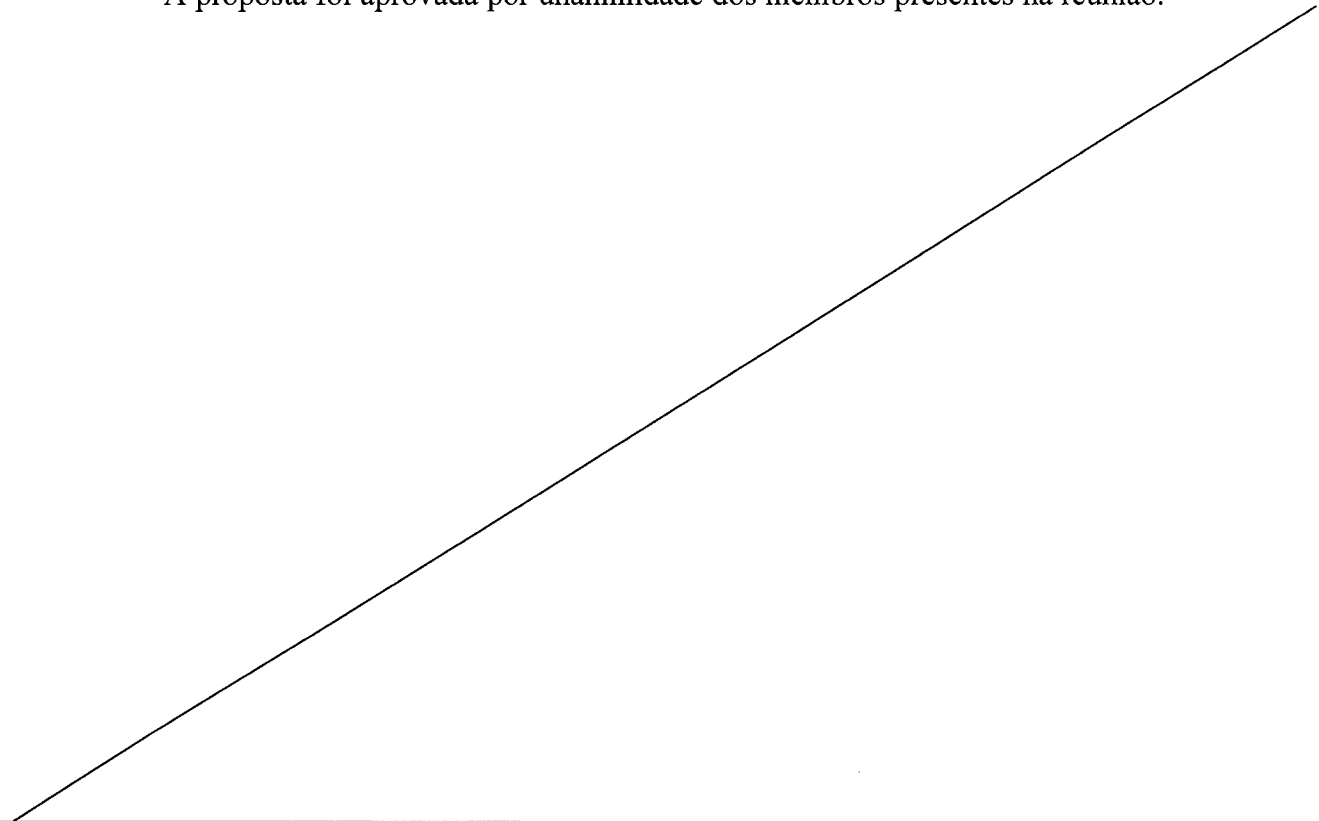
2.10 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO AO FUTEBOL CLUBE CALDAS-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

O Futebol Clube Caldas celebra no presente ano cinquenta anos de existência, cujo historial, de forma resumida, consta do documento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

Por ocasião da celebração desta efeméride e face ao historial desta associação desportiva, que muito tem prestigiado o concelho de Santo Tirso, parece-nos justo o reconhecimento público do seu mérito, pelo que proponho a atribuição da Medalha de Mérito Desportivo ao Futebol Clube Caldas.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



O Futebol Clube Caldas foi fundado a 10 de Junho de 1959 e está sediado na freguesia de Areias, teve como principais impulsionadores na sua fundação José Rocha, Manuel Fonseca, Joaquim Vieira e Aurélio Mansilhas, que começaram com a pratica do futebol, nas variantes de Futebol 11 e de salão. Ao longo dos anos desenvolveu-se na prática de outras modalidades como o atletismo, ciclismo, karaté, com participações em torneios no estrangeiro . Participou desde o seu início nos jogos juvenis concelhios, organizando a sua quarta edição, em 1984, com participações nos vários escalões e modalidades com resultados que são de todos conhecidos no qual se realça o Futebol de Salão Feminino, em que foram Tricampeões.

O clube tem o orgulho e privilégio de ser o único clube no Concelho que participa no Campeonato Concelhio de Futebol Amador desde a sua primeira edição ininterruptamente até há actualidade com resultados muito satisfatórios desde classificações modestas até mesmo à conquista do mesmo.

O Futebol tem sido o veículo que tem transportado o clube não só no concelho como junto de algumas comunidades de Emigrantes com participações em competições e encontros junto delas, e com isso têm levado a freguesia de Areias e o concelho de Santo Tirso além fronteiras. Foram sempre um clube virado para que os jovens participassem e competissem no desporto de forma saudável, mas também apostando na sua formação cívica e de outros valores que não só a verdadeira competição. Mais recentemente apostaram fortemente na formação das camadas mais jovens, já que era uma lacuna existente na freguesia e federaram na Associação de Futebol do Porto equipas de Escolas e Infantis aos quais tem tido resultados que muito tem valorizado quer o clube quer a freguesia de Areias já que a transportam por todo o distrito do Porto e outros.

È um clube que este ano comemora o seu Cinquentenário e por isso se apresenta como uma das colectividades amadoras mais antigas do Concelho de Santo Tirso e que muito tem contribuído com resultados e pessoas para o desenvolvimento do desporto dito amador, e que tem prestado excelentes serviços em prol da freguesia de Areias e do próprio concelho.



2.11 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NEGRELOS -----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

A Associação Recreativa de Negrelos foi fundada em 29 de Janeiro de 1937 e tem a sua sede instalada na Av. da Ponte, nº 82, na freguesia de São Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso.-----

A sua actividade orienta-se para o Desporto e Recreio, merecendo relevância na parte desportiva a prática de Futebol de 11 Sénior. Tem já 20 participações no Campeonato Concelhio, onde alcançou o 1º Lugar do Campeonato na época 1993/94. Conta também com 20 presenças na Taça Concelhia, sendo finalista vencido na época 1991/92. Participou ainda na Super Taça Concelhia, alcançando o 1º lugar na época 1993/94. De salientar, também, as 9 presenças no Torneio Vila de Negrelos, sendo vencedores em 1999, 2005 e 2007.-----

Na época de 2005/06 subiu de divisão da 3ª para a 2ª distrital em Futsal Sénior. -----

Foi campeã de Futsal Júnior nos Jogos Juvenis Concelhios em 1989, 1992, 1993 e 1997, sendo também vencedora da Taça Concelhia e Super Taça Concelhia de Futsal Júnior em 2007. Foi também Campeã da prova extra da Associação de Futebol do Porto em 2007/08.-----

Na pesca desportiva, conta já com 15 presenças no Campeonato Concelhio de pesca, alcançando o 1º lugar individual em 2007. Na modalidade de Voleibol, participou em várias provas nacionais na década de 70. Nos Jogos Juvenis Concelhios, foi campeã em Andebol em 1992, campeã em Basquetebol em 1992 e campeã em Ténis de Mesa em 1988 e 1996.-----

Do que foi dito, resulta inequívoco que esta associação se tem revelado em acções que em muito prestigiam o Concelho de Santo Tirso, na área desportiva e recreativa, pelo que proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir à Associação Recreativa de Negrelos a Medalha de Mérito Desportivo. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



**2.12 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO A
DIOGO DOMINGUES BARBOSA DA FRADA-----**

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Diogo Domingues Barbosa da Frada, nascido em 21 / 09 /1985, natural da Freguesia de Agrela e residente na Rua Visconde de Cantim, nº 739, - freguesia da Reguenga, Concelho de Santo Tirso, é licenciado em Desporto e Educação Física pela Faculdade do Desporto da Universidade do Porto e apresenta o seguinte currículo: -----

Percurso como Atleta: -----

- Ginásio Clube de Santo Tirso: - Iniciou a sua carreira aos nove anos nas Escolas de Voleibol do Ginásio Cube de Santo Tirso, tendo percorrido todos os escalões desde o mini – volei até aos seniores, (ainda com idade de júnior). Foi Campeão Regional de Iniciados Masculinos na época de 1999 – 2000 e Campeão Regional de Voleibol de Ar – Livre no escalão de Iniciados Masculinos 1999 – 2000. -----

- Subiu de divisão da 2ª para a A2 na época de 2003/04 -----

- Iniciou a sua carreira na principal divisão do A1, ainda com idade de Júnior, na época de 2004 / 05 ao serviço do Vitória de Guimarães. -----

- Clubes e classificações: -----

- Vitória de Guimarães - 2004 / 05 – 3º lugar -----

- 2005 / 06 – 2º lugar -----

- 2006 / 07 – 2º lugar -----

- Esmoriz Ginásio Clube - 2007 / 08 – 12º lugar -----

- Ginásio Clube Castelo da Maia - 2008 / 09 – 5º lugar -----

Títulos: -----

- Campeão Nacional Universitário de Voleibol de Praia -2004/05 (representou a Academia Portuguesa na Eslovénia tendo obtido classificação de 12º lugar) -----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

- Campeão Nacional Universitário (pavilhão) – 2006/07 -----
- Galardão de Mérito desportivo atribuído pela Reitoria da Universidade do Porto. -----

Seleccções: -----

- Selecção Cadetes Regional Norte – 2000/01 e 2001/02 -----
- Selecção Nacional Sénior – 2007/08 - Qualificação para o Campeonato da Europa e Poule Olímpica e Liga Europeia. Foi convocado para os três Torneios e foi titular na Liga Europeia, tendo sido o 3º melhor distribuidor do torneio.-----
- Selecção Nacional Sénior – 2008 / 09 – Torneio de Qualificação para o Campeonato do Mundo 2010 e Liga Europeia 2009 (por motivos profissionais abdicou desta convocatória). -----

É o primeiro atleta tirsense a representar a selecção nacional de Voleibol, tendo sido designado capitão no jogo com a Inglaterra. Tal só foi possível porque o Diogo é um jovem possuidor de sólida formação e elevado espírito de grupo, responsável e dedicado, esforçando-se até ao limite para contribuir para o êxito do grupo em que se encontra envolvido.-----

Pela sua personalidade, por tudo o que já fez e se encontra expresso no currículo acima, porque ainda é muito jovem e pode, no futuro, granjear ainda outros títulos e muitas vitórias desportivas e, essencialmente, porque pode servir de um óptimo exemplo a tantos jovens do nosso concelho, proponho que o senhor Doutor Diogo Domingues Barbosa da Frada seja distinguido, por esta Câmara Municipal, com a atribuição da Medalha de Mérito Desportivo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



**2.13 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO A
BRUNO TIAGO FERNANDES ANDRADE -----**

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Bruno Tiago Fernandes Andrade, nascido em 01 de Abril de 1981, natural do concelho de Santo Tirso, começou muito jovem a demonstrar talento para o futebol, ingressando nas camadas jovens do Futebol Clube Tirsense em 1991, onde permaneceu até 1995. Passou depois para o Vitória Sport Clube, onde permaneceu até 2000. A partir desta data, tornou-se um jogador internacional com o contrato que assina com o Salamanca nas épocas de 2000/2003 e 2003/2004. Volta de seguida a Portugal, ingressando no Gil Vicente, nas épocas 2004/2007. Desde esta data até ao presente, representa as cores do Sport Clube de Braga, com brilhantismo, responsabilidade e espírito de equipa.

De salientar ainda que foi 39 vezes internacional ao serviço da Selecção Portuguesa em Sub 15/16/17/18/20 e 21, tendo marcado presença no conceituado Torneio de Toulon, pela nossa selecção Sub 20.-----

Pela sua personalidade, pelo seu percurso na área desportiva que se encontra expresso no currículo acima, e, essencialmente, porque pode servir de um ótimo exemplo a tantos jovens do nosso concelho, proponho que Bruno Tiago Fernandes Andrade seja distinguido, por esta Câmara Municipal, com a Medalha de Mérito Desportivo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



8

2.14 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO A ANA RITA PINTO MONTEIRO DA MODALIDADE DE KARATE -----

Ana Rita Pinto Monteiro, nascida a 03/11/1989 e residente na freguesia de Vila das Aves, é atleta na modalidade de Karate. Conseguiu vários títulos em provas desportivas, dos quais se destacam os seguintes:-----

- 16-01-99 – Campeã Regional Norte (Kata individual 6-9 anos);
- 17-02-01 – Vice-campeã Nacional (Kata individual – infantil);
- 16-12-06 - Vice-campeã Nacional (Kumite – cadete);
- 11-11-07 – Campeã Regional Norte (Kata individual);
- 08-12-07 – Campeã Nacional (Kata individual);
- 23-02-08 – Vice-campeã Regional Sénior – (Kata individual);
- 07-02-09 – Campeonato Regional Norte (3º lugar em Kata individual, 3º lugar em kumite)

Face ao seu curriculum, e como exemplo para outros jovens do nosso concelho, proponho que a câmara municipal atribua a Ana Rita Pinto Monteiro a Medalha de Mérito Desportivo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



[Handwritten signature]

**2.15 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO A
ALBINO DANIEL ALMEIDA MAGALHÃES, ATLETA DA MODALIDADE DE
ORIENTAÇÃO -----**

Albino Daniel Almeida Magalhães, nascido a 29/06/1983, residente na Freguesia de Santo Tirso, atleta de Orientação, iniciou o seu percurso na modalidade na época desportiva 2005/2006 nos Trampolins de Santo Tirso, onde se manteve até à época desportiva 2007/2008. Nesta Época Desportiva sagrou-se Campeão Nacional de Distância Longa, no escalão Seniores Masculinos A. Também, na mesma Época Desportiva, classificou-se no 1º lugar do Ranking da Taça de Portugal de Orientação Pedestre no Escalão H21A. Neste momento está inserido no Clube “Grupo Desportivo 4 Caminhos”, com sede na Senhora da Hora – Matosinhos, integrando o escalão Elite.-----

Face ao seu curriculum, e como exemplo para outros jovens do nosso concelho, proponho que a Câmara Municipal atribua a Albino Daniel Almeida Magalhães a Medalha de Mérito Desportivo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

[Large diagonal line crossing the page]



**2.16 PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO A
ANA LUÍS CARNEIRO MARTINS -----**

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Ana Luís Carneiro Martins, atleta da Secção de Ginástica Rítmica do Ginásio Clube de Santo Tirso, começou o seu percurso na ginástica rítmica com 11 anos. Antes de entrar para a rítmica andava nos trampolins, e por isso já possuía algumas noções básicas.-----

Tendo entrado para a classe de competição, competiu logo no primeiro ano como Juvenil de 2ª divisão. No segundo ano já estava inserida no escalão de Júnior. Foi apurada para o Nacional e ficou em décimo lugar, entre 24 atletas. -----

No terceiro ano de júnior, 2008, na prova regional, ficou classificada em quarto lugar no geral, entre 10 atletas. Em fita recebeu a medalha de primeiro lugar e em bola ficou em quarto lugar. Foi apurada para o nacional, onde ficou em 10º lugar, entre 34 atletas. Em fita ficou em 8º, em corda em 15º e em bola ficou em 9º. -----

Este ano transitou para o escalão de Sénior. Foi apurada para o nacional como Campeã Regional. No geral recebeu a Medalha de Ouro e o título de Campeã Nacional do escalão Sénior 2009 - 2ª Divisão. Em arco e fita subiu ao pódio em primeiro lugar e em corda ficou em 7º lugar. Entre estas provas, participou em muitas mais, como torneios, exposições, taças, conjuntos, saraus, etc. -----

Actualmente é aluna do 10º da Escola Secundária de D. Dinis, e pretende entrar na faculdade na área de medicina. Sempre praticou desporto, desde natação, trampolins, voleibol e ginástica.-----

Pelo atrás exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Desportivo à atleta Ana Luís Carneiro Martins. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



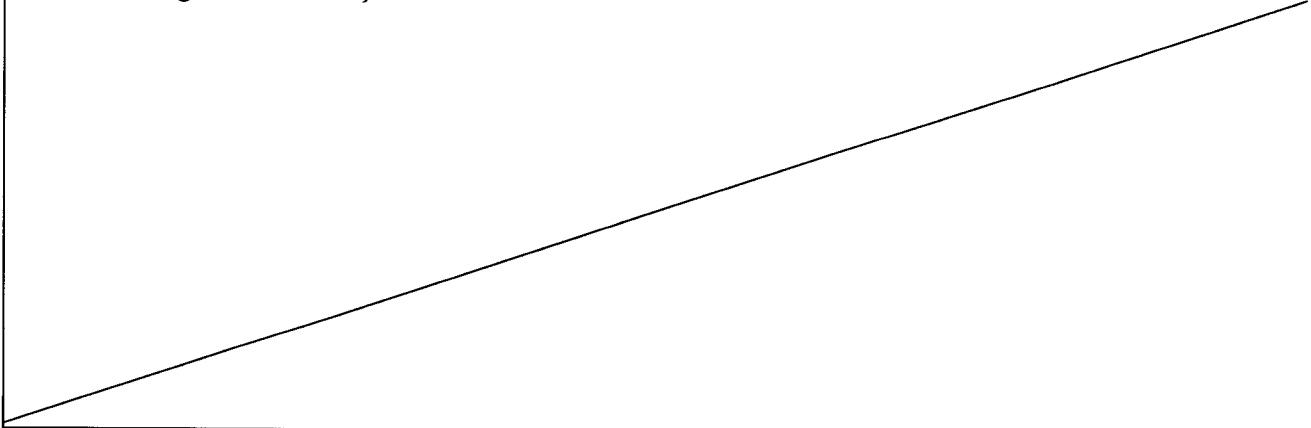
**3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL
RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2008: APROVAÇÃO-----**

Presentes os documentos em título, dos quais se anexam cópias à presente acta e ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, que é composto por cento e oitenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso, com excepção das folhas cento e vinte e cinco a cento e vinte e seis; cento e vinte e nove; cento e trinta e um a cento e trinta e três, cento e trinta e cinco a cento e trinta e nove, cento e quarenta e um, cento e quarenta e cinco a cento e cinquenta e dois, cento e cinquenta e sete a cento e cinquenta e oito, cento e sessenta e duas, cento e sessenta e cinco, cento e sessenta e seis, cento e setenta e quatro e cento e setenta e seis, também utilizadas no verso.-----

Após análise e discussão dos referidos documentos, o Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal relativos à gerência do ano de dois mil e oito, e remeter à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

Os aludidos documentos foram aprovados com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Seguidamente pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----



DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO CONTAS ANO 2008

A Prestação de Contas 2008 é composta pelo Relatório e restantes documentos. São documentos cujo formato e conteúdo é, no essencial, definido legalmente e, previamente à sua validação política carecem de intervenções técnicas várias, entre as quais a validação emitida por uma entidade de auditoria externa.

Os documentos que a compõem, retratam o que foi a gestão da autarquia no ano de 2008 essencialmente, na óptica económico financeira e revelam a execução do que se definiu previamente como estratégia e prioridades para o concelho. Estratégia e prioridades que naturalmente, não podem ser entendidos nos planos de um só exercício, sob pena de serem amputados das execuções e opções dos restantes que compõem o mandato.

Para o ano de 2008, as condicionantes que se colocaram à gestão autárquica para além das que se vinham verificando em anos anteriores (limitações ao endividamento, ao recrutamento de recursos humanos, entre outras), juntaram-se as que derivam de factores conjunturais (diminuição de receitas por um lado, necessidade de dedicar maior apoio e afectar mais recursos a pessoas e entidades tais como subsídios ao arrendamento, às refeições e transportes escolares, outros subsídios, pelo lado da despesa).

As autarquias tiveram, no ano de 2008, um exercício com duras provas e Santo Tirso, apesar das dificuldades que são, não apenas concelhias, regionais ou nacionais, mas de todo o mundo, conseguiu que a Despesa Corrente se situasse abaixo da receita corrente em 2,667 milhões de euros. Santo Tirso adequou a despesa à receita gerada, optando pela via do rigor e evitando o despesismo fácil e populista.

Por isso, Santo Tirso continua a não constar de quaisquer rankings de ilegalidades, de passivos descontrolados, de endividamento excessivo, continua a não recorrer a contratos de reequilíbrio ou saneamento financeiro, continua a não recorrer a engenharias financeiras ou contabilísticas que deturpariam a realidade e teriam consequências nefastas para a autarquia. Enfim, em Santo Tirso cumpriram-se as funções que decorrem das atribuições e competências municipais, recorrendo ao crédito bancário naturalmente, mas sem hipotecar o futuro, com pleno respeito pela Lei, com rigor, transparência e no exercício dos princípios de uma sã gestão, cumprindo atempadamente os planos financeiros de amortizações e juros assumidos contratualmente.

Investimos, apoiamos instituições e pessoas e fizemo-lo sem fazer perigar o equilíbrio presente e futuro do município.

Essencialmente, devido aos motivos acima invocados os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista à Câmara Municipal votam favoravelmente a presente Prestação de Contas.

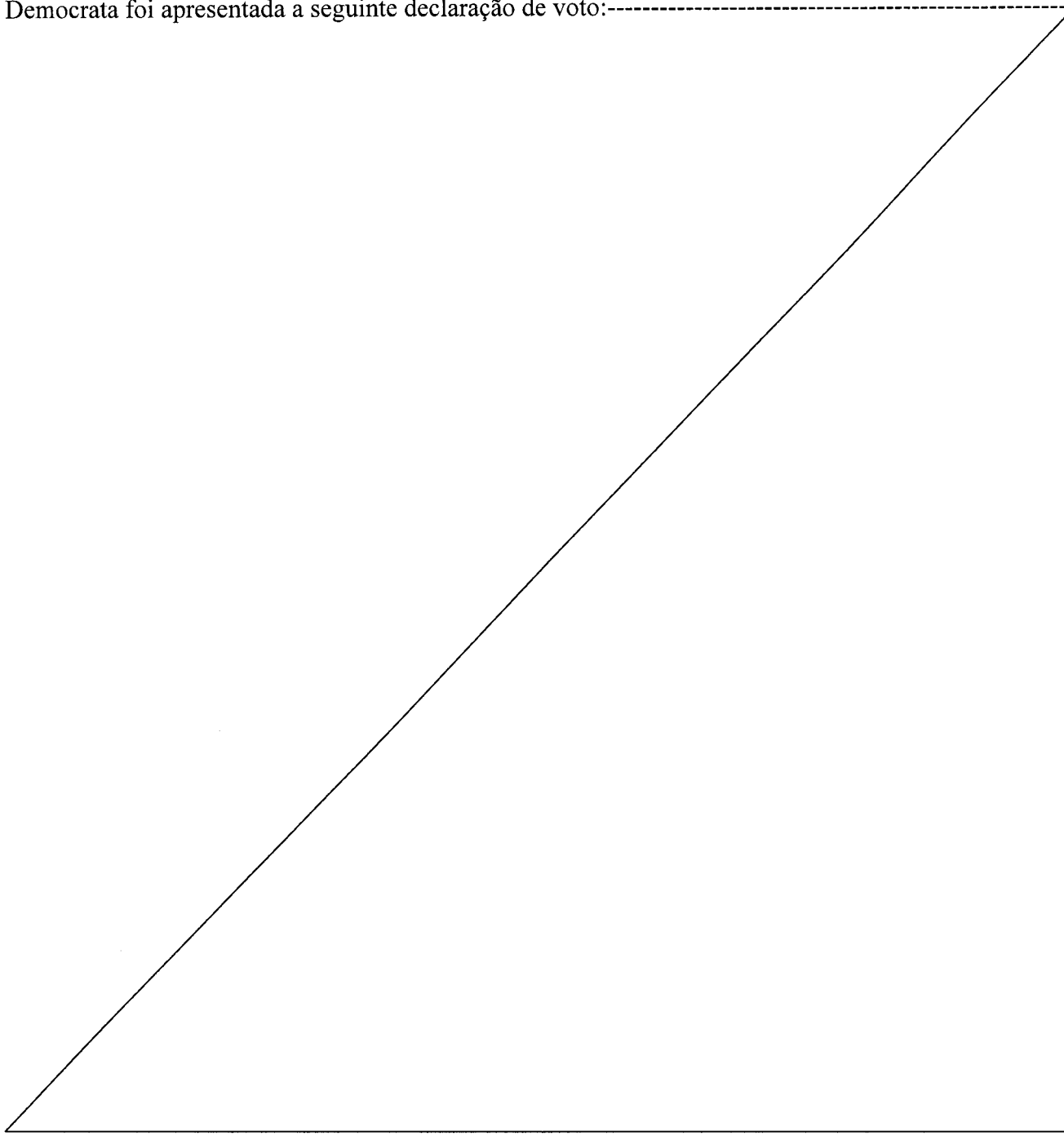
Santo Tirso, 2009-04-22



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----



Reunião Ordinária de 22 de Abril de 2009

Ponto 3 da Ordem do Dia – Prestação de Contas da Câmara Municipal relativas à gerência de 2008

Declaração de voto dos eleitos nas listas do PPD/PSD

O Relatório de Contas é mais do que um mero instrumento técnico onde são apresentadas as rubricas orçamentais, as entradas e saídas de fundos ou os saldos transitados ou a transitar representando a forma como foi gerida a autarquia e indica as principais opções políticas de quem a preside.

Estes documentos, sendo demasiado técnicos, têm uma forte componente política pois indicam a capacidade de realização das Opções do Plano pelo Executivo camarário. Importa desta forma analisar se as principais prioridades incluídas no Orçamento e Plano de Actividades foram ou não cumpridas na sua totalidade, ou numa parte substancial, já que elas representam um plano de trabalho e um compromisso para com a população do concelho durante o ano de 2008.

Este relatório, a exemplo de anteriores períodos idênticos, permite retirar algumas conclusões, nomeadamente:

- As comparticipações de fundos comunitários continuam baixas
- O investimento continua reduzido, relativamente às previsões e promessas eleitorais, ao contrário das despesas correntes, que continuam a absorver uma boa fatia do Orçamento
- Muitas das obras previstas estão vagarosamente em execução
- Os apoios financeiros às Juntas de Freguesia são escassos e tardios, para além de díspares, procurando desvalorizar o papel dos Presidentes de Junta, especialmente, quando foram eleitos pelo PPD/PSD.

Nestes documentos fica clara, mais uma vez, a baixa execução do PPI, o que na prática se traduz no adiamento da concretização de investimentos fundamentais ao desenvolvimento do Concelho.

A realização orçamental, tal como as Opções do Plano que lhe dão suporte, acabam por não traduzir objectivos estratégicos de desenvolvimento sustentável do concelho.

A verdade é que podemos facilmente constatar que numa área prioritária como a atracção de investimento, a maioria que preside à autarquia não apostou durante o passado ano, apesar de assumir perante o Executivo da Câmara e a Assembleia Municipal de que esta seria uma prioridade para criar emprego.

Se para além dos vectores prioritários para o desenvolvimento, analisarmos as acções a implementar, verificamos que a maioria das acções prioritárias que constavam no Orçamento não avançaram ou vão ficando adiadas até final do mandato

Esta fraca execução, comprova assim a preocupação que os eleitos do PPD/PSD têm manifestado quanto à falta de motivação desta maioria para implementar um rumo que leve o Concelho a um desejável desenvolvimento sustentável e o retire dos lugares a que tem sido votado pela comunicação social e estudos independentes.

Contudo, ~~realço~~ alguns pontos que devem ser objecto de uma análise crítica.

A gestão do ano 2008 salda-se por um resultado líquido do exercício negativo de € - 1.840.983,54, inversamente ao resultado verificado no ano transacto positivo de € 129.934,39. Contribuem de forma significativa para este resultado negativo:

- 1 - A redução nos Proveitos de € 995.202,00 (variação homóloga negativa de 3%)
- 2 - O agravamento dos Custos de € 975.716 (variação homóloga positiva de 3%), com particular incidência no agravamento do valor na rubrica de “remunerações e encargos sociais” de 8%.

Numa análise breve ao mapa de controlo orçamental, verifica-se ainda que o valor das despesas no exercício ascende a € 38.568.048,23 (com € 32.890.940,58 pagas em 2008 e, com € 5.677.107,65 a transitar para 2009 – “Compromissos por pagar”), muito acima do valor de 2007, no montante de € 34.664,832 (variação de +11%).

As receitas elevam-se a € 32.578.057,41, inferior ao resultado obtido em 2007 de € 33.907.914 (variação negativa de -3,9%).

Na análise das dívidas a terceiros, assumem particular importância os empréstimos contraídos junto das Instituições Bancárias, sendo que os Empréstimos de curto prazo ascendem a € 1.215.572, e os Empréstimos de longo prazo elevam-se a € 16.394.211, com um agravamento do valor em aproximadamente 5% no ano de 2008. Isto com implicação no agravamento dos Juros suportados no ano de 2008 (€ 732.864 em 2008

Com esta transferência da dívida de curto prazo para dívida de longo prazo podemos estar a hipotecar as gerações futuras.

Face ao anteriormente exposto, e independentemente das questões técnico-financeiras de construção do documento, votamos contra a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2008.

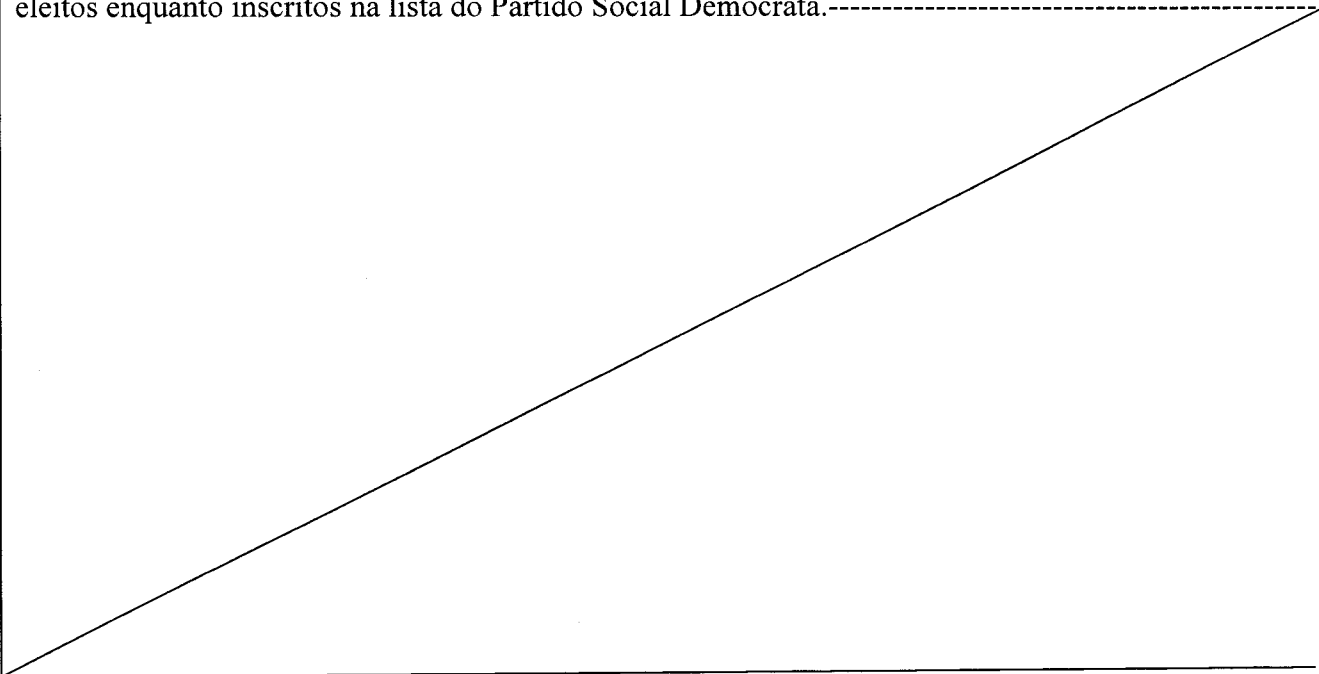


4. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2008: APROVAÇÃO.-----

Presentes os documentos em título, dos quais se anexam cópias à presente acta e ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da presente acta, que é constituído por cem folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

Após análise e discussão dos referidos documentos, o Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento relativos à gerência do ano de dois mil e oito, e remeter à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

Os referidos documentos foram aprovados com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

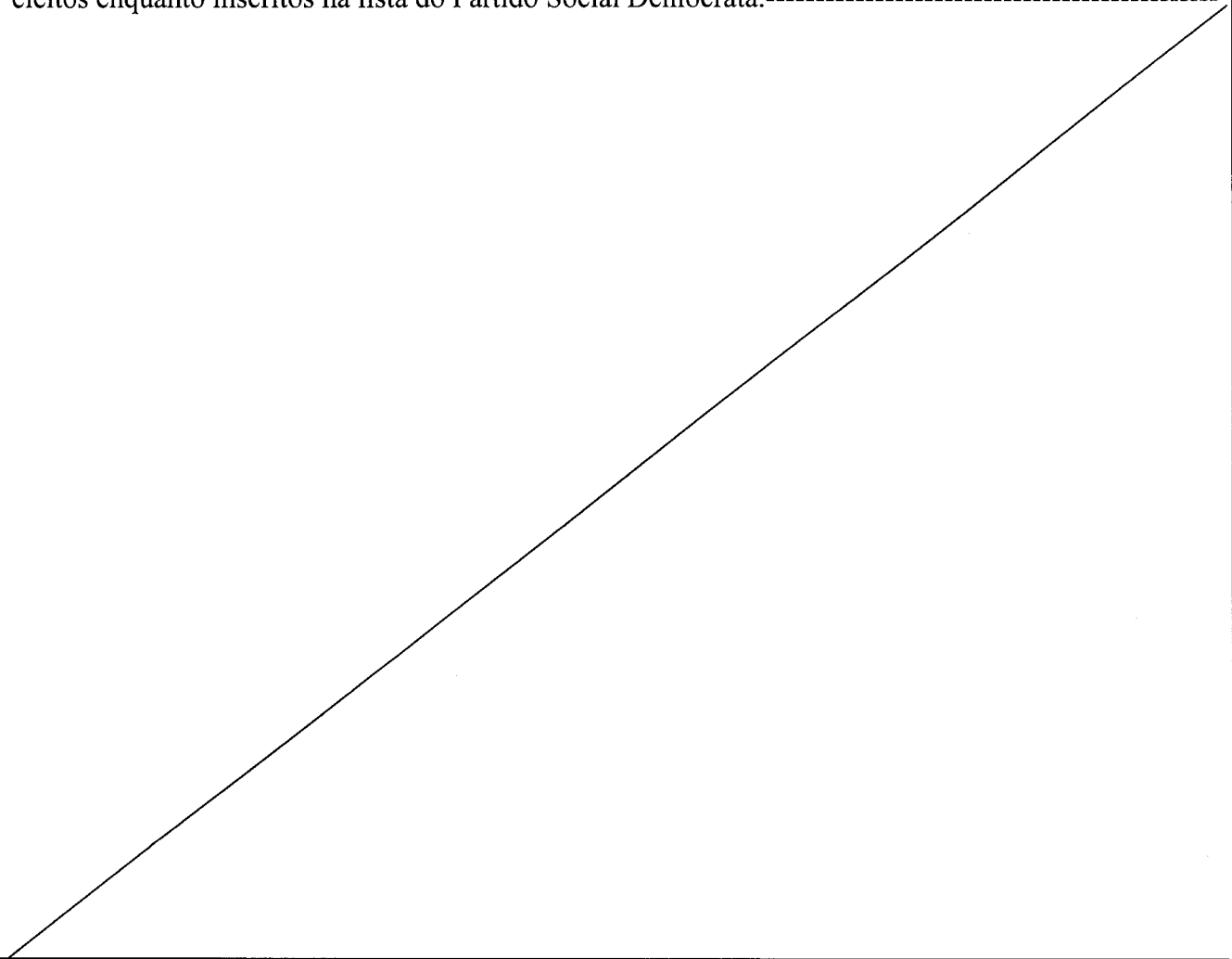




CONTAS CONSOLIDADAS (Artigo 46º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro)-----

No final da votação das Contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, o Senhor Presidente propôs também a votação das Contas Consolidadas do município, cujos documentos estão anexos à Conta da Câmara Municipal (folhas cento e setenta e oito a cento e oitenta e nove do Anexo I da presente acta).-----

As Contas Consolidadas foram aprovadas com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos contra dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----





5. ADDICT – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA QUE O MUNICÍPIO SE TORNE ASSOCIADO DAQUELA AGÊNCIA.-----

Presente ofício de vinte e seis de Janeiro último, da Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, registado com o número mil oitocentos e cinquenta e quatro, cuja escritura de constituição foi celebrada no dia catorze de Outubro de dois mil e oito, cuja missão e objectivo principal é contribuir para que a Região Norte se torne na Região Criativa de Portugal, a convidar o município de Santo Tirso a tornar-se associado daquela associação.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A ADDICT- Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, cujos Estatutos constam do documento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por vinte e uma folhas, foi criada na sequência da realização de um “Estudo Macroeconómico de um Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte”, promovido pela Fundação de Serralves, em parceria com a Junta Metropolitana do Porto, a Casa da Música e a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense;-----

A referida Agência tem por missão e objecto principal:-----

Promover a clusterização e a incubação de negócios;-----

Assumir o papel de broker criativo chave (entre instituições de ensino/formação e instituições culturais, entre criadores e investidores, entre empresa e mercado, entre criadores);-----

Estabelecer parcerias e redes; Promover a transversalidade entre as sectores criativos;-----

Produzir conhecimento sobre a economia e ecologia criativa;-----

Desenvolver o mercado local e global (via mecanismos de distribuição);-----

Maximizar o papel da criatividade na economia global da região, contribuindo para o aumento dos níveis gerais de inovação;-----

Tornar o sector visível na Cidade, na Região, no País e no Mundo.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Considerando que o município tem atribuições na área da promoção do desenvolvimento, sendo que neste domínio os órgãos municipais são competentes para participar em associações de desenvolvimento regional;-----

Considerando que o município tem um património físico (ex-Fábrica do Teles) com as características adequadas ao desenvolvimento de projectos que se podem inserir no conceito de indústrias criativas;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere solicitar autorização à assembleia municipal para que o município passe a integrar aquela associação, nas condições constantes dos respectivos Estatutos, mediante o pagamento de uma jóia no valor de 1.000,00 € (mil euros) e uma quota anual de igual montante.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



6. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A DIRECÇÃO – GERAL DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, TENDO POR OBJECTO A CONSTRUÇÃO DE UMA ESQUADRA – TIPO B, EM SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Protocolo acima referido, assinado no dia vinte do corrente mês de Abril, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o Anexo IV da mesma, composto por cinco folhas.-----

O Senhor Presidente submeteu o referido Protocolo à ratificação do executivo camarário.

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido Protocolo.-----



7. PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2.571,80 M², SITA NA RUA DO PICOTO, FREGUESIA E CONCELHO DE SANTO TIRSO, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UMA ESQUADRA – TIPO B, PARA A PSP.-----

Presente informação da Directora do Departamento Administrativo, de dezasseis do corrente mês de Abril, registada com o número cinco mil trezentos e noventa e oito, a comunicar que, para que possa ser constituído o direito de superfície a favor do Estado sobre uma parcela de terreno onde vai ser construída uma Esquadra da PSP – Tipo B é necessário ser desafectada do domínio público municipal o terreno em causa, já que o mesmo faz parte de uma parcela de terreno cedida no âmbito da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 51/96, de 06 de Novembro, que, de harmonia com o previsto no artigo 16º, n.º 2, do Decreto-Lei 448/91, de 29 de Novembro, se integrou automaticamente no domínio público municipal.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o Protocolo aprovado com o Estado para a construção de uma Esquadra da PSP – Tipo B, que consta do item anterior da presente acta;-----

Considerando que os bens do domínio público estão fora do comércio jurídico, não podendo ser objecto de transmissão por instrumentos de direito privado (artigo 18º do DL 280/2007, de 7 de Agosto);-----

Considerando que a Lei permite que os imóveis do domínio público ingressem no domínio privado da respectiva entidade, mediante um acto de prévia desafecção;-----

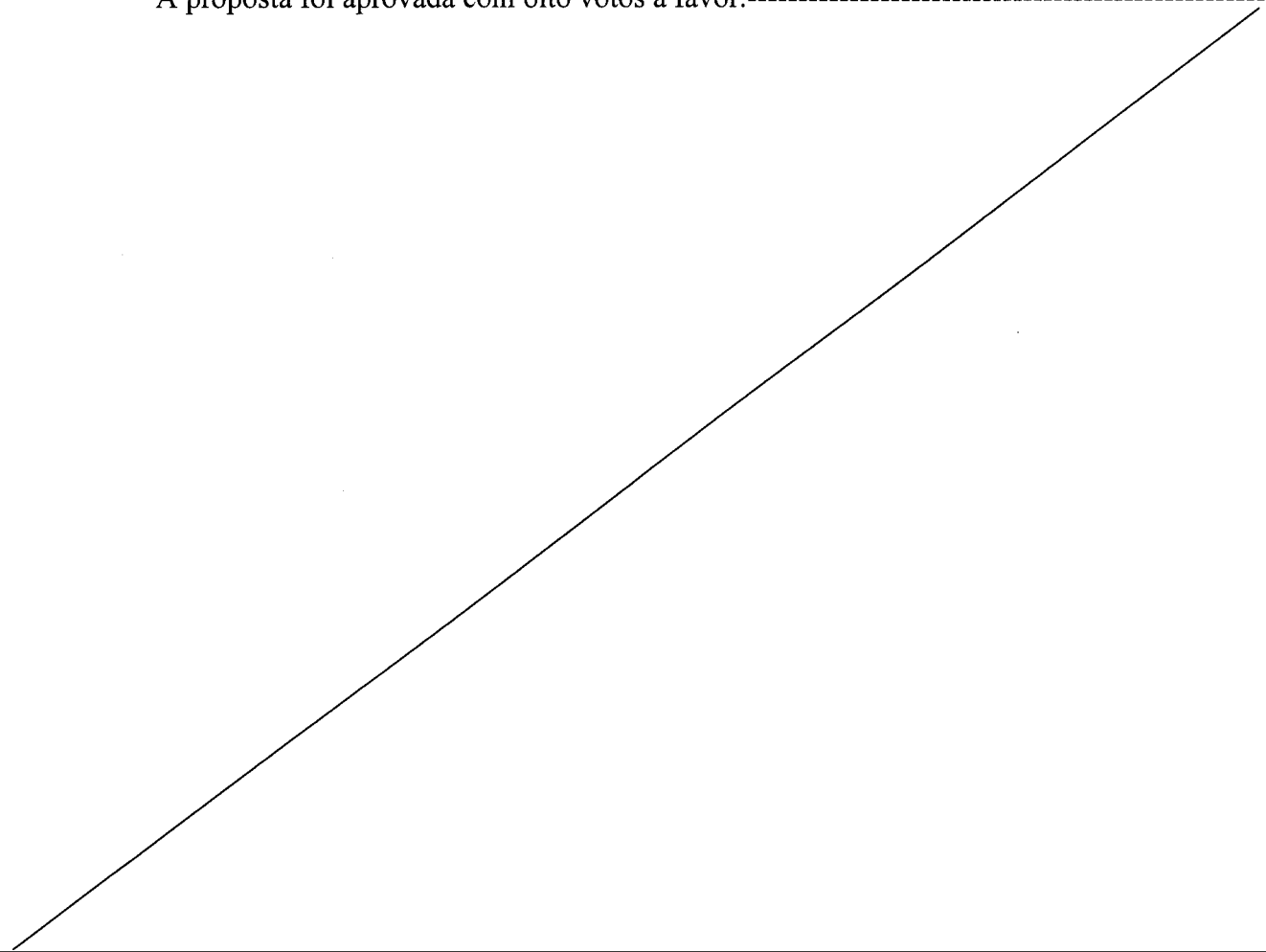
Considerando que apesar da desafecção, o terreno continua afecto à mesma finalidade para que foi cedido ao município, construção de um equipamento público;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere propor à assembleia municipal que promova a desafecção do domínio público municipal da seguinte parcela de terreno:



Parcela de terreno com a área de 2.571,80 m² (dois mil quinhentos e setenta e um vírgula oitenta metros quadrados), sita na Rua do Picoto, freguesia e concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com a Rua Dr. Augusto Rua Cardoso, de Sul com terreno do domínio público do município, de Nascente com Herdeiros de Carlos Pereira Cruz Cardoso e do Poente com a Rua do Picoto, assinalada na planta que se anexa à presente acta e que dela fica a fazer integrante, constituindo a subsequente folha, que se destina a ser cedida Estado, em regime de direito de superfície, para construção de uma Esquadra da PSP – Tipo B.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





67

8. MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE TRIAGEM, RECOLHA, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO NORTE CENTRAL E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA ADJUDICATÁRIA DA CONCESSÃO DO MESMO: PARECER DO MUNICÍPIO.-----

Presente ofício de trinta e um de Março último, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, registado com o número cinco mil cento e sessenta e quatro, sobre a criação do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central e Constituição de uma sociedade anónima adjudicatária da concessão do mesmo sistema, que substituirá os sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do Vale do Douro Sul, criados pelos Decretos-Leis números 323-A/2000, de 20 de Dezembro, 226/2000, de 09 de Setembro, e 93/2001, de 23 de Março, respectivamente.-----

Para o efeito será constituída a sociedade anónima adjudicatária, em regime de concessão, do exclusivo da exploração e gestão do sistema, a sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A., por fusão das sociedades REBAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, S.A., RESAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. e RESIDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.-----

Verificando-se a disponibilidade da Associação de Municípios do Vale do Ave e de municípios que integram a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, no sentido de se tornarem também accionistas da empresa concessionária do novo sistema multimunicipal que irá substituir aqueles três sistemas, o decreto-lei de criação do Sistema irá prever a participação dos mesmos na sociedade.-----

Os municípios das áreas envolvidas (considerados “utilizadores”) podem ou não participar na empresa, sendo que a sua adesão não é requisito da constituição da mesma. Os municípios utilizadores, participem ou não na empresa, uma vez criado o sistema e dado de



Reunião : ORDINÁRIA

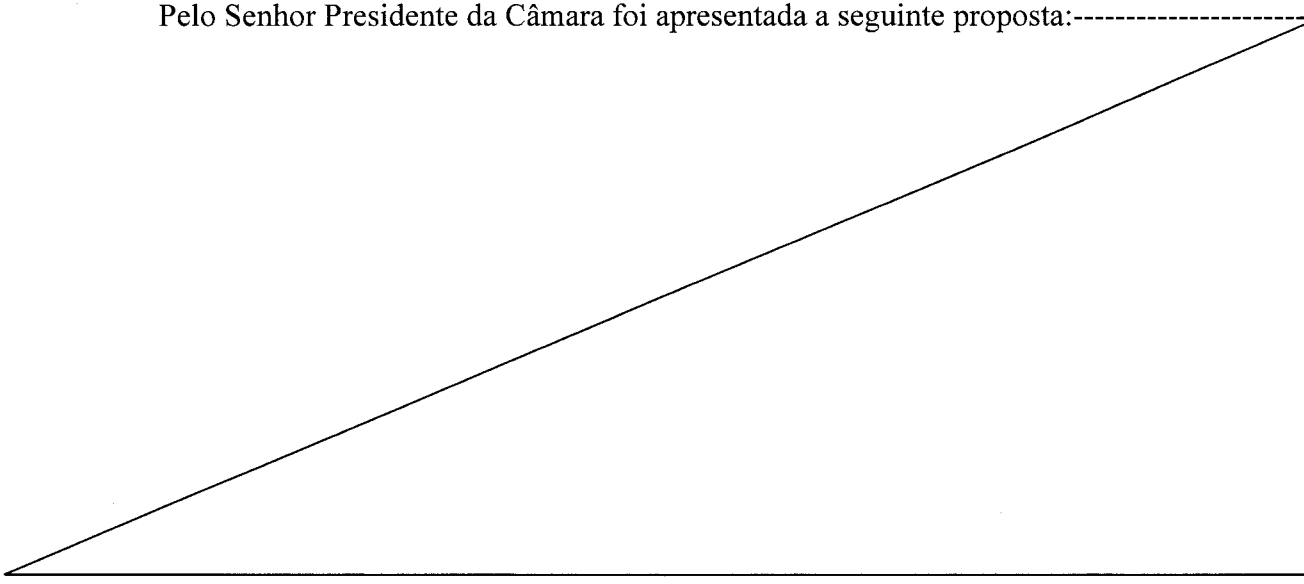
Câmara Municipal de Santo Tirso

concessão o serviço, ficam constituídos no dever de articular os sistemas municipais com o multimunicipal.-----

Considerando que é importante e urgente resolver de forma integrada o problema do tratamento de resíduos sólidos urbanos, propõe o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que a Câmara Municipal emita parecer favorável à criação do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central, em substituição do Sistema Intermunicipal de Resíduos do Vale do Ave e dos sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do Vale do Douro Sul, incluindo também municípios que integram a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, e da sociedade concessionária da exploração e gestão do mesmo, e à celebração com esta de Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos, nos termos expostos no referido ofício.-----

Do expediente consta informação da Divisão Jurídica, de vinte e um do corrente mês de Abril, e dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, da mesma data.-----


Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----



PROPOSTA

ASSUNTO: - CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE TRIAGEM, RECOLHA, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO NORTE CENTRAL E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA ADJUDICATÁRIA DA CONCESSÃO DO MESMO
- EMISSÃO DE PARECER

1. O actual Contrato de Concessão, celebrado entre a AMAVE e a SERURB, agora Grupo SUMA, para a gestão do SIRVA – Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Ave, termina em Outubro de 2009;
2. Por isso mesmo, por determinação do Conselho Directivo da AMAVE, foi iniciado, em finais de 2005, o processo de apreciação da evolução da concessão, com vista à tomada de decisão, em tempo oportuno, sobre a metodologia a adoptar após o termo da concessão;
3. Cumprindo orientações do Conselho Directivo, os Serviços Técnicos da AMAVE elaboraram, em tempo oportuno, um documento, através do qual se pôde fazer uma apreciação da evolução do processo da actual Concessão, bem como das hipóteses alternativas que se poderiam colocar, na sequência, aliás, de um Estudo elaborado pelo BPI, em 2002, e, depois, de um outro elaborado pela Empresa QUATERNAIRE, e que apontava como viáveis as seguintes opções:
 - a) Prorrogação do actual Contrato existente com o Grupo SUMA, em condições que, necessariamente, teriam de ser definidas, considerando a realidade actual, o que, entretanto, era considerado de legalidade duvidosa, por ter de se introduzir alterações significativos naquele Contrato;
 - b) Gestão directa do SIRVA, pela AMAVE, com a celebração de Contratos de Prestação de Serviços, para algumas das respectivas Componentes, e, conforme os casos, estabelecendo Parcerias;
 - c) Criação de uma Empresa Multimunicipal, liderada pela Empresa Geral do Fomento, S.A.;
 - d) Criação de uma Régie Cooperativa, também conhecida como Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada;
4. Como era exigido, o Conselho Directivo aprovou a Estratégia do SIRVA-2016, correspondendo às exigências do Governo, em Sede de PERSU II;

- 
5. Entretanto, no âmbito dos trabalhos que decorriam, em meados de 2008, para a necessária tomada de decisão, o Conselho Directivo acolheu uma proposta de conversações, da parte da EGF – Empresa Geral de Fomento, no sentido de se equacionar a oportunidade de um estudo com vista a constatar da viabilidade de, em alternativa ao actual Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Ave, se poder vir a criar um Sistema Multimunicipal de Resíduos no Território do Ave, Sousa, Douro e Tâmega;
 6. Decorreram, então, conversações, entre as Partes, com a participação de uma Equipa Técnica da EGF e um Grupo de Trabalho constituído por Representantes das Câmaras Municipais utilizadoras do SIRVA e uma Equipa Técnica da AMAVE;
 7. Com base nos documentos produzidos, em reunião de 17 de Março de 2009, o Conselho Directivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, para que a AMAVE participe no processo de criação do “Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central” bem como na constituição da Sociedade Anónima adjudicatária da Concessão do mesmo – a RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, nos termos do Relatório que a EGF apresentou, (**Anexo nº 1**), documento que, para os devidos e legais efeitos, aqui se dá como integralmente transcrito;
 8. E, de acordo com a legislação em vigor, esta deliberação do Conselho Directivo foi, oportunamente, ratificada pela respectiva Assembleia Intermunicipal da AMAVE;
 9. Entretanto, como a criação de um Sistema Multimunicipal, bem como a respectiva Concessão, são operacionalizadas por iniciativa do Governo, vem, agora, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional solicitar a emissão de PARECER FAVORÁVEL, por cada uma das Câmaras Municipais dos Municípios que integram o SIRVA – Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Ave;
 10. Por outro lado, deverá cada um dos municípios celebrar, em tempo oportuno, com a nova Concessionária, um Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos;
 11. Neste contexto, considerando que:
 - A) O Governo vai, através de Decreto-Lei, criar o “sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central” (adiante abreviadamente designado “Sistema”) (**Minuta anexo nº 2**), em substituição dos sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega, do Alto Tâmega e do vale do Douro Sul, criados pelos Decretos-Lei n.ºs 323-

A/2000, de 20 de Dezembro, 226/2000, de 9 de Setembro, e 93/2001, de 23 de Março, incluindo também o Sistema Intermunicipal de Resíduos do Vale do Ave e os municípios que integram a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, e constituir a sociedade anónima adjudicatária, em regime de concessão, do exclusivo da exploração e gestão do Sistema, a sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., por fusão das sociedades REBAT - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, S.A., RESAT - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., e RESIDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., concessionárias dos sistemas multimunicipais substituídos pelo diploma em causa, a qual contará, ainda, com a participação, como accionistas, da AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave e de novos Municípios utilizadores, e, bem assim, aprovar os respectivos Estatutos (**Minuta Anexo nº 3**);

- B) Os sistemas multimunicipais são os que, tidos por estratégicos em termos nacionais, sirvam pelo menos dois municípios e exijam um investimento predominante a efectuar pelo Estado em função de razões de interesse nacional (cfr. art. 1º, nº 2, da Lei nº 88-A/97, de 25/7, e art. 1º, nºs 1 e 2, do Decreto-Lei nº 379/93, de 5/11).
- C) C) Nos termos dos artºs 2º, nº 1, e 3º, do Decreto-Lei nº 294/94, de 16/11, a actividade de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de tratamento dos resíduos sólidos urbanos tem a natureza de serviço público, a exercer em regime de exclusivo, mediante contrato de concessão a celebrar entre o Estado (concedente), representado pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e uma empresa pública, nomeadamente, uma sociedade de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos (**Anexo nº 4**);
- D) Segundo o nº 3 do art. 1º da Lei nº 88-A/97, a concessão é dada a uma empresa cujo capital social seja maioritariamente subscrito por entidades do sector público, nomeadamente autarquias locais. Vale isto dizer que os municípios das áreas envolvidas (considerados "utilizadores") podem ou não participar na empresa, sendo que a sua adesão não é requisito da constituição da mesma. Os municípios utilizadores, participem ou não na empresa, uma vez criado o sistema e dado de concessão o serviço, ficam constituídos no dever de articular os seus sistemas municipais com o multimunicipal, de modo que os resíduos sólidos urbanos gerados nas suas áreas sejam entregues à concessionária, mediante celebração de um "Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos" (**Minuta Anexo nº 5**);
- E) O projecto de decreto-lei em preparação visa a criação de uma sociedade anónima que resultará da associação dos Municípios accionistas das sociedades REBAT - Valorização e Tratamento de

Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, S.A., RESAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., e RESIDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., e, ainda, de novos Municípios utilizadores do Sistema, que integram as Associações de Municípios do Vale do Douro Norte e do Vale do Ave e a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, bem como da Sociedade Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., e da Empresa Geral do Fomento, S.A..

E) É importante e urgente resolver, de forma integrada, o problema do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, visando a optimização da gestão de resíduos com salvaguarda de custos socialmente aceitáveis para todos os utentes;

12. Face ao exposto, porque considero que, desta forma, ficam devidamente salvaguardados os interesses do Município, no processo de gestão do SIRVA – Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, que tem vindo a ser gerido, no âmbito da AMAVE, pelo Grupo SUMA, através de um Contrato de Concessão que termina no dia 1 de Outubro do ano em curso, proponho que a Câmara Municipal:

1. Emita parecer favorável à criação do “Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central”, bem como da sociedade concessionária da respectiva exploração e gestão – a “RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA”, assim como à celebração de um “contrato de entrega e recepção de resíduos sólidos urbanos”, nos termos dos considerandos supra;
2. Aprove, desde já, a celebração, com a Empresa Concessionária “RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA”, de um “Contrato de Entrega e Recepção de Resíduos Sólidos Urbanos”, conforme a minuta acima referida como **anexo nº 5**, e submeta, de seguida, esta deliberação à Assembleia Municipal para ratificação.

Os anexos referidos na presente proposta, ficam anexos à presente acta, e constituem o Anexo V da mesma, composto por *seis* e *meio* folhas.

Santo Tirso, 21 de Abril de 2009.

O PRESIDENTE

(Castro Fernandes)

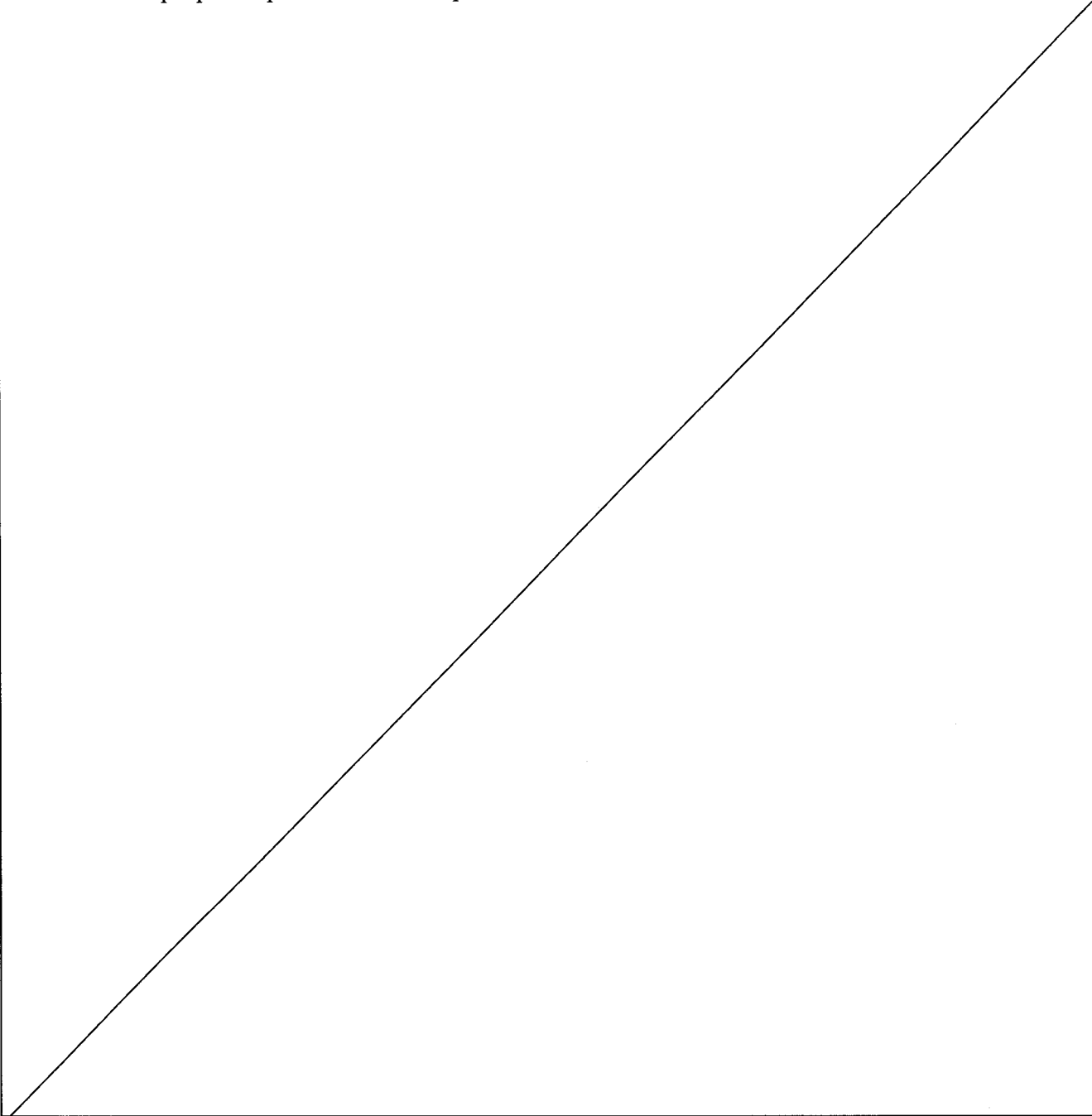


Acta N.º 8 Fl. 60
22 de Abril de 2009

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A proposta que antecede foi aprovada com oito votos a favor.-----





9. EMPREITADA: “AMPLIAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE S. BENTO DA BATALHA”: DECLARAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, A ATESTAR QUE, TECNICAMENTE, OS ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DA OBRA A REALIZAR APRESENTADOS A CONCURSO SÃO OS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À BOA EXECUÇÃO DA OBRA.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

Em reunião camarária de vinte e nove de Outubro de dois mil e oito (item seis da respectiva acta), esta câmara municipal tomou a decisão de contratar prevista no artigo 36º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, para realização da empreitada acima referida, cujo projecto de execução tinha sido aprovado por meu despacho de vinte e seis de Agosto de dois mil e oito, ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal por deliberação de trinta e um de Outubro de dois mil e cinco;-----

A mesma deliberação camarária aprovou, além do programa de procedimento, o Caderno de Encargos (Programa) e a lista dos trabalhos necessários à execução da obra (Anexos II e III da respectiva acta);-----

Assim os “*elementos da solução da obra*” apresentados a concurso foram os seguintes:--

1. Caderno de Encargo, designado por “Programa”: (páginas 20 a 69 do processo);-----
2. Lista dos trabalhos necessários à execução da obra a realizar e respectivas quantidades (páginas 70 a 118 do processo);-----
3. Projecto de Execução de obra, que é composto pelos elementos constantes de folhas 119 e seguintes do processo, conforme índice geral do respectivo processo, que se junta à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha, e que estão mencionados nos pontos 1.2.1 a 1.2.8 da cláusula “Primeira” do Contrato de Empreitada que veio a ser celebrado em dezoito de Fevereiro último (contrato n.º 18/2009), na sequência de despacho de adjudicação do Presidente da Câmara Municipal de trinta de Janeiro último, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal.-----



O projecto da respectiva empreitada foi elaborado de harmonia com as normas constantes da Portaria de sete de Fevereiro de mil novecentos e setenta e dois, publicada no Diário do Governo, 2ª série, n.º 35 (suplemento), de 11 de Fevereiro de 1972, e respectivas alterações, conforme consta do respectivo contrato de prestação de serviços celebrado em vinte e oito de Março de dois mil e oito (contrato n.º 14/2008), aplicável ao presente processo, de harmonia com o previsto no artigo 4º, n.º 3, da Portaria 701-H/2008, de 29 de Julho;-----

O objectivo da presente empreitada é a remodelação e ampliação do edifício onde funciona a “Escola EB1/JI de S. Bento da Batalha”, infra-estrutura escolar já existente, necessidade que foi apontada na “Carta Educativa do Concelho de Santo Tirso”, aprovada pela assembleia municipal em reunião de vinte e seis de Abril de dois mil e sete, sob proposta da câmara aprovada em reunião realizada em dezoito do mesmo mês de Abril, de modo a melhorar as condições materiais e de vivência educativa ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, tendo em conta a necessidade de prolongamento dos horários e o cumprimento do princípio da “escola a tempo inteiro”;-----

De facto, esta escola, de quatro salas, integrada no Agrupamento Vertical de Santo Tirso, o maior do concelho, tem apenas uma sala destinada a JI, tendo sido defendido na referida Carta Educativa a necessidade de dotar esta infra-estrutura de uma cantina, polivalente e expansão de duas salas, de modo a aumentar a oferta pública relativamente à educação pré-escolar.-----

De harmonia com o artigo 40º, alínea b) do referido Código dos Contratos Públicos, as peças do procedimento para a formação dos contratos são as seguintes:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos, sendo que este “é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar” (cfr.artigo 42º do mesmo Código), cláusulas essas quer de carácter jurídico, quer de carácter técnico;-----

Dispõe o artigo 43º do referido Código que “O caderno de encargos do procedimento de



formação de contratos de empreitada de obras públicas deve ser integrado pelos seguintes elementos da solução da obra a realizar:-----

a) Programa;-----

b) Projecto da execução.”-----

Sendo que o Projecto de Execução deve ser acompanhado dos elementos referidos no n.º 4 do mesmo artigo e, sempre que tal se revele necessário, dos elementos referidos no n.º 5, também do mesmo artigo.-----

O procedimento do concurso público para formação do contrato da empreitada em causa, foi o primeiro a ser organizado na vigência do novo Código dos Contratos Públicos, sendo que, poderá na sua organização, não estar estruturado de harmonia com a sistemática para que aponta aquele Código, mas, tecnicamente, contém todos os elementos da solução da obra a realizar, sendo que esses elementos a definem e enquadram em termos técnicos e cumprem a legislação aplicável.---

Vejamos:-----

Programa (alínea a) do n.º 1 do artigo 43º)-----

Aquando da publicação do novo código existiam muitas dúvidas sobre o conteúdo deste elemento, intuindo-se apenas que deveria ser algo diferente do programa de procedimento;-----

Só com a publicação da Portaria 701-H/2008, de 29 de Julho, se veio a concluir que esse “Programa” corresponde ao “Programa-Preliminar” cuja definição consta da alínea n) do artigo 1º das “Instruções para a elaboração de projectos de obras públicas” aprovadas pela referida Portaria;-----

Como se disse, ao projecto em causa, não era aplicável esta Portaria, mas a Portaria de 07 de Fevereiro de 1972;-----

O programa preliminar deste projecto, consistia, com base no parecer constante da Carta Educativa do Concelho de Santo Tirso “na ampliação do edifício em causa, Escola EB1/JI de S. Bento da Batalha – Santo Tirso, contemplando:-----

- 2 (duas) salas dedicadas ao 1º ciclo;-----



- 1 (uma) sala biblioteca, que permita a integração na rede de bibliotecas escolares;-----
- 1 (um) polivalente;-----
- 1 (uma) cozinha e refeitório escolar;-----
- Espaço de Recreio e Lazer;-----
- Instalações complementares de acordo com as normas previstas pela Direcção Regional de Educação do Norte”.-----

Programa preliminar que foi fornecido pela câmara municipal ao projectista, e que veio a fazer parte integrante do contrato de prestação de serviços acima referido;-----

É certo que este documento designado “Programa Preliminar” não consta das peças patenteadas a concurso para a formação do contrato de empreitada em causa, mas a informação constante do mesmo veio a ficar plasmada no respectivo Projecto de Arquitectura, quer das peças escritas, quer das peças desenhadas, nomeadamente da memória descritiva do “projecto de estruturas” onde, a folhas 193 do processo de concurso, se refere que se trata de uma “obra de ampliação e beneficiação de uma escola”, cujo projecto “envolve a construção de uma área escolar com uma área de intervenção de cerca de 730 m² a juntar à escola já existente”, quer nomeadamente das plantas 3.0, 3.1 e 3.2 (folhas 168 a 170 do processo), de cuja leitura resulta a referência aos elementos físicos existentes, aos que são a demolir, a manter e beneficiar e ao que se pretende ampliar;-----

O documento a que no procedimento se designou por “Programa”, mais não é do que o documento que contém as cláusulas jurídicas do caderno de encargos, sendo que as cláusulas técnicas do mesmo constam do respectivo projecto de execução (arquitectura) – folhas 119 a 167 do procedimento.-----

Projecto de Execução

Como se disse, foi elaborado de acordo com o previsto na Portaria de 1972, tendo em conta o tipo de obra a executar (projecto de ampliação de edifício), respeitando o estipulado nessa Portaria, pelo que veio a ser aprovado, por meu despacho de vinte e seis de Agosto de dois mil e oito;



Elementos referidos no n.º 4 do mesmo artigo 43º

Do processo de concurso consta a lista dos trabalhos a realizar e as respectivas quantidades (folhas 70 a 118 das peças do procedimento), conforme exigido na alínea b) do referido n.º 4;-----

Relativamente à descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios (alínea a) do n.º 4), estes constam da mesma lista.-----

Assim:-----

- Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro – constam do artigo 1.1.2 daquela lista;-----

- Trabalhos necessários para garantir a segurança – constam do artigo 1.1 daquela lista e do Plano de Segurança junto ao respectivo procedimento;-----

- Trabalhos referidos na alínea c) do artigo 350º do CCP – não existem;-----

- Trabalhos referidos na alínea d) do mesmo artigo – não existem, em virtude do estaleiro da obra ser dentro do prédio urbano onde se situa o edifício a ampliar (prédio urbano descrito na CRP de Santo Tirso sob o número 3193/20081111, que tem uma área descoberta de 2.398,80 m² (dois mil trezentos e noventa e oito vírgula oitenta metros quadrados).-----

Face ao exposto, proponho:-----

A) Que a câmara delibere reconhecer e declarar para todos os efeitos legais que os “elementos de solução da obra a realizar” apresentados a concurso a definem e enquadram em termos técnicos e cumprem a legislação aplicável.-----

B) Relativamente aos elementos constantes do n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que devem acompanhar o projecto de execução **sempre que necessário**, propõe-se que a câmara delibere o seguinte:-----

“a) *Dos levantamento e das análises de base e de campo*” – levantamento Arquitectónico e Topográfico.-----



Embora não conste das peças patenteadas a concurso na empreitada de “Ampliação e beneficiação da Escola EB1/JI de S. Bento da Batalha” documentos com essa designação expressa, a informação constante dessas peças documentais, que foram oportunamente disponibilizados ao projectista, conforme Anexos ao Programa Preliminar, consta do projecto técnico de arquitectura, constituindo-se como elementos indispensáveis da caracterização arquitectónica do edifício existente, e, no caso do levantamento topográfico, como representação da topografia do terreno envolvente ao edifício pré-existente.-----

A título de exemplo: A folhas 3.1 do projecto de arquitectura, denominada “Planta de demolições” consta a informação disponibilizada aos concorrentes, relativamente à situação existente, sob o ponto de vista arquitectónico.-----

Sob o ponto de vista topográfico há diversas referências no projecto de arquitectura, nomeadamente, a informação constante das plantas 3.0 e 3.2 e ainda de forma mais ou menos dispersa pelos restantes elementos desenhados, relativamente a cotas altimétricas do terreno – naquelas plantas as cotas que não estão circunscritas por um rectângulo são exemplos de situação pré-existente; As cotas circunscritas por um rectângulo são as vulgarmente designadas por “cotas de pronto”;-----

Também nas plantas 3.5 e 3.6 existe informação sobre a situação existente.-----

Assim, no que a estes elementos diz respeito, propõe-se que a câmara delibere reconhecer que a informação que era necessário fornecer aos concorrentes sobre a situação existente consta do próprio projecto técnico.-----

“b) Dos estudos geológicos e geotécnicos”-----

Propõe-se que a Câmara **delibere declarar não ser necessário esse elemento**, com a seguinte fundamentação:-----

- histórico de pequenas intervenções efectuadas na zona:-----

Era do conhecimento da câmara as condições e características do terreno, obtido pela



experiência da realização de pequenas intervenções recentes na envolvente ao edifício e obras de drenagem e redes de abastecimento. A constatação no local da natureza do terreno, minimiza a necessidade da realização do EGG.-----

- homogeneidade da envolvente:-----

As características homogéneas do solo naquela zona, verifica-se pela semelhança dos processos de construção na envolvente, que os serviços municipais constataam, no acompanhamento dos processos de licenciamento de obras particulares na envolvente, uma vez que a construção se faz em meio urbano consolidado, de densidade assinalável.-----

- coberto vegetal / escala da intervenção:-----

A intervenção, que se constata de pequena escala, tem como pressupostos a preservação do relevante maciço arbóreo existente, o que promove o projecto de soluções, nomeadamente estruturais, simples e ambientalmente não-intrusivas.-----

A distribuição e porte do referido coberto arbóreo, indiciam notoriamente que o solo não apresenta afloramentos rochosos, sendo por isso adequadas as definições e caracterização constantes da memória descritiva do projecto de estruturas ("solo de média qualidade" – fls 195 do processo de concurso) e do caderno de encargos ("terra compacta ou saibro" – ponto 2.11; "terra dura ou saibro" – ponto 2.13 – cfr. folhas 141 do procedimento).-----

"c) Dos estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos de legislação aplicável" – **O Projecto em causa não está sujeito a avaliação de impacte ambiental**, pois não consta nem dos projectos tipificados no anexo I do DL 69/2000, de 03 de Maio, nem nos projectos enunciados no anexo II do mesmo diploma legal.-----

Nem o projecto em causa é susceptível de provocar um impacte significativo no ambiente, tendo em conta os critérios estabelecidos no anexo V do mesmo diploma legal.-----

"d) Dos estudos de impacte social, económico ou cultural (...)"-----

O programa a observar pelo projecto está definido e fundamentadamente justificado em



sede da referida Carta Educativa, documento analítico e programático, que enquadra de forma articulada o conjunto de intervenções a desenvolver pelo município no parque escolar.-----

Face à existência daquele documento, legalmente aprovado e publicitado, **propõe-se que a câmara delibere reconhecer não ser necessário qualquer outro estudo relativo a este projecto.**-----

Para a execução da obra em causa, não há medidas de natureza expropriatória, necessidade de aquisição de bens ou ónus e servidões a impor.-----

O prédio onde está edificada a infra-estrutura escolar a ampliar e beneficiar é propriedade do município.-----

“e) Dos resultados dos ensaios laboratoriais ou outros” – não aplicável ao tipo de projecto em causa.-----

“f) Do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável”.-----

O projecto de execução em causa foi elaborado antes da entrada em vigor do DL 46/2008 de 12 de Março, pelo que **no entendimento desta câmara municipal ao mesmo não se aplicava ainda a obrigatoriedade constante do antigo 10º do referido Decreto – Lei**, razão pela qual este plano não fez parte dos elementos apresentados a concurso.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----



10. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO CONCELHO DE SANTO TIRSO, NO ÂMBITO DA ACÇÃO C DO MODCOM – SISTEMA DE INCENTIVOS À MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO E PROJECTOS DE PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO COMERCIAL PARA O ANO DE 2009: APROVAÇÃO.-----

Presente fax de onze de Fevereiro último, da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Santo Tirso, registado com o número dois mil cento e oitenta e dois, a comunicar que a candidatura apresentada ao MODCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio – Acção C, foi aprovada.-----

Em anexo consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de um do corrente mês de Abril a comunicar sobre a necessidade celebração de um Protocolo com a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Santo Tirso, de forma a viabilizar a execução daquela candidatura, que defina o investimento, financiamento e iniciativa da responsabilidade de cada uma das entidades.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, considerando a fundamentação constante da minuta do Protocolo e a competência prevista nas alíneas l) do n.º 2 e b) do n.º 4, do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso um Protocolo de Colaboração, nos termos da minuta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o Anexo VI da mesma, composto por cinco folhas, que implicará para a câmara municipal uma despesa de 44.749,50 € (quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos), relativamente à qual 60% será comparticipada pela referida candidatura.-----

A Câmara deliberou com oito votos a favor, aprovar a proposta de celebração do referido Protocolo, nos termos da minuta anexa.-----



11. OUTROS SUBSIDIOS.-----

A) AO FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES: Execução de muro de suporte de terras no recinto desportivo do Futebol Clube de Rebordões.-----

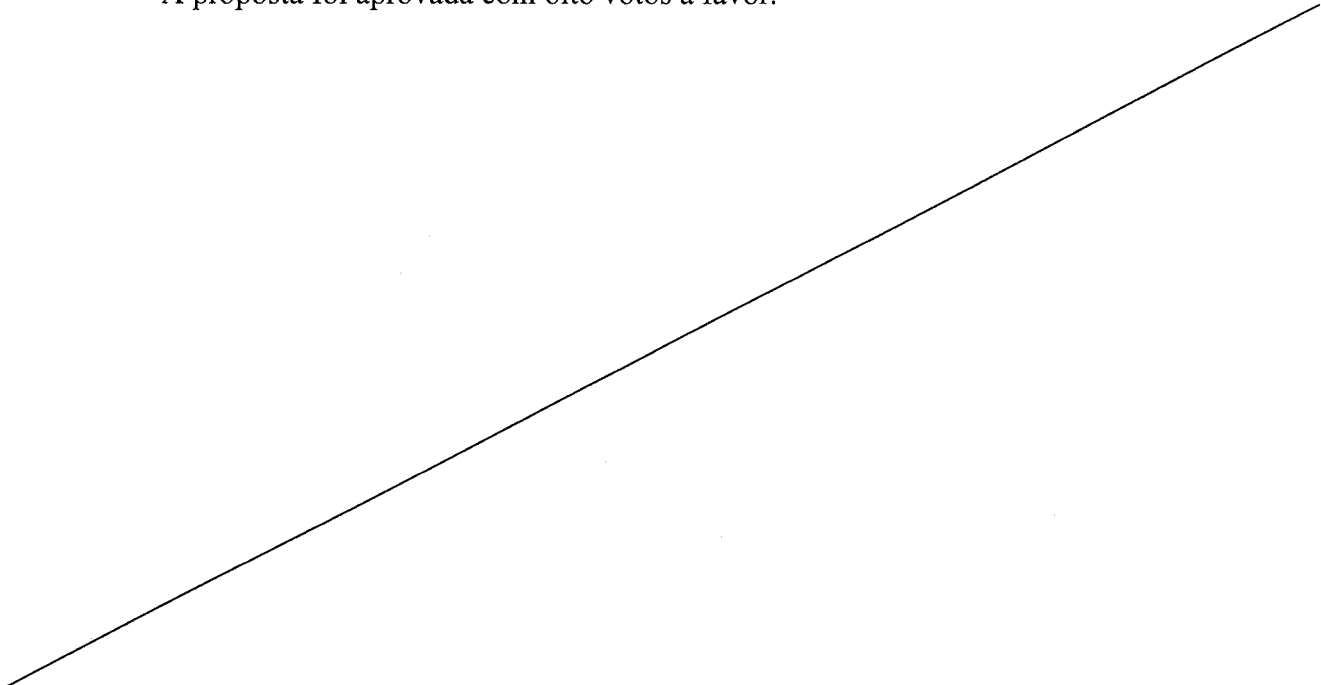
Presente ofício de vinte de Dezembro último, do Futebol Clube de Rebordões, registado com o número oitenta e quatro / dois mil e nove, a comunicar que a obra acima referida se encontra concluída e a solicitar a atribuição de um subsidio no montante de 10% em relação ao valor total da obra.-----

Em anexo ao referido ofício consta o respectivo contrato de empreitada, cujo preço estipulado foi de 81.892,80 € (oitenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e oitenta cêntimos), com IVA incluído.-----

A Divisão de Edifícios informa que a obra está concluída e em condições aceitáveis.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Futebol Clube de Rebordões um subsidio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



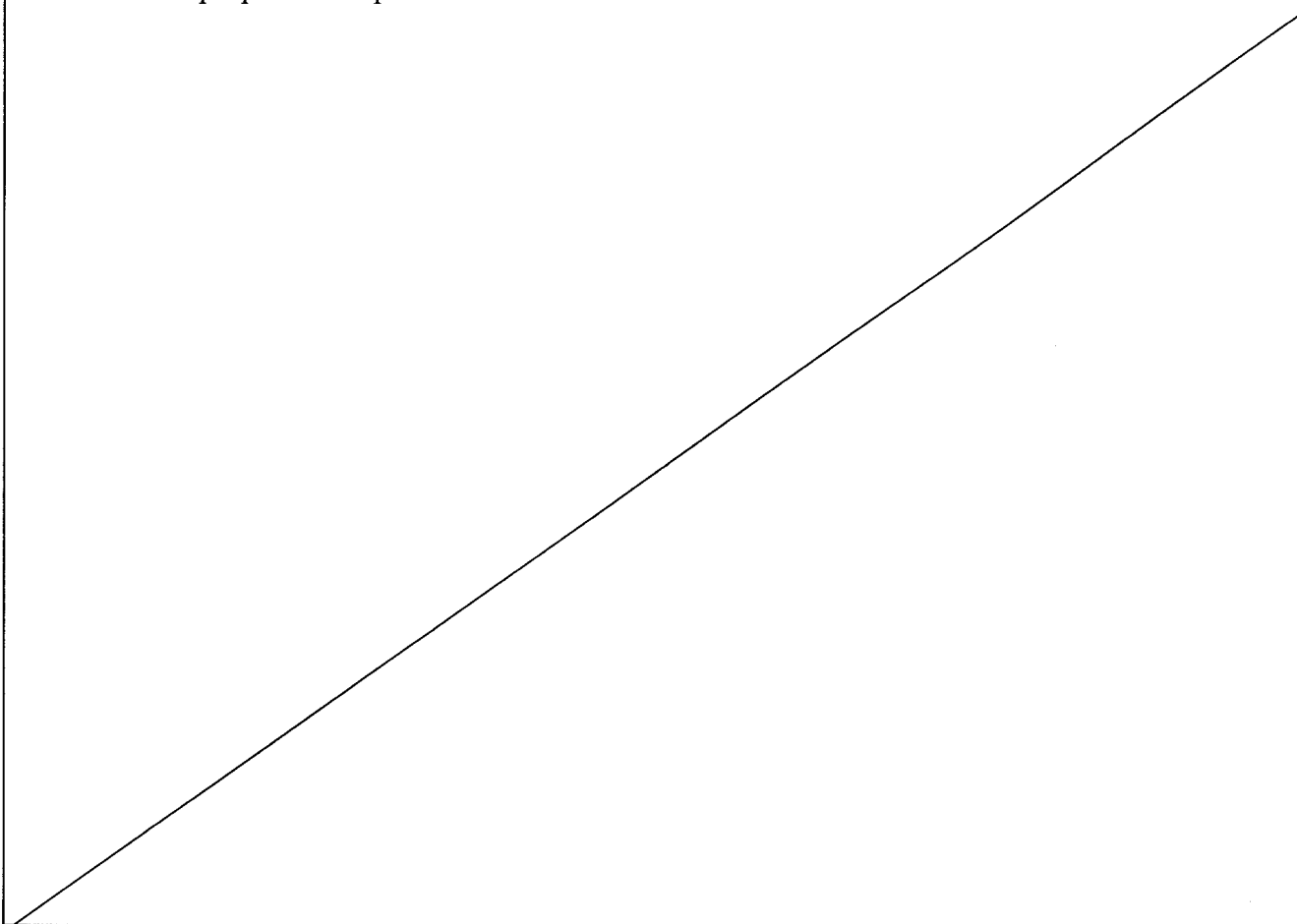


11. B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ANUAL ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir a cada uma das corporações de bombeiros existentes no Concelho, a seguir identificadas, um subsídio no montante de 11 000 € (onze mil euros).-----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses;-----
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso;-----
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando os fins benemerentes e humanitários prosseguidos pelas associações de bombeiros voluntários, fins que justificam que por parte do município lhes seja dado todo o apoio em ordem a dotá-las dos meios indispensáveis à consecução dos objectivos altruístas para que foram criadas;-----

Considerando a escassez de receitas disponíveis nos orçamentos anuais daquelas associações para fazer face às necessidades das mesmas em dotar os seus corpos de bombeiros de eficazes meios operacionais;-----

Considerando que faz parte das atribuições do município, no âmbito da Protecção Civil, o apoio à aquisição de equipamentos para bombeiros voluntários;-----

Considerando que as reais necessidades de cada associação de bombeiros voluntários do Concelho de Santo Tirso não são iguais;-----

Considerando que as respectivas Direcções são merecedoras da confiança da Câmara Municipal de Santo Tirso, pois sempre souberam honrar os fins das associações que dirigem, prestando relevantes serviços à comunidade e actuando de forma a dignificar a função social do bombeiro;-----

Proponho que a Câmara Municipal de Santo Tirso, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, que terá lugar no próximo dia dezanove de Maio, delibere atribuir a cada uma das Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho de Santo Tirso, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves um subsidio no montante de 16 500,00 € (dezanove mil e quinhentos euros), para aquisição de material e equipamento logístico, ficando ao critério de cada Associação de Bombeiros decidir qual o

Reunião : ORDINÁRIA

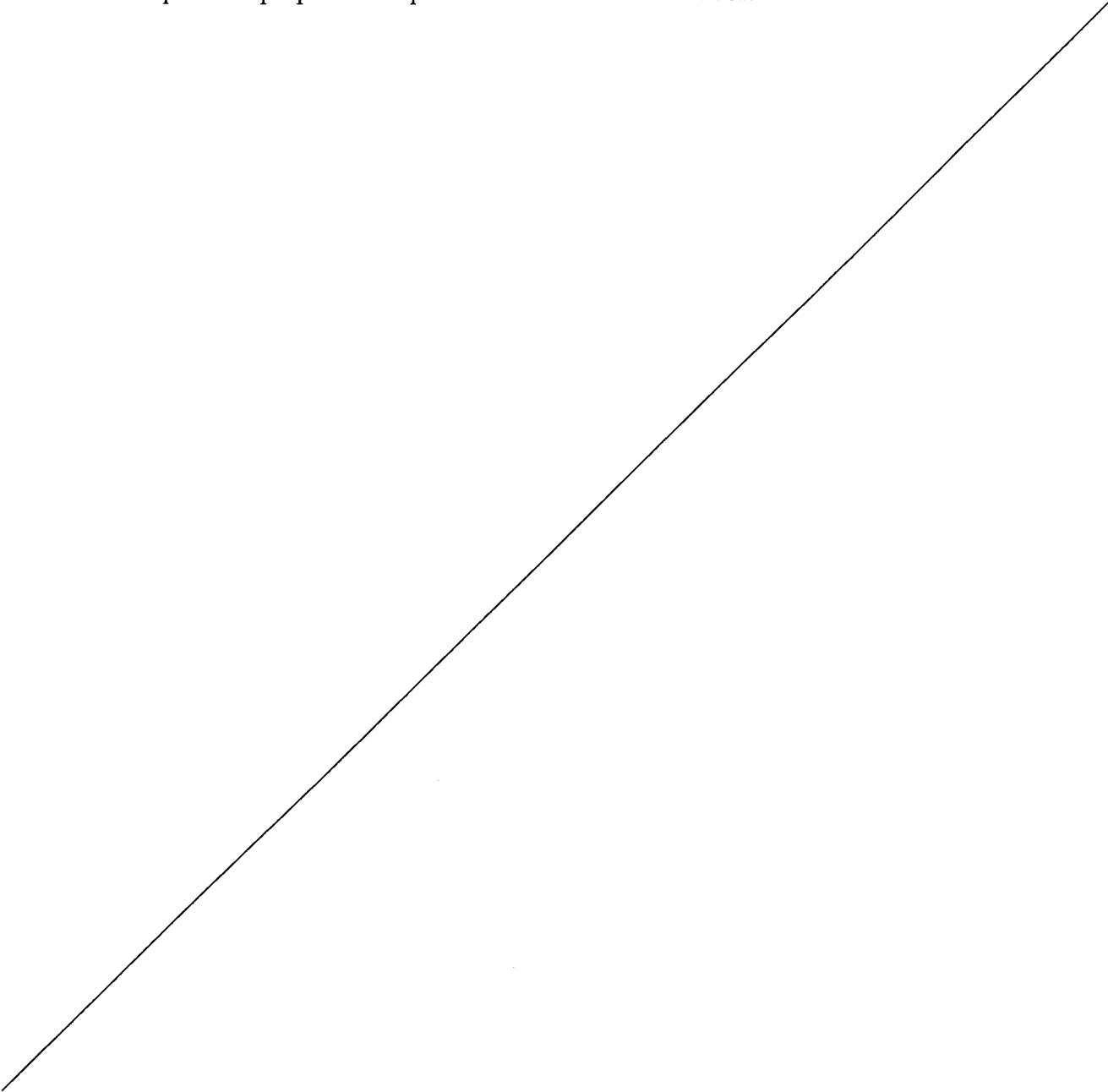


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 8 Fl. 73
22 de Abril de 2009

equipamento a adquirir com vista ao reforço da sua capacidade operacional.-----

A presente proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE CÓRDOVA: Construção de Sanitários em Valinhas.-----

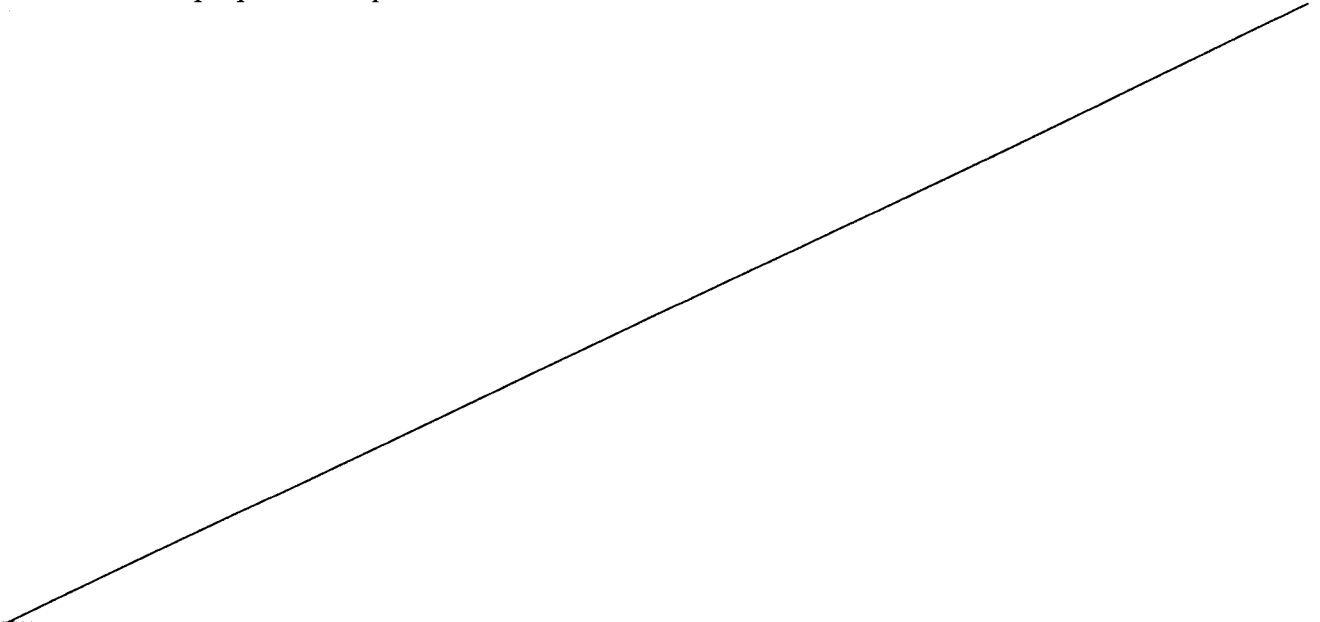
Presente ofício de seis de Dezembro último, da Junta de Freguesia de Monte Córdova, registado com o número dezanove mil cento e cinquenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 37.893,86 € (trinta e sete mil oitocentos e noventa e três euros e oitenta e seis centimos) para custear as despesas com as obras de construção de sanitários em Valinhas, conforme facturas anexas àquele ofício.-----

A Divisão de Edifícios informa que a obra está concluída, em condições aceitáveis.-----

Mais informa que foram realizados todos os trabalhos mencionados nas facturas anexas ao aludido ofício.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Monte Córdova um subsídio no montante 33.827,44 € (trinta e três mil oitocentos e vinte e sete euros e quarenta e quatro centimos), com fundamento na informação da Divisão de Edifícios, de catorze de Janeiro último.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: Rectificação de um troço da Travessa das Mimosas: Reforço de Subsidio.-----

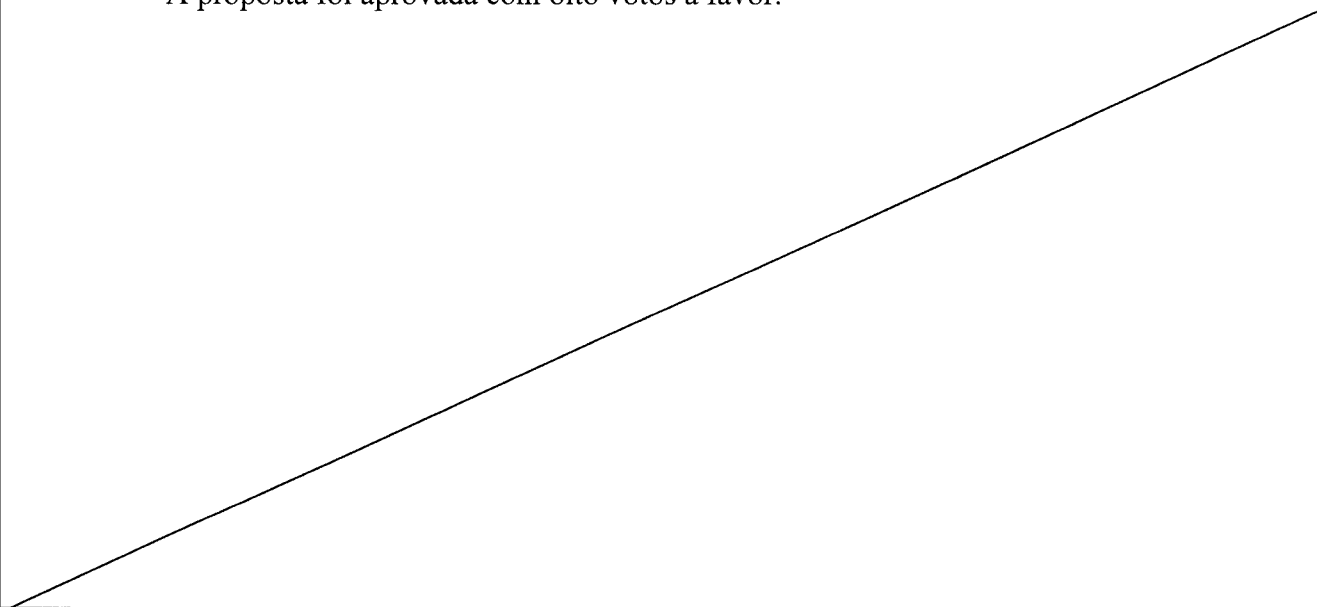
Presente ofício de dezasseis de Dezembro de dois mil e oito, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número dezanove mil setecentos e quinze, a solicitar a atribuição de um subsidio em reforço do deliberado em reunião camarária de dezanove de Julho de dois mil e seis, em virtude de terem sido executados trabalhos a mais na obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa que no decurso dos trabalhos se mostrou necessário impermeabilizar o terreno confinante com o muro de suporte, de forma a evitar infiltrações na habitação existente e regularizar o pavimento de um troço da Travessa em causa com tout-venant.-----

Mais informa que a diferença entre os trabalhos realizados e o valor do subsidio já atribuído pela Câmara é de 1.600,91 € (mil e seiscentos euros e noventa e um cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsidio no montante de 1.600,91 € (mil e seiscentos euros e noventa e um cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE AREIAS – Obra de Reconstrução do Muro de suporte da Estrada Municipal de acesso à CAMAC-----

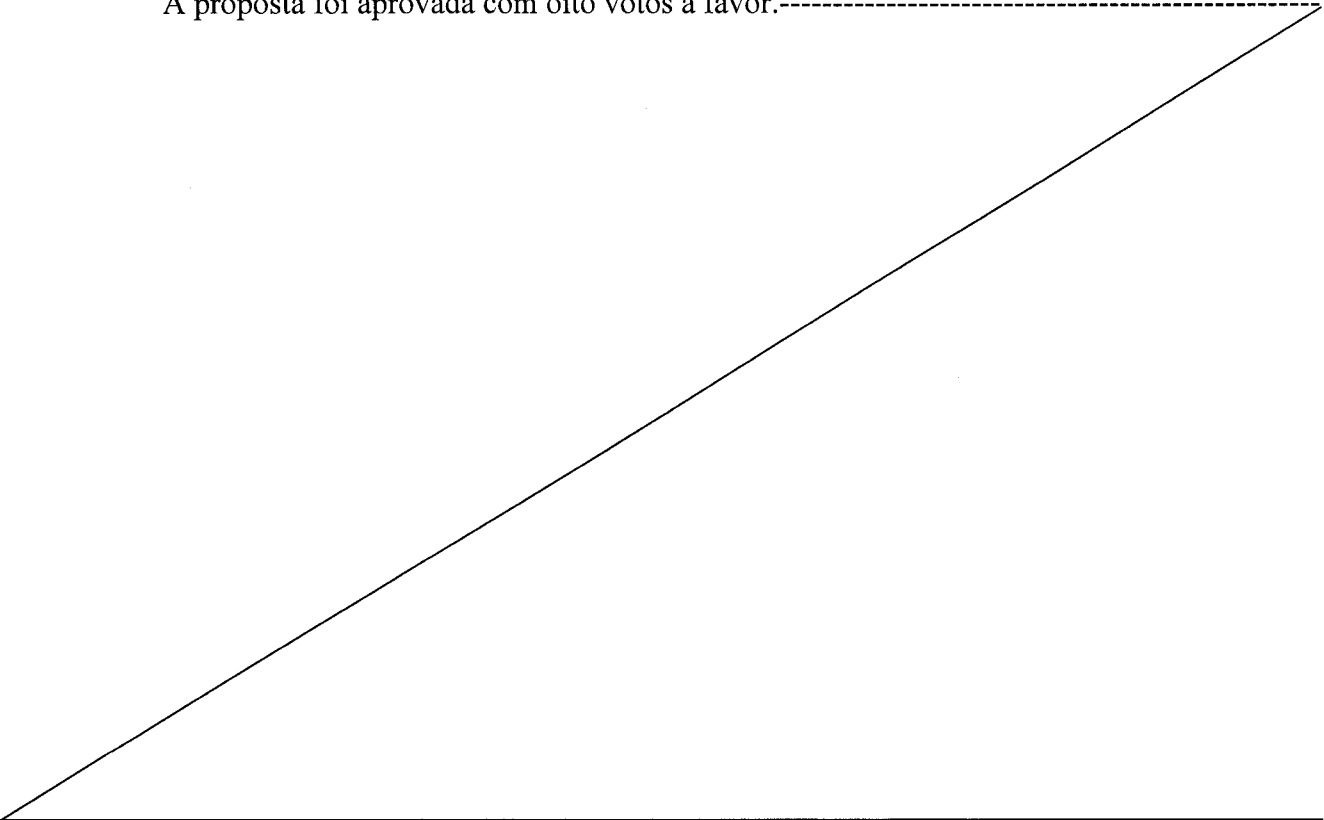
Presente ofício de vinte e seis de Março findo, da Junta de Freguesia de Areias, registado com o número quatro mil quinhentos e oitenta, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 3 700,00 € (três mil e setecentos euros), para custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa que a obra está concluída, em condições aceitáveis.-----

Mais informam que a estimativa orçamental dos trabalhos realizados é de 3 966,43 € (três mil novecentos e sessenta e seis euros e quarenta e três cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Areias um subsídio no montante de 3 700,00 € (três mil e setecentos euros), conforme solicitado.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. G) À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO TIRSO – Execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais-----

Presente ofício de vinte e cinco de Março findo, da Junta de Freguesia de Santo Tirso, registado com o número quatro mil trezentos e noventa e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 32 815,28 € (trinta e dois mil oitocentos e quinze euros e vinte e oito centimos), para custear as despesas com a execução de uma rede de drenagem de águas residuais que permita efectuar a ligação da rede recentemente executada no âmbito da obra de “Rectificação e Pavimentação da Rua de Santa Escolástica”, subsidiada pela Câmara Municipal, ao emissário existente na zona da Ponte sobre o Ribeiro do Matadouro.-----

A Divisão de Vias informa que em vinte e cinco de Fevereiro último foram entregues à Junta de Freguesia todos os elementos do projecto elaborado pelos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, cuja estimativa orçamental é de 34 456,04 € (trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e quatro centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Santo Tirso um subsídio no montante de 34 456,04 € (trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e quatro centimos) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. H) À JUNTA DE FREGUESIA DA REGUENGA – Execução de Drenos na Rua

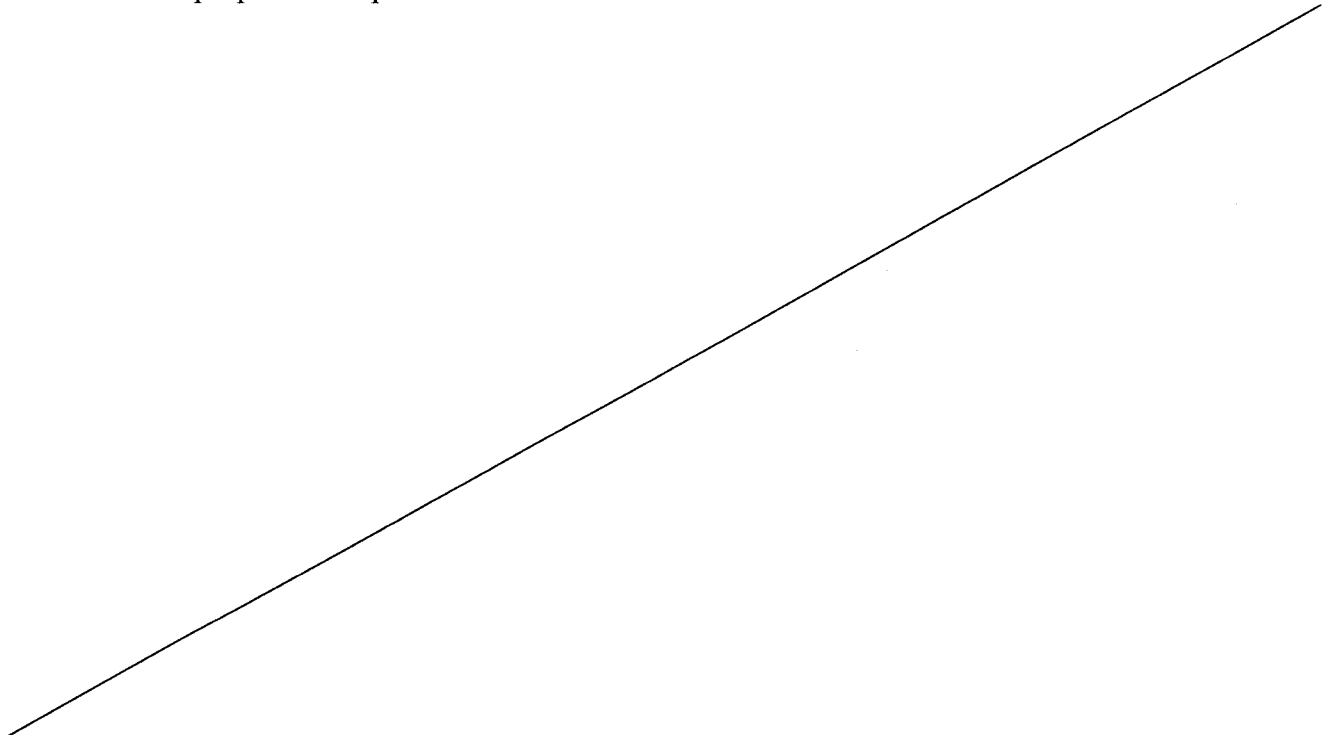
Visconde de Cantim-----

Presente ofício de vinte de Fevereiro último, da Junta de Freguesia da Reguenga, registado com o número três mil e setenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com o assentamento de drenos perfurados na Rua Visconde de Cantim e a sua ligação à rede de drenagem de águas pluviais existente no local.-----

O Departamento de Obras Municipais informa que a obra está concluída e em condições aceitáveis, sendo a estimativa orçamental dos trabalhos executados de 1 736,25 € (mil setecentos e trinta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Reguenga um subsídio no montante de 1 736,25 € (mil setecentos e trinta e seis euros e vinte e cinco cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. I) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL) – Beneficiação da Travessa da Paz-----

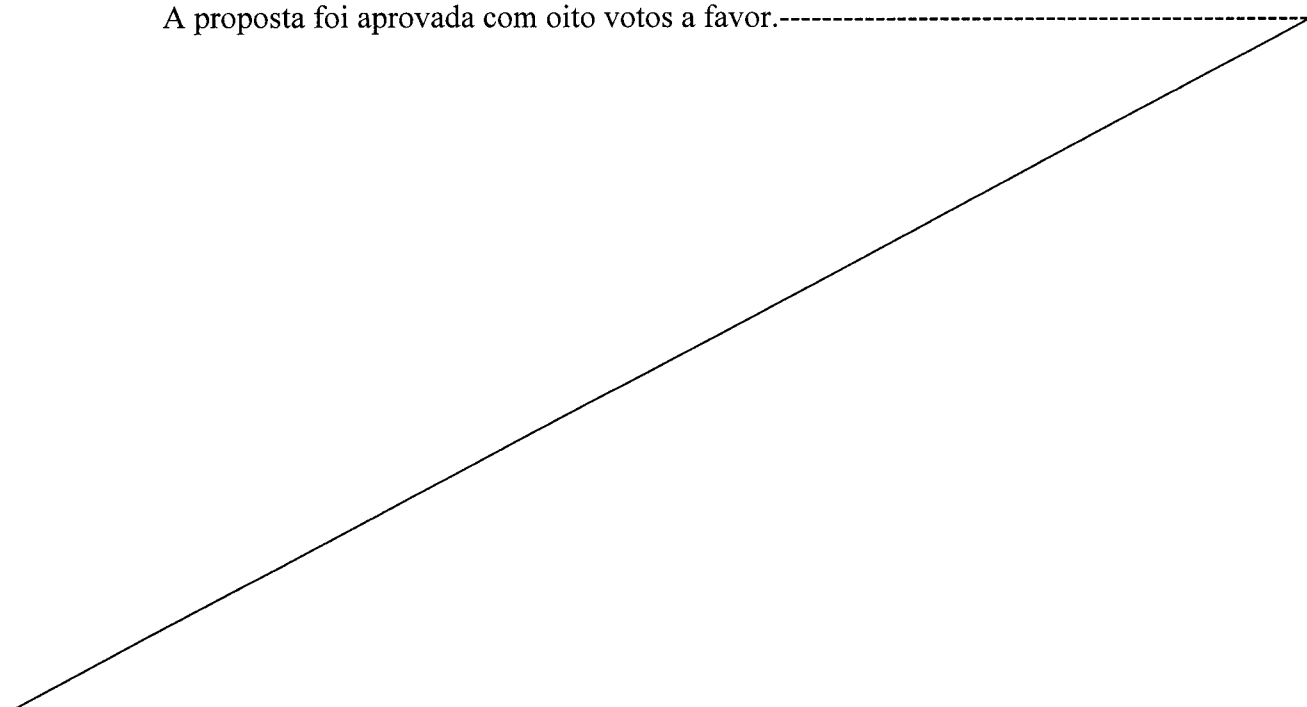
Presente ofício de dezasseis de Fevereiro último, da Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel), registado com o número três mil e vinte e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para obras de beneficiação da Travessa da Paz, cujo pavimento se encontra em muito mau estado.-----

A Divisão de Vias informa que a Travessa da Paz é uma via sem saída, com uma extensão aproximada de 190 metros, que serve de acesso a algumas habitações, cujo pavimento ficou em muito mau estado depois da execução de trabalhos de infra-estruturação.-----

Mais informam que o valor dos trabalhos já realizados pela Junta de Freguesia é de 13 833,28 € (treze mil oitocentos e trinta e três euros e vinte e oito cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Miguel do Couto um subsídio no montante de 13 833,28 € (treze mil oitocentos e trinta e três euros e vinte e oito cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. J) À JUNTA DE FREGUESIA DE LAMELAS – Pavimentação da Rua do Cabo-----

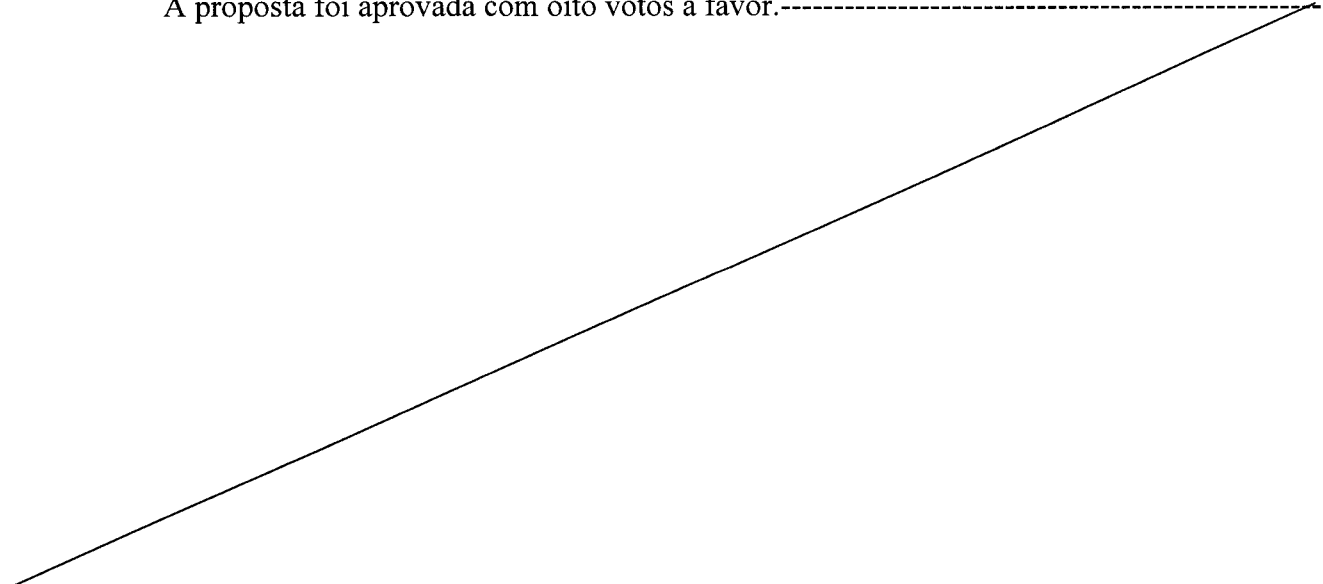
Presente ofício de vinte e um de Janeiro último, da Junta de Freguesia de Lamelas, registado com o número mil cento e sessenta e um, a solicitar a pavimentação da Rua do Cabo, que se encontra num estado de degradação muito grande.-----

A Divisão de Vias informa que a Rua do Cabo é uma via de acesso local, com uma extensão aproximada de 270 metros, que serve de acesso a várias habitações e não se encontra pavimentada na sua totalidade.-----

Anexam mapa dos trabalhos que se mostram necessários realizar, cuja estimativa orçamental é de 37 171,58 € (trinta e sete mil cento e setenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Lamelas um subsídio no montante de 37 171,58 € (trinta e sete mil cento e setenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos) para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11.K) À ASSOCIAÇÃO DEMOPORTO – CLUBE DE DESPORTOS MOTORIZADOS

DO PORTO – Apoio ao “Rallye Santo Thyrsó ConVida”-----

Presente ofício de dezasseis do corrente mês de Abril, da Associação acima identificada, a solicitar o apoio da Câmara Municipal para a realização da prova automobilística denominada “Rallye Santo Thyrsó ConVida”, a realizar nos próximos dias 1 e 2 de Maio.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Associação acima referida, propôs-se realizar no concelho de Santo Tirso uma prova automobilística de rally, denominada “Rallye Santo Thyrsó ConVida”;-----

A modalidade desportiva em causa tem elevados índices de receptividade na população do Concelho, esperando-se que a mesma cative a atenção da população, não só do concelho, mas também da região, concentrando assim na cidade e concelho muitas centenas de pessoas e, com isso, dinamizando o comércio e turismo local;-----

A presença da comunicação social é um momento único e ímpar para fazer divulgar e dar a conhecer o nome de Santo Tirso e os eventos relacionados com esta cidade e o concelho;-----

A prova utiliza na sua designação a denominação da cidade e a marca registada “Santo Tirso conVida”, pelo que a identificação entre aquela prova e a divulgação do nome de Santo Tirso é manifesta;-----

Propomos assim que a Câmara Municipal de Santo Tirso patrocine e se associe à referida prova de forma a divulgar o nome de Santo Tirso e as mais diversas actividades concelhias, como sejam o Museu Internacional de Esculturas ao Ar Livre, os seus Monumentos e outros locais de interesse turístico;-----

Cabe nas atribuições do município apoiar actividades desportivas de interesse municipal;

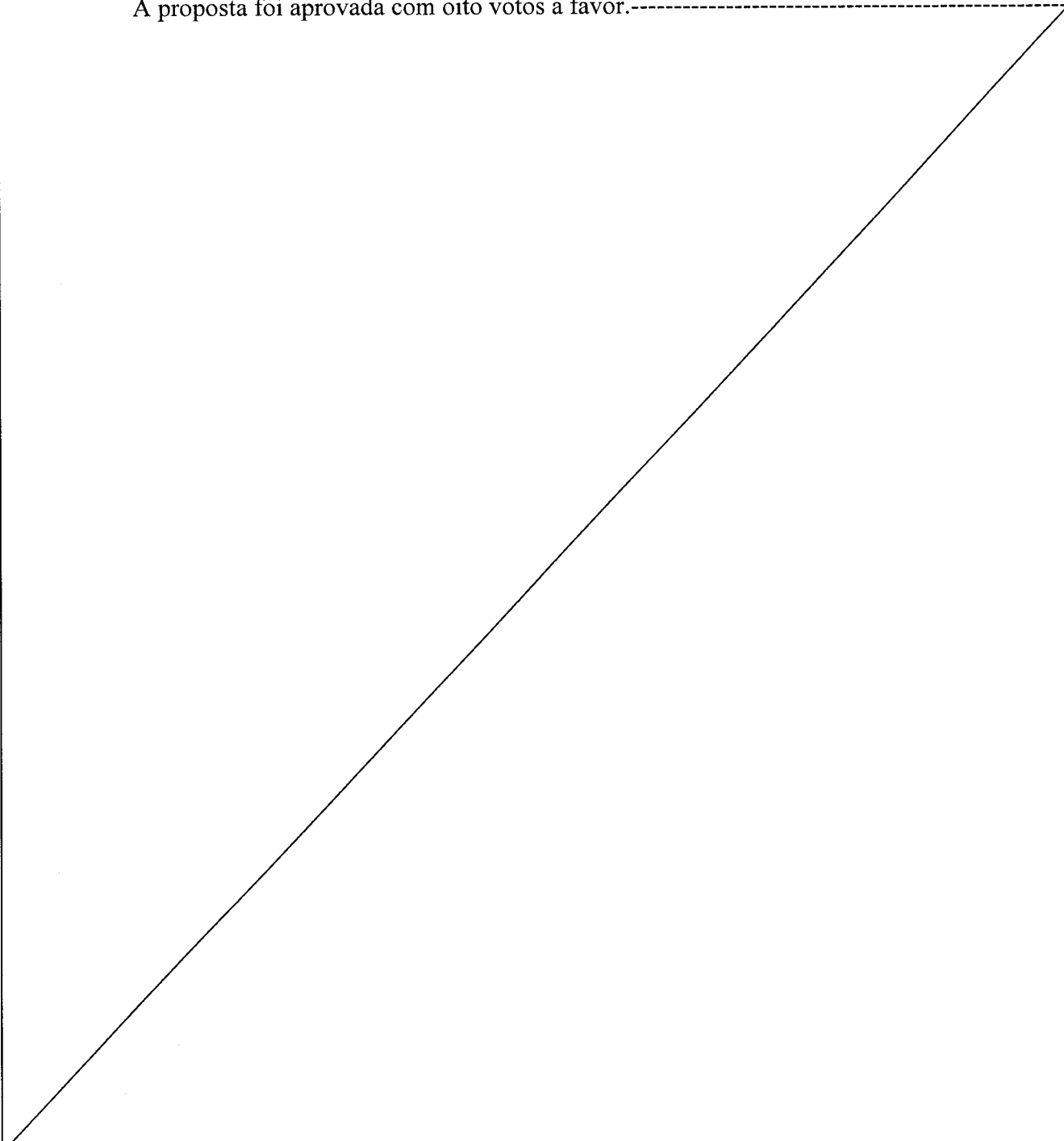
Face ao exposto, proponho que a Câmara delibere patrocinar aquela prova desportiva, mediante a atribuição de um subsídio à Associação DEMOPORTO – Clube de Desportos Motorizados do Porto no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros).-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. L) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA TRAVESSA QUINTA DE ALÉM: REFORÇO DE SUBSÍDIO-----

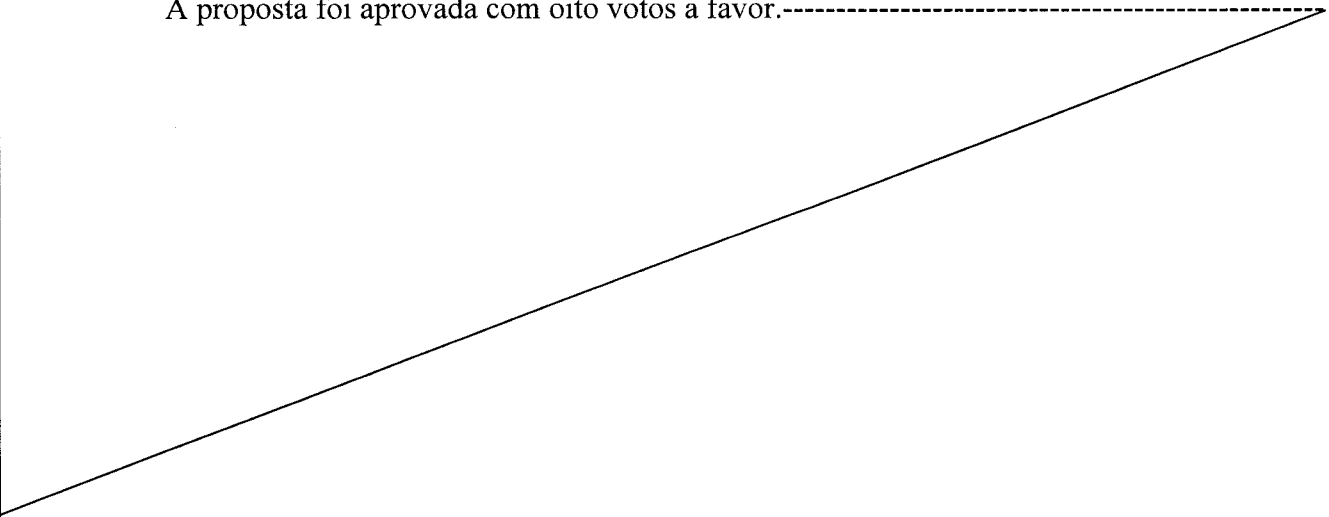
Presente ofício da Junta de Freguesia de Roriz, de dezoito de Março findo, registado com o número três mil novecentos e trinta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 4 659,29 € (quatro mil seiscientos e cinquenta e nove euros e vinte e nove centimos), em reforço do subsídio atribuído por deliberação camarária de vinte e nove de Outubro último.-----

A Divisão de Vias informa que o valor total dos trabalhos realizados é superior ao inicialmente contemplado, atendendo a que foi necessário executar alguns trabalhos a mais imprescindíveis para o bom acabamento da obra.-----

Mais informam que a diferença entre o valor total dos trabalhos realizados, 29 620,92 € (vinte e nove mil seiscientos e vinte euros e noventa e dois centimos) e o valor do subsídio atribuído, 24 961,63 € (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e um euros e sessenta e três), é de 4 659,29 € (quatro mil seiscientos e cinquenta e nove euros e vinte e nove centimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsídio no montante de 4 659,29 € (quatro mil seiscientos e cinquenta e nove euros e vinte e nove centimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



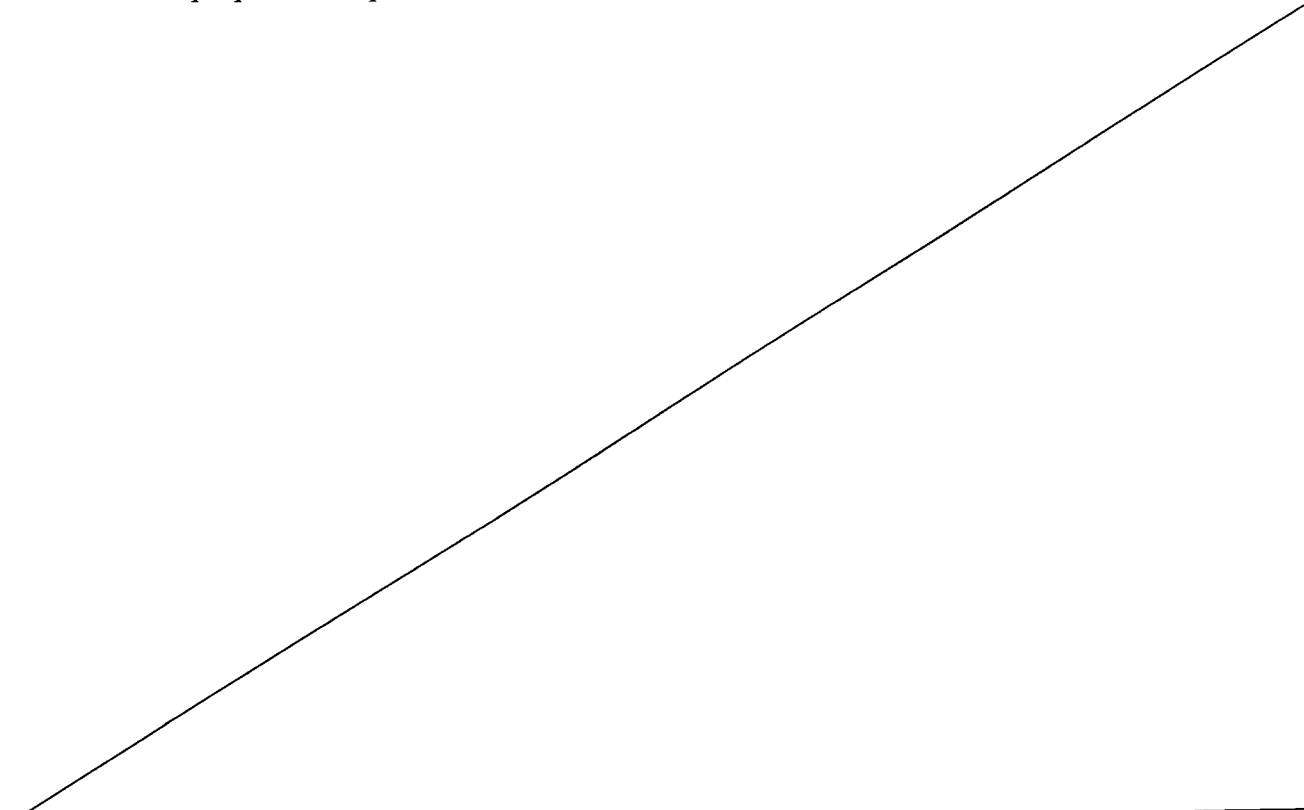


11. M) AO GRUPO COLUMBÓFILO AZAS DE ÁGUA LONGA: CONSTRUÇÃO DA SEDE (CONCLUSÃO)-----

Presente ofício de dezoito do corrente mês de Abril, do Grupo Columbófilo Azas de Água Longa, registado com o número cinco mil quatrocentos e quarenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a construção do edifício sede daquela associação (conclusão), cuja estimativa orçamental é de 14 580,00 € (catorze mil quinhentos e oitenta euros) com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Grupo Columbófilo Azas de Água Longa um subsídio no montante de 14.580,00 € (catorze mil quinhentos e oitenta euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





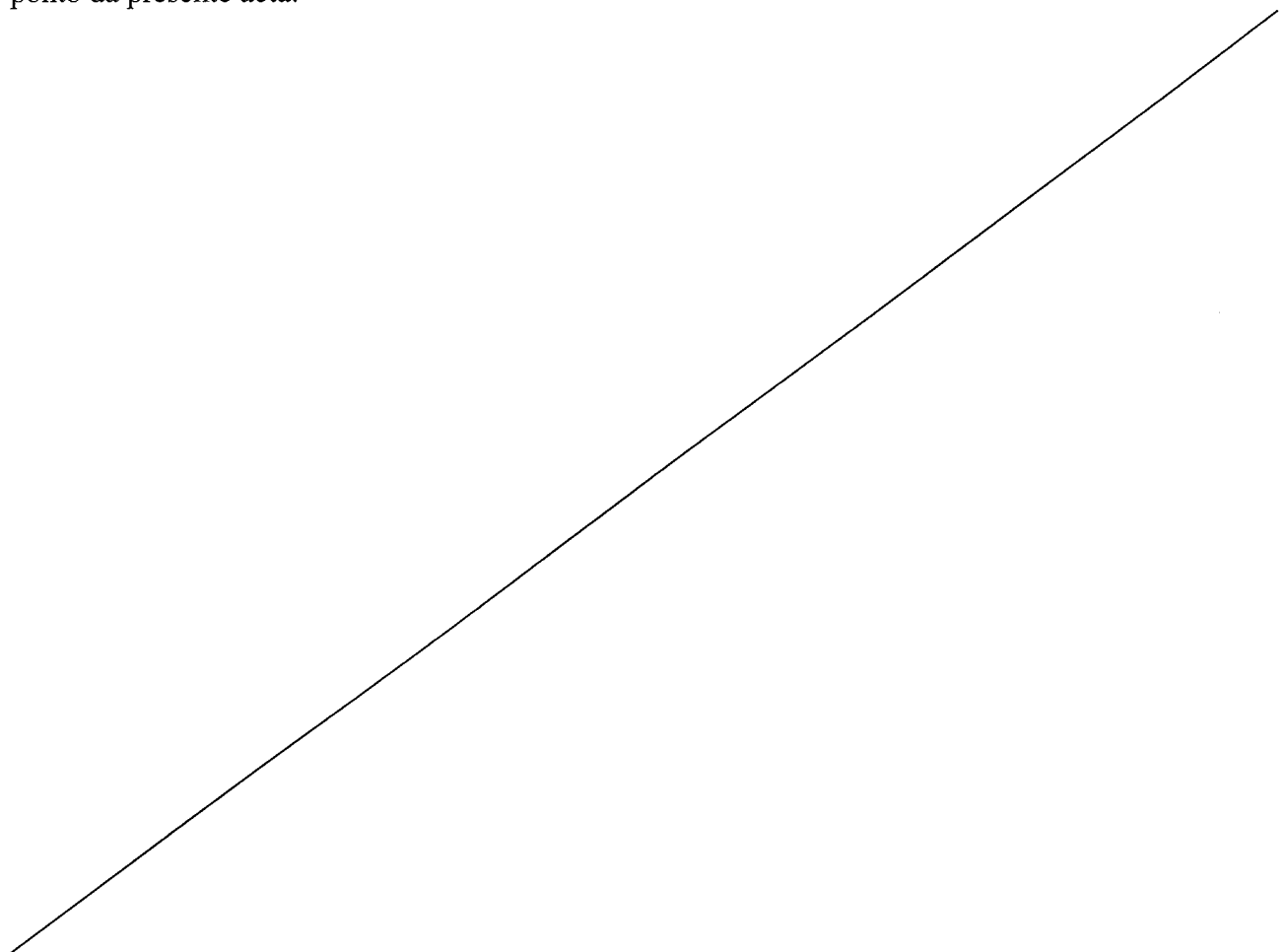
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

- Programa FINICIA – Criação de um Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Santo Tirso.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o subsequente ponto da presente acta.-----





12. PROGRAMA FINICIA – CRIAÇÃO DE UM FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONCELHO DE SANTO TIRSO.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

O IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação propôs à Câmara Municipal de Santo Tirso a constituição de uma parceria para a Criação de um Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Santo Tirso no âmbito do Programa FINICIA;

O Programa FINICIA, cujo objectivo é o de facilitar o acesso ao financiamento pelas empresas de menor dimensão – que apresentam maiores dificuldades de relação com o sistema financeiro – é um instrumento estratégico que permite aos municípios intervirem activamente na atracção e fixação de empreendedores e empregadores, permitindo fomentar e desenvolver a iniciativa privada, reduzindo assimetrias e promovendo a economia local;-----

Na fase de lançamento do Programa foram suscitadas algumas dúvidas sobre o enquadramento legal da participação dos municípios na rede de parceiros do FINICIA, dúvidas essas que vieram a ser esclarecidas pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, que veio clarificar a possibilidade legal dos municípios puderem participar nesse Programa;-----

A parceria será composta pelo município e uma instituição bancária, como contribuintes líquidas para o Fundo, contando ainda com a participação do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, da Norgarante – Sociedade de Garantia Mutua. S.A. e da Fundação de Santo Thyrsó, como entidade dinamizadora e gestora dos processos de financiamento;---

O Fundo, no valor de 500.000€ (quinhentos mil euros), terá uma participação do município de 100.000 € (cem mil euros), que deverão ser depositados na altura da constituição do Fundo e só serão utilizados se se vierem a verificar operações de financiamento, ficando entretanto a render juros;-----

O Fundo apoiará micro e pequenas empresas estabelecidas no Concelho, até 45.000 € (quarenta e cinco mil euros) por empresa, participando a Câmara com 20%, sob a forma de subsídio reembolsável sem juros, e o Banco com 80%, a crédito, em condições aceitáveis;-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Só serão apoiados projectos considerados de interesse municipal. As cinco entidades parceiras participarão na decisão sobre os projectos a apoiar;-----

O processo de recepção e tratamento das candidaturas será assegurado pela Fundação de Santo Thyrso, que receberá anualmente da Câmara 1% do valor do fundo (5.000 €) pela prestação deste serviço;-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para participar na criação do referido Fundo, nos termos da minuta do Protocolo Financeiro e de Cooperação que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes cinco folhas, e autorizar a câmara municipal a proceder à abertura de um procedimento, nos termos legais, para selecção da instituição bancária parceira, delegando na câmara municipal a elaboração e aprovação das peças do respectivo procedimento, das quais se dará conhecimento ao referido órgão deliberativo.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Programa FINICIA
Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
no Concelho de Santo Tirso

PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO

Entre:

O Município de Santo Tirso, pessoa colectiva nº 501.306.870 adiante designado por **MUNICÍPIO**;

O **Banco xxBancoxx, Sa.**, sociedade aberta, com o capital social de xxxxxxxx Euros e sede na xxxxxxxx, n.º xxx, em xxxxxxx, com o número único xxxxxxxx de Pessoa Colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de xxxxxx, representado pelos seus Procuradores e , adiante designada por **BANCO**;

A **Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com sede na Avenida da Boavista nº 2121-3º Esq., no Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º de matrícula e de identificação fiscal 506.211.991, com o capital social realizado de 12.000.000,00 Euros, adiante designada por **SGM**;

A **Fundação de Santo Thyrso**, pessoa colectiva nº 507.855.620 com sede na Rua Dr. Oliveira Salazar , 88 em Santo Tirso, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de xxxx sob o nº xxxx, com o capital social realizado de xxxxx Euros, adiante designada por **Fundação**;

O **IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.** , pessoa colectiva nº 501.373.357 com sede na Rua do Viso nº 120, 4269-002 Porto, adiante designado por **IAPMEI**;

É estabelecido o presente **Protocolo**, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

(Finalidade)

O presente Protocolo visa estabelecer os termos de colaboração entre o **MUNICÍPIO**, o **BANCO**, a **SGM**, a **FUNDAÇÃO** e o **IAPMEI**, adiante designados genericamente como **PARCEIROS**, na constituição e funcionamento do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Santo Tirso (adiante designado por **FINICIA Santo Tirso** ou **Fundo**).

Com a constituição deste Fundo pretende-se estimular e orientar investimentos a realizar por Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Santo Tirso para a melhoria dos produtos e/ou serviços prestados, para a modernização das empresas, ou para as modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares.

Cláusula 2ª

(Prazo de Vigência)

- 1) O presente Protocolo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano a partir da data da sua assinatura.
- 2) O prazo referido no número anterior será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que algum dos **PARCEIROS** denuncie o Protocolo por escrito, com pelo

menos 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao termo do prazo que estiver em curso.

- 3) Não obstante o disposto nos números anteriores, os compromissos já contratualizados pelos parceiros manter-se-ão válidos e em vigor até à sua extinção, em conformidade com os respectivos termos contratuais.

Cláusula 3ª
(Valor do Fundo)

- 1) O FINICIA de Santo Tirso tem um valor inicial de 500.000 €, sendo constituído da seguinte forma e valores :
 - a) O MUNICÍPIO contribui com 100.000 €, podendo em anos seguintes este valor ser aumentado em função dos objectivos e resultados obtidos;
 - b) O MUNICÍPIO depositará de imediato e de uma só vez a quantia referida na alínea anterior em conta específica a abrir num balcão do BANCO. O saldo não utilizado desta conta será remunerado na sua totalidade à taxa EURIBOR (30 dias) menos 1%, com juros contados diariamente e creditados mensalmente;
 - c) O BANCO contribui com 400.000 €, podendo em anos seguintes este valor ser aumentado em função dos objectivos e resultados obtidos e mediante reforço proporcional por parte do MUNICÍPIO;
- 2) O apoio do Município é concedido ao abrigo da regra 'de mínimos', conforme o regulamento (CE) Nº 1998/2006 da Comissão, 15 de Dezembro de 2006.
- 3) O Município poderá em qualquer momento reforçar o valor da sua parcela na constituição do Fundo, crescendo este até ao limite máximo de 500.000 €, efectuando para tal o depósito correspondente e com conhecimento prévio aos restantes parceiros, comprometendo-se o Banco a contribuir com a respectiva componente, na proporção do indicado no número um desta cláusula.

Caso nenhum dos restantes PARCEIROS levante objecção no prazo de 5 dias após receber a informação do Município, considera-se automaticamente aditado o presente protocolo, no que se refere ao valor do Fundo e das contribuições do Município e do Banco na sua constituição.

Cláusula 4ª
(Normas e condições de acesso)

As normas e condições de acesso das empresas aos financiamentos a conceder através do FINICIA de Santo Tirso são fixadas no Anexo I a este Protocolo, que dele é parte integrante.

Cláusula 5ª
(Apoio às empresas através do Fundo)

- 1) O financiamento de projectos empresariais através do FINICIA de Santo Tirso é limitado a 45.000 € por projecto e será concedido nos termos definidos nas normas e condições de acesso referidas na Cláusula anterior;

- 2) Os montantes de financiamento a conceder pelo FINICIA de Santo Tirso corresponderão em 20% a Subsídio Reembolsável concedido pelo MUNICÍPIO e em 80% a Crédito a conceder pelo BANCO;
- 3) As responsabilidades de capital assumidas pelo BANCO em cada crédito efectuado serão objecto de Garantia a prestar pela SGM nos termos da Cláusula 7ª.

Cláusula 6ª
(Condições a aplicar pelo BANCO)

Tendo por base a taxa Euribor a 180 dias, o *spread* a aplicar pelo BANCO às responsabilidades de capital por este assumidas é de até 1,25%, sem encargos adicionais nomeadamente de comissões ou arredondamento à taxa de juro;

Cláusula 7ª
(Garantia)

- 1) A SGM garantirá, em cada momento do tempo e através de Garantia autónoma, 75% (setenta e cinco por cento) das responsabilidades de capital assumidas pelo BANCO na operação de crédito contratada com as empresas beneficiárias;
- 2) A SGM cobrará uma Comissão de garantia de até 1,25% do valor garantido;

Cláusula 8ª
(Caducidade da garantia)

A garantia prestada pela SGM caduca e fica sem efeito, em relação a cada um dos montantes garantidos, se o BANCO não solicitar o seu pagamento à SGM nos 90 (noventa) dias imediatamente posteriores ao respectivo vencimento nos prazos contratuais ou, no caso de vencimento antecipado, posteriores à sua comunicação ao Beneficiário.

Cláusula 9ª
(Prazo de decisão)

- 1) Os PARCEIROS comprometem-se a realizar as diligências que considerem necessárias à decisão de cada pedido no mais curto espaço de tempo, tendo como referência os procedimentos de trabalho que constituem o Anexo II a este Protocolo e que dele é parte integrante;
- 2) Para os efeitos previstos no número anterior, o BANCO e a SGM facultarão, reciprocamente, os respectivos elementos de análise da operação de crédito / garantia, acordando entre si os meios considerados mais expeditos, nomeadamente os electrónicos;
- 3) Os PARCEIROS obrigam-se à comunicação da sua decisão, com os conteúdos a acordar reciprocamente para o efeito.

Cláusula 10ª
(Prestação de informação)

Os PARCEIROS informar-se-ão reciprocamente, sobre todas circunstâncias de que tenham conhecimento e que configurem a cisão, a fusão ou o falecimento do Beneficiário.

Cláusula 11ª
(Apoio, acompanhamento e controlo)

- 1) A gestão dos Fundos FINICIA de Santo Tirso será efectuada conjuntamente por todas as entidades subscritoras do protocolo de constituição do Fundo, dentro das respectivas competências, sendo a coordenação das tarefas inerentes a essa gestão atribuída à FUNDAÇÃO, a qual elaborará no final de cada ano civil um relatório de execução;
- 2) A cobertura das despesas a incorrer pela FUNDAÇÃO nas suas funções será efectuada pelo Município, que para tal compensará a FUNDAÇÃO pelo serviço prestado em 1% do valor do fundo, anualmente, sendo o pagamento efectuado por duodécimos. O valor desta compensação poderá ser ajustado tendo em conta a evolução do Fundo;
- 3) Com o objectivo de assegurar a máxima eficácia na obtenção dos objectivos será constituída uma Comissão de Acompanhamento da gestão dos Fundos FINICIA de Santo Tirso, presidida pela FUNDAÇÃO e na qual participarão todas as entidades subscritoras de protocolos de constituição de Fundos na região e outras que estas, conjuntamente, decidam convidar para esse efeito.
- 4) A FUNDAÇÃO poderá prestar apoio na elaboração dos projectos e organização dos processos de candidatura.
- 5) A FUNDAÇÃO e o Município de Santo Tirso acompanharão a execução financeira e física do projecto.
- 6) Os projectos que envolvem necessidade de aprovação e licenciamento camarário gozarão de prioridade na sua apreciação pelos serviços do Município.
- 7) No âmbito das suas competências, o Município compromete-se a estudar a implementação de outras medidas facilitadoras ou de apoio aos projectos financiados através do Fundo, de forma a contribuir para o sucesso empresarial destes projectos.
- 8) O Banco e a SGM comprometem-se a acompanhar cada operação concretizada e comunicar aos restantes PARCEIROS, quando tal não revista o carácter de confidencialidade, qualquer incidente que possa afectar a boa evolução da operação.
- 9) A FUNDAÇÃO e o IAPMEI acordarão conjuntamente procedimentos de acompanhamento e apoio técnico às empresas que forem objecto de intervenção pelo Fundo, sendo os mesmos financiados em condições a acordar entre estas entidades.

Cláusula 12ª
(Publicidade)

- 1) As entidades subscritoras do presente protocolo comprometem-se a divulgar o mesmo pelos meios ao seu alcance, nomeadamente através de:
 - Utilização dos meios comunicação social local regionais ou nacionais;

- Edição e distribuição de folhetos e desdobráveis;
 - Realização de colóquios;
 - Utilização dos respectivos serviços das entidades envolvidas, bem como dos seus *web sites*.
- 2) Anualmente o Município fará publicar informação sobre os projectos apoiados.
- 3) Os parceiros deverão informar anualmente o IAPMEI sobre a aplicação dos termos deste protocolo, na componente de responsabilidade de cada um, por forma a que o IAPMEI possa efectuar uma avaliação e reporte do funcionamento do Fundo, bem como preparar iniciativas de dinamização do mesmo, se entendidas necessárias.

E, em conformidade com o exposto, assinaram o presente documento,

Santo Tirso, XX de XXXXXXXX de 2009

Município de Santo Tirso

Banco xxBancoxx, Sa.,

Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, Sa

Fundação de Santo Thyrsó

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.



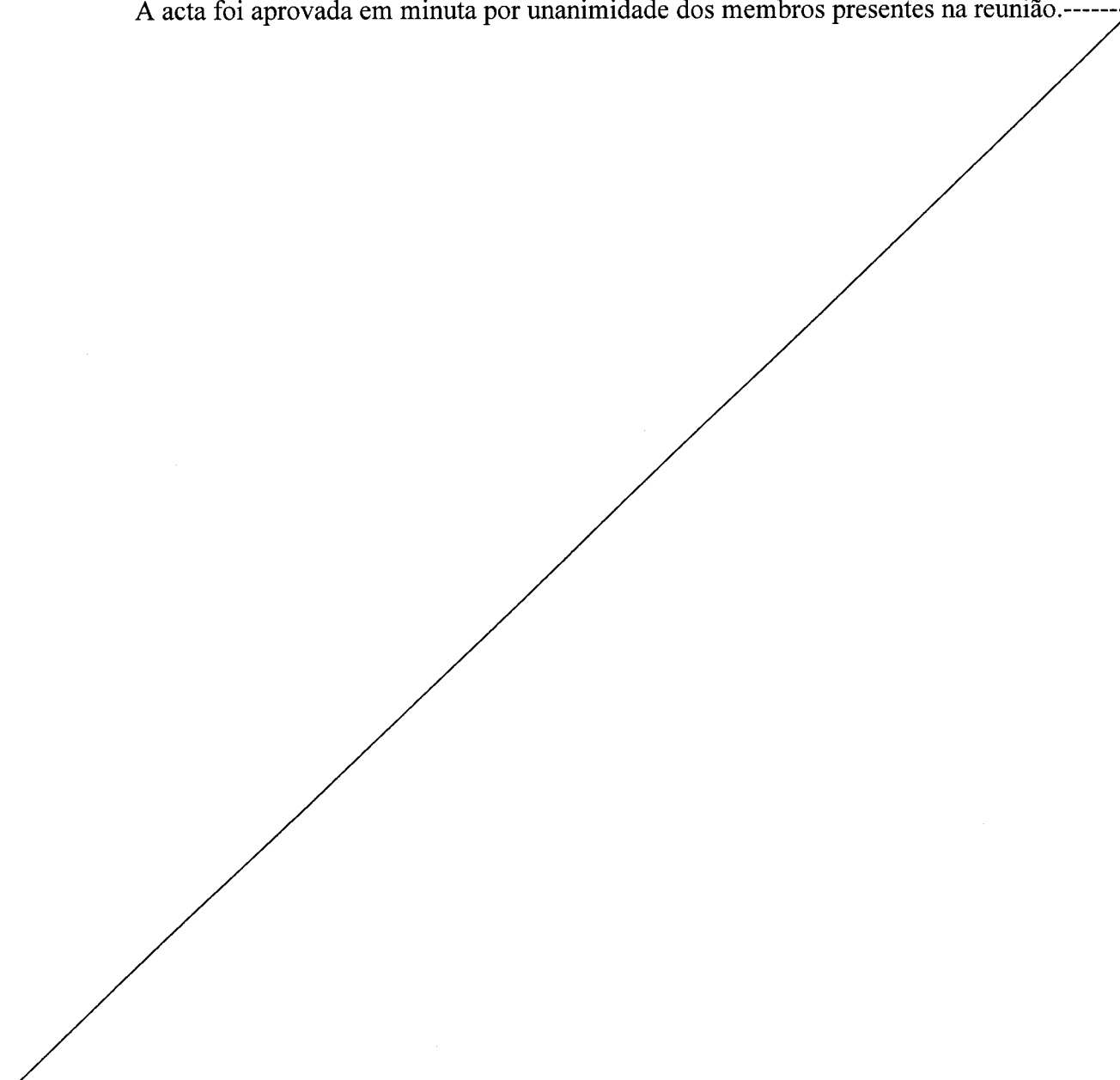
Acta N.º 8 Fl. 93
22 de Abril de 2009

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----

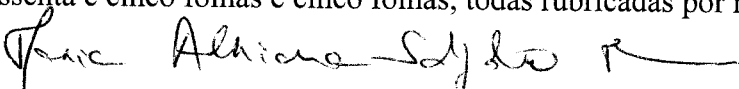


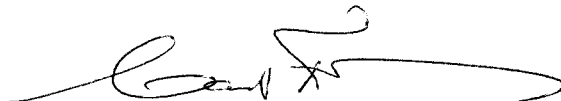


ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas e vinte minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem noventa e quatro folhas, apenas utilizadas no anverso e seis anexos, relativos aos itens três, quatro, cinco, seis, oito e dez, compostos, respectivamente, por cento e oitenta e nove folhas, cem folhas, vinte e uma folhas, cinco folhas, sessenta e cinco folhas e cinco folhas, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 6 / 5 / 2009, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Seis da respectiva minuta).-----

A Secretária,

